



Revista de Estudos Anglo-Portugueses

Número 3
1994



TÍTULO

Revista de Estudos Anglo-Portugueses

Número 3 1994

ISSN: 0871-682X

DIRECTOR

Maria Leonor Machado de Sousa

SECRETÁRIO

Isabel Maria da Cruz Lousada

COMISSÃO REDACTORIAL

Maria Leonor Machado de Sousa

Filipe Furtado

DIRECÇÃO E REDACÇÃO

Centro de Estudos Comparados de Línguas
e Literaturas Modernas — Linha de Acção N.º 1 —
da Universidade Nova de Lisboa, Faculdade
de Ciências Sociais e Humanas
Avenida de Berna N.º 26-C — 1000 Lisboa

EDIÇÃO

Tiragem: 1000 exemplares

Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica

CAPA

Arranjo gráfico de Mário Vaz, a partir do selo existente
na Ratificação do Tratado de Ricardo II, Rei de Inglaterra
com D. João I — 1386 — Arq. Nacional Torre do Tombo

EXECUÇÃO GRÁFICA

Minigráfica — Coop. de Artes Gráficas, CRL

Rua da Alegria, 30 — 1200 Lisboa — Telef. 346 47 20

DISTRIBUIÇÃO

Centro de Estudos Comparados
de Línguas e Literaturas Modernas

Depósito Legal n.º 60435/92

Revista de Estudos Anglo-Portugueses

Número 3



Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica
Centro de Estudos Comparados
de Línguas e Literaturas Modernas

Lisboa
1994

REVISTA

DE LINGUÍSTICA E LINGÜÍSTICA

DE PORTUGAL

DE 1974

Revista de Estudos Anglo-Portugueses

Publicada pelo Centro de Estudos
Anglo-Portugueses da Universidade de Coimbra

Volume 10, Número 1

1974

Coimbra

EDITORA

Associação de Estudos Anglo-Portugueses

Rua da Universidade, 10

4000 Coimbra

Deposito legal 127/74

Impressão em Portugal

Tipografia da Universidade de Coimbra

Instituto Nacional de Investigação Científica e Tecnológica

Centro de Estudos Anglo-Portugueses

de Língua e Literatura

Lisboa

1974

S U M Á R I O

1. Projecto *Dicionário Bibliográfico Português* de Inocêncio Francisco da Silva
 - 1.1 — Apresentação 7
Maria Leonor Machado de Sousa
 - 1.2 — Obras traduzidas do português 9

2. ESTUDOS
 - Portugal: uma barbárie de pitorescas paisagens* (Joseph Oldknow e John Mason Neale, dois ingleses entre nós em meados do século XIX)
Maria Zulmira Castanheira 31
Assistente na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

 - A Inglaterra de Oliveira Martins*
Filipe Furtado 75
Professor Associado na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

 - Os portugueses na índia sob o olhar britânico*
Isabel Simões Ferreira 91
Assistente no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas

3. RECENSÃO CRÍTICA
 - Rose Macaulay, *They Went To Portugal Too*
Maria Luísa Fernandez Alves 111
Assistente na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

PROJECTO

DICIONÁRIO BIBLIOGRÁFICO PORTUGUÊS DE INOCÊNCIO FRANCISCO DA SILVA

Apresentamos agora a segunda parte dos resultados do projecto *Dicionário Bibliográfico Português*, de Inocêncio Francisco Silva. Tratando-se das obras portuguesas traduzidas para inglês, o volume é muito inferior ao da série de sentido contrário. Mais uma vez, há que chamar a atenção para o facto de que, no que diz respeito a obras estrangeiras e traduções, o *Dicionário* é, como sabemos hoje, muito lacunar, sobretudo no que se refere ao século XVII e mesmo ao XVIII. No caso particular do inglês, basta referir as traduções que Anthony Munday fez do *Amadis de Gaula* e o *Palmeirim de Inglaterra*, bem como das obras publicadas em França, na mesma época, em defesa do D. Sebastião de Veneza e da tradução da *Carta de Guia de Casados* de D. Francisco Manuel de Melo, feita por John Stevens, 1697.

O levantamento das traduções feitas neste período consta de obras de Henry Thomas, *English translations of Portuguese books before 1640*, 1926, e *Portuguese accounts of voyages and discoveries in English translations published before 1640*, 1940.

Avaliando a lista conseguida a partir do *Dicionário* e nos títulos que acabo de citar, ressalta claramente a incidência de interesse por dois temas: as Descobertas e o seu reflexo nas formas de contacto com os povos distantes e Camões, um na área histórica e cultural, outro na literatura. Do interesse pelos Descobrimentos resultou, por exemplo, a tradução do relato da viagem de Frei Jerónimo Lobo em francês e inglês, inspirando também Samuel Johnson para o seu conto *Rasselas, Prince of Abyssinia*, 1759.

De certa maneira ligado à aventura e ao império, temos justificado o interesse pela figura de D. Sebastião, que em outra ocasião estudámos (*D. Sebastião na literatura Inglesa*, ICALP, 1985).

Também de algum modo dependente da figura e da obra de Camões (v. *Camões em Inglaterra*, ICALP, 1992), temos a grande recorrência do episódio de Inês de Castro (v. *Inês de Castro. Um tema português na Europa*, Edições 70, 1987).

Ao fazer estas referências, não pretendo desvalorizar o trabalho do *Dicionário*, mas apenas confirmar que os membros deste grupo de trabalho têm a consciência de como ele está incompleto. Todavia, tratou-se de um ponto de partida, de um trabalho de base sobre o que foi apresentado aos portugueses nos fins do século XIX. Projectos futuros poderão colmatar as falhas que agora constatamos. Para já ficamos a listagem das obras que, através do trabalho de Inocêncio, deram ao público português uma ideia do que de português tinha interessado ao Reino Unido.

DICCIONÁRIO BILÍNGÜE PORTUGUÊS FRANÇÊS O DA LINGUA

Maria Leonor Machado de Sousa

B. OBRAS TRADUZIDAS DO PORTUGUÊS

1. ADOSINDA. Tradução inglesa. [Trad. por J. Adamson]. (III, 416), pág. 311.) Garrett, João Baptista da Silva Leitão de Almeida, *Adosinda*, Londres, 1828.

Segundo Inocência, esta obra saiu pela primeira vez em Londres, em 1828 e, pouco depois de publicada, foi traduzida por Adamson.

2. “ Alma minha gentil “, in *Florilegio de Bibliophilos*. Xavier da Cunha. Lisboa, 1886, 4º de 54 páginas. (XIV, 335), pág. 226 e XX, 103), pág. 37.) [Camões, Luís de, *Rhythmas*, Lisboa, 1595.]

Esta publicação contém, entre outras, 5 versões inglesas do soneto de Camões “ Alma minha gentil que te partiste “, de Hayley, Southey, Hemans, Aubertin e Burton.

3. APPENDIX TO THE REFLECTIONS ON THE PORTUGUESE PATRONAGE OF THE ORIENT. Translated from the original portuguese. Madras, 1859, 16º de 2 innumeradas - 100 pág. (XII, 7044), pág. 59. / XVIII, 17), pág. 142.) Rivara, Joaquim Heliodoro da Cunha, *Additamento às reflexões sobre o padroado portuguez no Oriente*: pelo mesmo auctor, Nova Goa, 1858.

4. THE ARCHBISHOP OF GOA AND THE CONGREGATION DE PROPAGANDA FIDE: BY A PORTUGUESE. Nova Goa, 1863, 4º de 92 pág. (XII, 7049), pág. 60/ XVIII, 131.28), pág. 142.) Rivara, Joaquim Heliodoro da Cunha, *O Arcebispo de Goa e a congregação de propaganda Fide*: por um portuguez, Nova Goa, 1862.

5. CAMOENS. THE LYRICKS. Part I (Sonnets, canzons, odes and sextines). Englished by Richard F. Burton. London, 1884, 8º, 2 tomos de 8 (innumeradas) - 265 páginas e 266-540 páginas. (XIV,

281), pág. 246/ XV, 1278), pág. 211.) [Camões, Luís de, *Rhythmas*, Lisboa, 1595.]

6. CANTO V OF THE " HYSSOPE " of Antonio da Cruz e Silva, translated by Edgar Prestage. Reprinted from the " Manchester Quarterly . " S /I, 1916. (XXII, 1860), pág. 238.) Silva, António Diniz da Cruz e, *O Hissopo*, (Poema heroi-comico) Paris, 1802.
7. A COMPENDIUM of the new system of weights and measures, by Joaquim Henriques Fradesso da Silveira etc. adopted for the use of schools in England. [Trad. por Marcus Dalhunty]. Lisboa, 1861. (IV, 1595), pág. 84/ VI, 1409), pág. 133.) Silveira, Joaquim Henriques Fradesso da, *Compendio do novo systema metrico decimal*, Lisboa, 1859.
8. DONA IGNEZ DE CASTRO, a tragedy from the portuguese of Nicola Luiz, with remarks on the history of that infortunate Lady, by John Adamson. Newcastle, 1808, 8º de 124 páginas. (VI, 6), pág. 286/ XIV, 752), pág. 383.) Silva, Nicolau Luís da, *D. Ignez de Castro*, Lisboa 1772.

Segundo Inocência, esta obra está dedicada a Lord Strangford e contém epígrafes de Camões e Mickle.

9. EPISODE OF DONA IGNEZ DE CASTRO (The Lusíades of Camoens) Canto III. Stanzas 118-135. By Richard F. Burton. London, 1879, 8º de 7 páginas. (XIV, 271), pág. 243.) [Camões, Luís de , *Os Lusíadas* de Luís de Camões. Com privilegio real. Impressos em Lisboa. Com licença da Sancta Inquisição, e do Ordinario, Lisboa, 1572.]
10. AN ESSAY ON EPIC POETRY; in five epistles to the rev.d Mr. Mason. With notes. By William Hayley. London, 1782, 4º de 298 páginas. (XIV, 234), pág. 230/ XIV, 699), pág. 372.) [Camões, Luís de , *Rhythmas*, Lisboa, 1595.]

Podemos encontrar alguns sonetos de Camões no volume XIV, páginas 274-277. Inocência chama a atenção para as " pag 57, 58, 273 a 277, elogio a Camões e a versão dos sonetos - ' Em quanto quiz fortuna que tivesse ' e ' Alma minha gentil ' , etc. "

11. " EPISODIO DE IGNEZ DE CASTRO " in The Finantial and Mercantile Gazette . A monthly review. Lisbon, 1880, 4º de 8 páginas. (XIV, 334), pág. 265-266/XV, 1745), pág. 295 e pág. 423.) [Camões, Luís de, *Os Lusíadas* de Luís de Camões. Com

privilegio real. Impressos em Lisboa. Com licença da Sancta Inquisição, e do Ordinario, Lisboa, 1572.]

Trata-se de um artigo comemorativo e da versão do episódio em seis línguas, uma das quais o inglês. (volume IV, nº 42, 1 de Junho).

12. THE FIRST BOOK OF THE LUSIAD, published as a specimen of a Translation of that celebrated epic poem. By W.J. Mickle, author of the concubine. Oxford, s/d, 8º de 64 páginas. (XIV, 231), pág. 228.) [Camões, Luís de, *Os Lusíadas*. Com privilegio real. Impressos em Lisboa, com licença da Sancta Inquisição, e do Ordinario, Lisboa, 1572.]

13. THE FIRST DISCOVERY OF THE ISLAND OF MADEIRA. London, 1675. (II, 414), páginas 323-324/IX, pág. 247.) Alcoforado, Francisco, *Relação do descobrimento da ilha da Madeira*, s/l, s/d.

Segundo Inocêncio, há uma outra tradução inglesa: *An historical Account of the Discovery of the Island of Madeira, abridged from the Portuguese original. To which is added an Account of the present state of the Island, in a Letter to a Friend*, London, 1750. Esta tradução, embora anónima é atribuída ao Dr. Johnson. Existe ainda uma tradução francesa de autor anónimo com o título: *Relation historique de la découverte de L'isle de Madère*, traduit du portugais, Paris, 1671.

14. FLORILEGIO CAMONIANO IV. Porto, 1888, 4º de 46 páginas. (XV, 2043), pág. 353.) [Camões, Luís de, *Os Lusíadas*. Com privilegio real. Impressos em Lisboa, com licença da Sancta Inquisição, e do Ordinario, Lisboa, 1572.]

Esta publicação inclui versões inglesas do Canto V de *Os Lusíadas* por Felicia Hemans e David Scott [estrofes XXXVII, XXXVIII e XXXIX].

O Tomo I do Florilegio inclui as traduções de *Os Lusíadas* (canto I, est 1-8 e III, 120-135) e dos sonetos “ Alma minha gentil “, “ Que me quereis, perpetuas saudades”, “ Quem jaz no grão sepulcro” e “ Suspiros inflamados, que cantais.” A tradução de *Os Lusíadas* é de William Harris e a dos sonetos de Quillinan.

15. FRAGMENTOS DOS LUSÍADAS E SONETOS VERTIDOS EM INGLEZ. Porto, 1887, 4º de X-9-51 (innumeradas)-IV páginas. (XIV, 283), pág. 247/XV, 1062), pág. 171, 1086), pág. 176, 1141), pág. 186, 1278), pág. 211.) [Camões, Luís de, *Rhythmas*, Lisboa, 1595/ Camões, Luís de, *Os Lusíadas*. Com privilegio real. Impressos em Lisboa. Com licença da Sancta Inquisição, e do Ordinario, Lisboa, 1572.]

Segundo Inocêncio: " O ante-rosto tem o titulo *Florilegio Camoniano I* (...) N'este fasciculo, o primeiro da collecção enviado pelo editor portuense Possas, foram reproduzidas as traducções que tinham apparecido em 1844-1845 no *Lusitanian*, revista publicada no Porto, (...) Em o nº 10, primeiro anno, do periodico *O Camões*, publicado no Porto, o sr. Tito de Noronha inseriu um artigo de *Anotações ao prologo e nota final do nº 1 do Florilegio camoniano*, em que o auctor protesta contra o que se escrevêra em a nota e que contradiz o prologo ácerca da traducção do *Episodio de Ignez de Castro, aproveitado do Lusitanian*, com rosto especial. "

16. HISTORY OF CEYLON presented by capitain John Ribeyro to the King of Portugal, in 1685. Translated from the portuguese, by the Abbe Le Grand. Re-translated from the french edition, with an appendix, containing chapters illustrative, of the past and present condition of the Island . By George Lee. Ceylon, 1847, 8º gr. de VIII-278 páginas. (IV, 1236), pág. 25/ X, -, pág. 338.) Ribeiro, João, *Fatalidade historica da ilha de Ceylão. Dedicada à magestade do serenissimo D. Pedro II, rei de Portugal*, Ceylão, 1685.

17. HISTORY OF THE PORTUGUESE, during the Reign of Emmanuel. Londres, 1752, 8º, 2 tomos. (III, -, pág. 272/X, -, pág. 133.) Osório, D. Jeronymo, *De Rebus Emmanuelis Regis Lusitaniae virtute, et auspicio gestis libri duo decim*, Lisboa, 1571.

Segundo Inocêncio a tradução desta obra para português foi feita em 1804-06 por Francisco Manuel do Nascimento, conhecido como Filinto Elysió.

18. IGNEZ DE CASTRO, a Tragedy in three acts, written by Don Domingo Quita, translated by Benjamin Thompson. London, 1800. (II, 322), páginas 196-197.) Quita, Domingos dos Reis, *Obras poeticas de Domingos dos Reis Quita...*, t. II, Lisboa, 1781.

19. IGNEZ DE CASTRO . Episodio extrahido do canto terceiro do poema epico de Os Lusíadas de Luiz de Camões. Edição em portuguez, hespanhol, italiano, francez, inglez e allemão. Traduzido por Edward Quillinan. Lisboa, 1862, folio peq. de 36 páginas innumeradas. (XIV, 330), pág. 264.) [Camões, Luís de, *Os Lusíadas*. Com privilegio real. Impressos Lisboa. Com licença da Sancta Inquisição, e do Ordinario, Lisboa, 1572.]

20. IGNEZ DE CASTRO, episodio extrahido do canto terceiro do poema epico Os Lusíadas de Luiz de Camões. Edição em quatorze linguas. Traduzido por Edward Quillinan. Lisboa, 1873, folio peq.

de 88 páginas innumeradas. (XIV, 331), pág. 264.) [Camões, Luís de, *Os Lusíadas*. Com privilegio real. Impressos em Lisboa. Com licença da Sancta Inquisição, e do Ordinario, Lisboa, 1572.]

21. IGNEZ DE CASTRO. Episodio extrahido do canto terceiro do poema epico *Os Lusíadas* de Luiz de Camões. Edição em quinze linguas. Traduzido por Edward Quillinan. Lisboa, 1880, folio peq. de 92 páginas innumeradas. (XIV, 332), pág. 265.) [Camões, Luís de, *Os Lusíadas*. Com privilegio real. Impressos em Lisboa. Com licença da Sancta Inquisição, e do Ordinario, Lisboa, 1572.]

22. IGNEZ DE CASTRO. Episodio, extrahido do canto terceiro do poema epico *Os Lusíadas* de Luiz de Camões. Edição em sete linguas. Traduzido por Edward Quillinan. Lisboa, 1880, 51 páginas. (XIV, 333), pág. 265.) [Camões, Luís de, *Os Lusíadas*. Com privilegio real. Impressos em Lisboa. com licença da Sancta Inquisição, e do Ordinario, Lisboa, 1572.]

23. IGNEZ DE CASTRO from the Portuguese. The comparison from the Portuguese Catarina from the Portuguese of Camões- in " Nation ". Traduzido por Lady Wilda. [Lady Jane Francesca Agnes Elgee Wilde, mãe de Oscar Wilde]. Dublin, 1848. (XIV, 708), pág. 374.) [Camões, Luís de, *Os Lusíadas*. Com privilegio real. Impressos em Lisboa. Com licença da Sancta Inquisição, e do Ordinario, Lisboa, 1572.]

Lady Wilde, mãe do escritor irlandês Oscar Wilde, publicou, son o pseudónimo " Speranza ", três poemas de inspiração portuguesa: " Catarina. From the Portuguese of Camoens. " (tradução do soneto " Um mover d'olhos brando e piedoso ". " Ignez de Castro. From the Portuguese " (versão em 12 estrofes da cantata de Bocage " Longe do caro esposo Ignez formosa ") e " The comparsion. From the portuguese ", poema anacreoântico que não foi possível identificar. É particularmente iportante a versão de Bocage, que testemunha o conhecimento do poeta nas Ilhas Britânicas 40 anos após a sua morte.

24. THE LIFE OF DOM JOHN DE CASTRO THE FOURTH VICE-ROY OF INDIA. Traduzido por Petter Wichek. London, 1664. (III, 20), pág. 239-240.) Andrade, Jacinto Preire de, *Vida de D. João de Castro, quarto viso-rei da Índia. Offerecida ao ill. mo e rev. mo sr. D. Francisco de Castro, do Conselho geral do Sancto Officio, e de Sua Alteza*, etc, Lisboa, 1651.

25. THE LISBON GUIDE, or an historical and descriptive view of the city of Lisbon and its environs, with notices of the chief places of

interest in portuguese Estremadura. Lisbon, 1853, 2ª ed., 8º de 4 (innumeradas) - 348 páginas. (XV, 2167), pág. 380.)

Nesta publicação encontram-se referências a Camões, Vasco da Gama e Inês de Castro, bem como a versão de algumas estrofes de *Os Lusíadas* nas páginas 2, 15, 19, 54-56, 112 e 332-334.

26. THE LUSIAD: The first canto. Translated into english verse by James Hewitt, etc. Rio de Janeiro, 1883, 8º, 77 páginas (XIV, 278), pág. 246/XV, 1086), pág. 176 e 1141), pág. 186.) [Camões, Luís de, *Os Lusíadas*. Com privilegio real. Impressos em Lisboa. Com licença da Sancta Inquisição, e do Ordinario, Lisboa, 1572.]

27. THE LUSIAD. The second canto. Translated into english verse by James Hewitt, etc. S/l., 1883, 8º de 79 páginas. (XIV, 279), pág. 246/XV, 1086), pág. 176.) [Camões, Luís de, *Os Lusíadas*. Com privilegio real. Impressos em Lisboa. Com licença da Sancta Inquisição, e do Ordinario, Lisboa, 1572.]

28. THE LUSIAD AN EPIC POEM BY LUIS DE CAMOENS, translated from the portuguese by Thomas Moore Musgrave. London, 1826, 8º gr. (V, 460), pág. 274.) [Camões, Luís de, *Os Lusíadas*. Com privilegio real. Impressos em Lisboa. Com licença da Sancta Inquisição, e do Ordinario, Lisboa, 1572.]

Esta versão é feita em verso solto. Tem prefácio e notas.

29. THE LUSIAD OF CAMOENS. Translated into english verse by J. J. Aubertin. London, 1884, 2ª ed., 8ºgr., 2 tomos de XLVIII-298 páginas e 288 páginas. (XIV, 280), pág. 246/ XV, 1141), pág. 186.) [Camões, Luís de, *Os Lusíadas*. Com privilegio real. Impressos em Lisboa. Com licença da Sancta Inquisição, e do Ordinario, Lisboa, 1572.]

30. THE LUSIAD OF CAMOENS. Translated into English Spenserian verse by Robert Ffrench Duff Knight Commander of the Portuguese Royal Order of Christ. Lisbon, 1880, 8º gr. de XLVIII-2-506 páginas. (XIV, 272), pág. 243/ XV, pág. 186.) [Camões, Luís de, *Os Lusíadas*. Com privilegio real. Impressos em Lisboa. Com licença da Sancta Inquisição, e do Ordinario, Lisboa, 1572.]

Segundo Inocêncio: " Quando appareceu esta edição, o periodico que então saíu em Lisboa 'Financial and Mercantile Gazette ', de janeiro de 1879 [1880 ?], publicou um artigo de elogio, transcrevendo algumas estâncias da versão do sr. Duff, cantos I e III (' Episodio de D. Ignez de Castro '). D'esse artigo fez-se tiragem em separado, como prospecto da obra, sob o titulo

Specimens of a new translation of the Lusiad by Robert Ffrench Duff -2 pag. de folio pequeno. “

31. THE LUSIAD OF LUIS DE CAMOENS. BOOKS I, TO V. Translated by Edward Quillinan. With notes by John Adamson, etc, etc. London, 1853, 8º de XII-207 páginas. (V, 460), pág. 274/ XIV, 265), pág. 239.) [Camões, Luís de, *Os Lusíadas*. Com privilegio real. Impressos em Lisboa. Com licença da Sancta Inquisição, e do Ordinario, Lisboa, 1572.]

Esta versão inclui o retrato de Camões.

32. THE LUSIAD OF LUIS DE CAMOENS, closely translated. With a portrait of a Poet, a compendium of his life, an Index to the principal passages of his poem, a view of the “Fountain of Tears “, and marginal and annexed notes original and select. Translated by Lt. Coll. Sir T. Livingston Mitchell. London, 1854, 8º gr., de XXIX-310 páginas. (V, 460), pág. 274/ XIV, 266), pág. 241.) [Camões, Luís de, *Os Lusíadas*. Com privilegio real. Impressos em Lisboa. Com licença da Sancta Inquisição, e do Ordinario, Lisboa, 1572.]

33. THE LUSIAD; OR THE DISCOVERY OF INDIA. An Epic Poem. Translated from the original Portuguese of Luis de Camoens. By William Julius Mickle. London, Oxford, 1773, 2ª ed., 4º de 4-496 páginas. (XIV, 233), pág. 230.) [Camões, Luís de, *Os Lusíadas*. Com privilegio real. Impressos em Lisboa. Com licença da Sancta Inquisição e do Ordinario, Lisboa, 1572.]

34. THE LUSIAD; OR THE DISCOVERY OF INDIA. An Epic Poem. Translated from the Original Portuguese of Luis de Camoens. By William Julius Mickle. London, Oxford, 1776, 4º de 484 páginas. (V, 460), pág. 273/ XIV, 232), pág. 229.) [Camões, Luís de *Os Lusíadas*. Com privilegio real. Impressos em Lisboa. Com licença da Sancta Inquisição, e do Ordinario, Lisboa, 1572.]

Segundo o autor do *Dicionário*, a tradução de Mickle encontra-se também inserta na colecção “ The English Poets, etc “, London, 1810.

35. THE LUSIAD; OR THE DISCOVERY OF INDIA, AN EPIC POEM. Translated from the original Portuguese of Luis de Camoens. By William Julius Mickle. Dublin, 1791, 3ª ed., 8º gr., 2 tomos. (XIV, 235), pág. 230.) [Camões, Luís de, *Os Lusíadas*. Com privilegio real. Impressos em Lisboa. Com licença da Sancta Inquisição, e do Ordinario, Lisboa, 1572.]

36. THE LUSIAD; OR, THE DISCOVERY OF INDIA. An epic Poem. Translated from the Portuguese of Luis de Camoens . With a life of the Poet. Translated by William Julius Mickle. London, 1877, 5^a ed., 8^o gr., de XCII-358 páginas. (XIV, 268), pág. 241.) [Camões, Luís de, *Os Lusíadas*. Com privilegio real. Impressos em Lisboa. Com licença da Sancta Inquisição, e do Ordinario, Lisboa, 1572.]
37. THE LUSIAD: OR, THE DISCOVERY OF INDIA. An epic poem. Translated from the original Portuguese of Luis de Camoens. By William JULIUS Mickle. London, 1798, 6^a ed., 8^o gr., 2 tomos. (XIV, 236), pág. 231.) [Camões, Luís de, *Os Lusíadas*. Com privilegio real. Impressos em Lisboa. Com licença da Sancta Inquisição, e do Ordinario, Lisboa, 1572.]
 Embora esta edição apresente a indicação de terceira de Mickle, deve, segundo Inocêncio, “ considerar-se a sexta das conhecidas do fim do seculo passado “.
38. THE LUSIAD; OR THE DISCOVERY OF INDIA: an epic poem. Translated from the Portuguese of Luis de Camoens. With an historical introduction and notes. By William Julius Mickle. A new edition. London, 1807, 7^a ed., 12^o, 3 tomos de 8. (XIV, 238), pág. 232.) [Camões, Luís de, *Os Lusíadas*. Com privilegio real. Impressos em Lisboa. Com licença da Sancta Inquisição, e do Ordinario, Lisboa, 1572.]
39. THE LUSIAD; OR THE DISCOVERY OF INDIA; AN EPIC POEM. Translated from the Portuguese of Luis de Camoens. With an historical introduction and notes. By William Julius Mickle. A new edition. London, 1809, 8^a. ed., 12^o maior, 3 tomos. (XIV, 239), pág. 232.) [Camões, Luís de, *Os Lusíadas*. Com privilegio real. Impressos em Lisboa. Com licença da Sancta Inquisição, E do Ordinario, Lisboa, 1572.]
40. THE LUSIAD; OR THE DISCOVERY OF INDIA: AN EPIC POEM. Translated from Camoens. By William Julius Mickle. London, 1809, [9^a ed. ?], 16^o. (XIV, 240), pág. 232.) [Camões, Luís de, *Os Lusíadas*. Com privilegio real. Impressos em Lisboa. Com licença da Sancta Inquisição, e do Ordinario, Lisboa, 1572.]
41. THE LUSIAD, OR PORTINGAL' HISTORICAL POEM written in the Portingall Language by Luis de Camoens, and now newly put in to english by Richard Fanshaw, etc. London, 1654, fol. (V, 460), pág. 273.) [Camões, Luís de, *Os Lusíadas*. Com privilegio real.

Impressos em Lisboa. Com licença da Sancta Inquisição, e do Ordinario, Lisboa, 1572.]

Esta versão, segundo Inocência, inclui os retratos de vulto inteiro do infante D. Henrique, Vasco da Gama e Camões; parece ter sido publicada sem o consentimento do tradutor, e durante a sua ausência em Londres.

42. THE LUSIAD, OR, PORTUGALS HISTORICALL POEM: written In the Portingall Language by Luiz de Camoens; and Now newly put into English by Richard Fanshaw. Londres, 1655, folio de 22 (innumeradas) -224 páginas. (XIV, 229),pág. 227.) [Camões, Luís de, *Os Lusíadas*. Com privilegio real. Impressos em Lisboa. Com licença da Sancta Inquisição, e do Ordinario, Lisboa, 1572.]
43. OS LUSÍADAS DE LUIZ DE CAMÕES. In two volumes. Translated by J.J.Aubertin. London, 1878, 8ºgr., 2 tomos de XXXV-298 páginas. (XIV, 270), pág. 242.) [Camões, Luís de, *Os Lusíadas*. Com privilegio real. Impressos em Lisboa. Com licença da Sancta Inquisição, e do Ordinario, Lisboa, 1572.]
44. OS LUSÍADAS (THE LUSIADS) : Eng'lished by Richard Francis Burton. (Edited by his wife, Isabel Burton). London, 1880, 8º, 2 tomos. (XIV, 273), pág. 244/ XV, pág. 186.) [Camões, Luís de, *Os Lusíadas*. Com privilegio real. Impressos em Lisboa. Com licença da Sancta Inquisição, e do Ordinario, Lisboa, 1572.]
45. LUSITANIA ILLUSTRATA: notices on the history, antiquities, litterature, etc. of Portugal. Litterary department. Part I. Selection of Sonnets, with biographical sketches of the authors. By John Adamson. New Castle Upon Tyne, 1842, 8º de XII-100 páginas. (XIV, 256), pág. 237/ I, XLVII.) [Camões, Luís de, *Rhythmas*, Lisboa, 1595.]
- Diz Inocência: “ Esta parte I é dedicada ao duque de Palmella, e contém poesias de varios auctores portuguezes, antogos e modernos, acompanhada de notas biographicas. N'ella vem (pag. 8 a 19) a traducção de alguns sonetos de Camões, que tinham já saído nas ‘ Memoirs ‘ ”
46. LUSITANIA ILLUSTRATA: notices on the history, antiquities, litterature &c. of Portugal. Library department. Part I. Selection of sonnets, with biographical sketches of the authors, by John Adamson. Newcastle Upon Castle [sic], 1842, 8º de X- 100 páginas. (XIV, 706), pág. 373.) [Camões, Luís de, *Rhythmas*, Lisboa, 1595.]

Segundo Inocência: “ Adamson fez, n’este livro, escolha dos mais afamados poetas portuguezes e dá de cada um [...] a amostra poetica, acompanhada de breve noticia biographica e da versão. De Camões copia nove sonetos (p. 8 a 17). “

47. LUSITANIA ILLUSTRATA: notices on the history, antiquities, litterature, &c. of Portugal. Part II. Minstrelsy. By John Adamson. Newcastle Upon Castle [sic], 1856, 8º de XVIII-54 páginas. (XIV, 706), pág. 373.) [Camões, Luís de, *Rhythmas*, Lisboa, 1595.]
48. MEMOIR ON THE ADDRESS OF HIS HOLINESS PIUS IX, delivered in the Secret Consistory on 17th. February 1851, etc, translated from the original in Portuguese, and printed for Senhor João Bonifacio Missó, Consul general of Portugal in Ceylon. Traduzido por Bartholomeu dos Martyres Dias e Sousa. Colombo, 1853, 8º de 27 páginas. (I, pág. 335/ VIII, pág. 365. Sousa, Bartholomeu dos Martires Dias e , *Memoria sobre a allocução do Sanctissimo Padre Pio IX no consistorio secreto de 17 de Fevereiro de 1851*, Lisboa, 1851.
49. MEMOIR ON THE ALLOCUTION OF THE MOST HOLY FATHER PIUS IX in the secret Consistory of the 17th. February 1851. Translated from the original Portuguese by aucturity of the ecclesiastical Commission of the Saint Thomas. Traduzido por Bartholomeu dos Martires Dias e Sousa. Madras, 1852, 8º de 21 páginas. (VIII, pág. 365.) Sousa, Bartholomeu dos Martires Dias e , *Memoria sobre a allocução do Sanctissimo Padre Pio IX no Consistorio Secreto de 17 de Fevereiro de 1851*, Lisboa, 1851.
50. MEMOIRS OF THE LIFE AND WRITINGS OF LUIS DE CAMOENS. By John Adamson. London, 1820, 8º, 2 tomos de XIV-2-310 páginas. (V, 460), pág. 273. /XIV, 253), pág. 235.) [Camões, Luís de, *Os Lusíadas de Luís de Camões. Com privilegio real. Impressos em Lisboa. Com licença da Sancta Inquisição, e do Ordinario*, Lisboa, 1572.]
Segundo as indicações do *Dicionário*, o tomo II contém um ensaio sobre *Os Lusíadas*, traduzido do estudo do Morgado de Mateus. Adamson traduziu vários versos de Camões que, com as versões de Cockle e Hayley, incluiu nas *Memoirs*.
51. NARRATIVES OF THE CAREER OF HERNANDO DE SOTO IN THE CONQUEST OF FLORIDA, etc. Traduzido por Buckingham Smith. New-York, 1866, 8º maxím de XXVIII-334 páginas. (VII, 172), pág. 73/XVIII, 320), pág. 173.) — , *Relação verdadeira dos trabalhos q ho governador dô Fernão de Souto e certos fidalgos*

Portugueses passaram no descobrim~eto da provincia da Frolida. Agora novam~ete feita per h~u fidalgo Delvas. Foy vista por ho señor inquisidor, Evora, 1557.

52. NOTES ON THE PASTORAL ADDRESS OF THE RIGHT REV. DR. FENNELLY vicar apostolic of Madras, dated 8th. january 1863, published in the *Madras Examiner* of the same date, edited and published in portuguese by a gentleman at Goa and now translated into english and offered to the public with Dr. Fennelly's said pastoral address prefixed to them for ready reference. [Trad. por (?)]. Madras, 1864, 4º de 56 páginas. (XII, 7050), pág. 60.) Rivara, Joaquim Heliodoro da Cunha, *Pastoral do ill. DR. Fennelly, vigario apostolico em Madrasta, datada de 8 de Janeiro de 1863, vertida em portuguez e annotada*, Nova Goa, 1863.
Segundo Inocêncio, esta obra de Rivara baseia-se no original inglês do Rev. Dr. Fennelly, com o título *Pastoral Address of the right Rev. Dr. Fennelly Vicar-Apostolic of Madras*, Madras, 1863.
53. PALMERIN OF ENGLAND, translated from the portuguese of Francisco de Moraes. Traduzido por Robert Southey. Londres, 1807, 12º, 4 volumes. (III, 1525), pág. 17.) Moraes, Francisco de, *Chronica de Palmeirim de Inglaterra. Primeira e segunda partes*, Évora, 1567.
54. POEMS FROM THE PORTUGUESE OF LUIS DE CAMOENS: with remarks on his life and writings. Notes, etc, etc. By Lord Viscount Strangford. LONDON, 1803, 8º peq. de 4, 160 páginas. (XIV, 237), pág. 231.) [Camões, Luís de, *Rhythmas*, Lisboa, 1595.]
55. POEMS FROM THE PORTUGUESE OF CAMOENS by Lord Viscount Strangford. London, 1803, 12º. (V, 460), pág. 273.) [Camões, Luís de, *Rhythmas*, Lisboa, 1595.]
Esta obra contém as traduções em verso de vários poemas líricos e das estâncias 38ª a 43ª do canto VI de *Os Lusíadas*; inclui uma notícia sobre o poeta, notas, etc.
56. POEMS FROM THE PORTUGUESE OF LUIS DE CAMOENS: with remarks on his life and writings, Notes, etc, etc. By Lord Viscount STrangford. London, 1804, 2ª ed., 8º mpeq. de 4-160 páginas. (XIV, 242), pág. 233.) [Camões, Luís de, *Rhythmas*, Lisboa, 1595.]
57. POEMS FROM THE PORTUGUESE OF LUIS DE CAMOENS: with remarks on his life and writings. Notes, etc, etc. By Lord Viscount

Strangford. Londres, 1804, 3ª ed., 8º peq. de 4-160 páginas. (XIV, 243), pág. 233.) [Camões, Luís de, *Rhythmas*, Lisboa, 1595.]

58. POEMS FROM THE PORTUGUESE OF LUIS DE CAMOENS: with remarks on his life and writings. Notes, etc, etc. By Lord Viscount Strangford. London, 1805, 4ª ed., 8º peq. de 4-160 páginas. (XIV, 244), pág. 233.) [Camões, Luís de, *Rhythmas*, Lisboa, 1595.]

59. POEMS FROM THE PORTUGUESE OF LUIS DE CAMOENS; With remarks on his life and writings. Notes, etc, etc. By Lord Viscount Strangford. Boston, 1807. (XIV, 245), pág. 233.) [Camões, Luís de, *Rhytmas*, Lisboa, 1595.]

60. POEMS, FROM THE PORTUGUESE OF LUÍS DE CAMÕES: with remarks on his life and writings, notes, etc, etc. By Lord Viscount Strangford. London, 1808, 5ª ed, 8ª peq. de 158 páginas. (XIV, 246), pág. 234.) [Camões, Luís de, *Rhythmas*, Lisboa, 1595.]

61. POEMS, FROM THE PORTUGUESE OF LUIS DE CAMOENS; with remarks on his life and writings. Notes, etc, etc. By Lord Viscount Strangford. Baltimore, 1808. (XIV, 247), pág. 234.) [Camões, Luís de, *Rhythmas*, Lisboa, 1595.]

62. POEMS, FROM THE PORTUGUESE OF LUIS DE CAMOENS; with remarks on his life and writings. Notes, etc, etc. By Lord Viscount Strangford. London, 1810, 6ª ed., 8º peq. de 4 -160 páginas. (XIV, 248), pág. 234.) [Camões, Luís de, *Rhythmas*, Lisboa, 1595.]

63. POEMS, FROM THE PORTUGUESE OF LUIS DE CAMOENS : with remarks on his life and writings. Notes, etc, etc. By Lord Viscount Strangford. London, 1824, 9ª ed., 10º de 91 páginas (XIV, 249), pág. 234.) [Camões, Luís de, *Rhythmas*, Lisboa, 1595.]

Inocência refere que, apesar de este exemplar trazer a designação de sexta edição, é, de facto, a nona, a contar pela ordem por que ficaram registadas.

64. POEMS, FROM THE PORTUGUESE OF LUIS DE CAMOENS: with remarks on his life and writings. Notes, etc, etc. A new edition. London, 1824, 8º peq. de 157 páginas. (XIV, 250), pág. 234.) [Camões, Luís de, *Rhythmas*, Lisboa, 1595.]

65. POEMS OF PLACES. Edited by Henry W. Longfellow. Boston, 1877, 8º, 2 tomos de IX-256 páginas e 8-274 páginas. (XIV, 269), pág. 241.) [Camões, Luís de, *Rhythmas*, Lisboa, 1595.]
 No tomo II, páginas 57 a 60, 89 a 101, 103 a 104, 109, 111, e 114 a 120, encontram-se poemas de Camões vertidas de Mickle, Lord Strangford, William Herbert, Cockle, Felicia Hemans e William Lisle Bowles.
66. POEMS: By Edward Quillinan. With a Memoir by William Johnston. London, 1853, 8º de XLVI-268 páginas. (XIV, 264), pág. 239.) [Camões, Luís de, *Rhythmas*, Lisboa, 1595.]
 Ao longo das páginas 60, 61 e 62, encontramos a versão de dois sonetos de Camões.
67. THE POETICAL WORKS OF MRS. FELICIA HEMANS: COMPLETE. Philadelphia, 1845, 8º gr., 559 páginas. (XIV, 260,262, 263), pág. 238.) [Camões, Luís de, *Rhythmas*, Lisboa, 1595.]
68. THE POETS AND POETRY OF EUROPE, with introduction and biographical notices. By Henry Wadsworth Longfellow. Philadelphia, 1871, 8ºgr. (XIV, 267), pág. 241.) [Camões, Luís de, *Rhythmas*, Lisboa, 1595.]
69. THE POETS AND POETRY OF EUROPE, with introduction and biographical notices. By Henry Wadsworth Longfellow, etc. A new edition, revised and enlarged. Boston, 1882, 2ª ed. 8º gr., de XXI-921 páginas. (XIV; 276), pág. 245-6.) [Camões, Luís de, *Rhythmas*, Lisboa, 1595.]
70. PORTUGAL AND THE CONGO: a statement with maps and introduction. Traduzido por Revenstein. Londres, 1833, 8º de 104 páginas. (XIII, 1086), pág. 326.) Cordeiro, Luciano, *A Questão do Zaire. Direitos de Portugal. Memorandum*, Lisboa, 1883.
71. THE PORTUGUESE ASIA, or the history of the discovery and the conquest of India by the Portuguese, translated by Capt. J. Stevens. London, 1694 e 1695, 8º, de 3 tomos. (V, 505), pág. 417.) Sousa, Manuel de Faria e , *Asia Portuguesa*, Lisboa, 1666 -tomo 1, 1674 - tomo 2, 1675 - tomo 3.
72. PORTUGUESE GRAMMAR. S/l, s/d, 8º de 91 páginas. (XV, 2166), pág. 380.) [Camões, Luís de, *Os Lusíadas. Com privilegio*

real. Impressos em Lisboa. Com licença da Sancta Inquisição, e do Ordinario, Lisboa, 1572.]

Thomas Moore Musgrave traduziu algumas oitavas de *Os Lusíadas* que se encontram na página 84 desta obra.

73. O PRIMEIRO CANTO DE OS LUSIADAS EM INGLEZ, por James Edwin Hewitt. Lisboa, 1881, 4º/8º-40 páginas. (XII, 8191), pág. 272/XIV, 277); pág. 246/XV, 1086), pág. 176.) [Camões, Luís, *Os Lusíadas. Com privilegio real. Impressos em Lisboa. Com licença da Sancta Inquisição, e do Ordinario, Lisboa, 1572.]*

Esta obra foi editada por José do Canto como uma " Recordação do Tricentenário de Camões ".

74. REFLECTIONS ON THE PORTUGUESE PATRONAGE OF THE ORIENT. Applied to the Pastoral Adress of the Revd. Fre Angelicus, Pro-Vicar Apostolic in Bombay, to the Roman Catholic soldeers of the same Presidency, by a Portuguese. Madras, 1858, 8º de 2 (innumeradas) - 90 páginas. (XII, 7043), pág. 59/XVIII, 18), pág. 142.) Rivara, Joaquim Heliodoro da Cunha, *Reflexões sobre o padroado portuguez no Oriente, applicadas à proclamação pastoral do rev. fr. Angelico, pro-vigario apostolico em Bombaim, aos soldados catholicos romanos da mesma presidencia. Por um portuguez*, Nova Goa, 1858.

75. RELICS OF MELODINO, translated by Edward Lawson, Esq., from an unpublished manuscript, dated 1645, London, 1815, 8º. (II, 1271), pág. 442.) Mello, D. Francisco Manuel de, *Obras metricas. Al serenissimo señor infante Don Pedro. Contienen: las tres Musas. El Phanteon. Las Musas Portuguezas. El tercer coro de las Musas*, Leon de Francia, 1665.

76. THE SCEPTIC. A Tale of the secret Tribunal. The siege of Valencia. And other Poems. By Felicia Hemans. London, 1840, 8º de 4 - II - 390 páginas. (XIV, 255), pág. 236.) [Camões, Luís de, *Os Lusíadas. Com privilegio real. Impressos em Lisboa. Com licença da Sancta Inquisição, e do Ordinario, Lisboa, 1572.]*

Nesta obra podemos encontrar, ao longo das páginas 123 a 126, uma tradução do Canto V de *Os Lusíadas* cujo título é: " Appearance of the spirit of the Cape to Vasco da Gama (Translated from the fifth book of the Lusiad of Camoens) ".

77. SEIS SONETOS CAMONIANOS. Reimpressão precedida de uma notícia e retrato do auctor. [Trad. por] John Adamson . Lisboa, 1886, 8º, 29 folhas (innumeradas). (XIV, 282), pág. 246/XV, pág. 211.) [Camões, Luís de, *Rhythmas*, Lisboa, 1595.]

78. SEVENTY SONNETS OF CAMOENS. Portuguese text and translation with original Poems. By J.J. Aubertin, commendador of the noble portuguese order of S. Tiago; knight officer of the imperial Brazilian order of the Rose; corresponding member of the Royal Academy of Sciences in Lisbon. London, 1881, 8º de XXIII-253-2 páginas. (XIV, 275), pág. 245/XV, pág. 211.) [Camões, Luís de, *Rhythmas*, Lisboa, 1595.]
79. A STETEMENT [SIC] OF FACTO, providing the richt of the crown of Portugal to the territories situated on the western coast of Africa laying between the fifth degree and twelve minutes and the eight degree of South latitude; consequently, to the territories of Molembo, Cabinda and Ambriz. Translated into english from the original portuguese. London, 1856, 8º de 44 páginas. (XVI, pág. 216.) [Carvalhosa, Manuel Francisco de Barros e Sousa de Mesquita de Macedo Leitão e, *Demonstração dos direitos que tem a corôa de Portugal sobre os territorios situados na costa occidental d'Africa entre o 5º grau e 12 minutos e o 8º de latitude meridional e por consequente aos territorios de Molembo, Cabimda e o Ambris*, Lisboa, 1855.]
80. THE SUFFERINGS OF OUR LORD JESUS CHRIST WRITTEN ORIGINALLY IN PORTUGUESE. By Fr. Thomas of Jesus of the order of the hermits of St. Augustine and newly translated into English to which is added the third and last part never before published in two volumes. Dublin, 1820, 8º, 2 tomos de 331 e 415 páginas. (XIX, 482), pág. 284.) Jesus, Fr. Thomé de, *Trabalhos de Jesus, I primeira parte. Trata de XV trabalhos que o Senhor passou desde a hora em que foi concebido até à noite de sua prisão*, Lisboa, 1602-1609.]
81. TRANSLATION FROM CAMOENS AND OTHER POETS, by Felicia Hemans. Oxford, 1818, 8º. (V,460), pág. 273.) [Camões, Luís de, *Os Lusíadas. Com privilegio real. Impressos em Lisboa. Com licença da Sancta Inquisição, e do Ordinario*, Lisboa, 1572/ Camões, Luís de, *Rhythmas*, Lisboa, 1595.
Inocência refere que as traduções de Camões são de quinze sonetos, alguns trechos da écloga XV, algumas redondilhas, e parte do episódio do Adamastor.
82. A TRANSLATION OF THE EPISODE OF IGNEZ DE CASTRO. From the Lusiad of Luis de Camões. With prefatory remarks. Traduzido por Richard Harris. Porto, 1844, 8º, 17 páginas. (V, 460), pág. 274/ XIV, 258), pág. 237.) [Camões, Luís de, *Os Lusíadas. Com privilegio real. Impressos em Lisboa. Com licença da Sancta Inquisição, e do Ordinario*, Lisboa, 1572.]

83. TRANSLATIONS FROM CAMOENS, AND OTHER POETS, with original poetry, by the author of " Moderne Grece " and the " Restauration of the works of art to Italy ". Traduzido por Felicia Hemans . Oxford, 1818, 8º de 95 páginas. (XIV, 252), pág. 235.) [Camões, Luís de, *Rhythmas*, Lisboa, 1595.]

Esta edição é de Felicia Hemans. Contém : da página 3 a 25, a versão de diversas poesias de Camões, sendo antecedida por uma epígrafe, do primeiro verso em português da poesia.

84. VIRGINIA RICHLY VALUED BY THE DESCRIPTION, etc. Traduzido por Richard Kakluit. Londres, 1609. (XVIII, 320),pág. 173.) —, *Relação verdadeira dos trabalhos q [sic] ho governador dõ Fernão de Souto e certos fidalgos portugueses passaram no descobri~meto da provincia da Frolida. Agora novam~ete feita per h~u fidalgo Delvas. Foy vista por ho señor inquisidor*, Évora, 1557.

Inocência faz referência a uma versão inglesa de Londres, 1686.

85. VOYAGES AND ADVENTURES IN ETHIOPIA, CHINA, TARTARY, ETC. Translated by H. Cogan. London, 1663/ 1692, folio. (II, 163), pág. 289.) Pinto, Fernão Mendes, *Peregrinaçam de Fernam Mendez Pinto [...]*, Lisboa, 1614.

86. WHO IS THE LEGIMATE KING OF PORTUGAL. A Portuguese Question, submitted to impartial men. By a portuguese residing in London. Translated from the portuguese. Traduzido por Joaquim Cesar de Figanière e Mourão. Philadelphia, 1829, 8º de 96 páginas. (IV, 1518), pág. 73.) Midosi, Paulo, *Quem é o legítimo rei de Portugal? Questão portuguesa, submetida ao juizo dos homens imparciaes. Por um portuguez residente em Londres*, London, 1828.

87. THE WORKS OF THE ENGLISH POETS, FROM CHAUCER TO COWPER, including the series edited with prefaces, biographical and critical, by dr.Samuel Johnson : and the most approved translations. The additional lives by Alexander Chalmers. London, 1810, 8º grande, 21 tomos. (XIV, 241), pág. 233.) [Camões, Luís de, *Os Lusíadas. Com privilegio real. Impressos em Lisboa. Com licença da Sancta Inquisição, e do Ordinario*, Lisboa, 1572.]

No 21º tomo, nas páginas 517 a 783, encontra-se a tradução de Mickle de *Os Lusíadas*.

AUTORES

A

ALCOFORADO, Francisco - 13
ANDRADE, Jacinto Preire de - 24

B

BOCAGE, António Maria Barbosa do - 23

C

CAMÕES, Luís Vaz de - 2; 5; 9; 10; 11; 12; 14; 15; 19; 20; 21; 22; 23;
25; 26; 27; 28; 29; 30; 31; 32; 33; 34; 35; 36; 37; 38; 39; 40; 41; 42; 43;
44; 45; 46; 47; 50; 54; 55; 56; 57; 58; 59; 60; 61; 62; 63; 64; 65; 66; 67;
68; 69; 72; 73; 76; 77; 78; 81; 82; 83; 87
CARVALHOSA, Manuel F. de Barros S. M. M. Leitão e - 79
CORDEIRO, Luciano - 70

G

GARRETT, João Baptista da Silva Leitão de Almeida - 1

J

JESUS, FR. Thomé de - 80

M

MATEUS, Morgado de - 50
MELLO, D. Francisco Manuel de - 75
MIDOSI, Paulo - 86
MORAES, Francisco de - 53

O

OSÓRIO, D. Jerónimo - 17

P

PINTO, Fernão Mendes - 85

Q

QUITA, Domingos dos Reis - 18

R

REVENSTEIN - 70
RIBEIRO, João - 16
RIVARA, Joaquim Heliodoro da Cunha - 3; 4; 52; 74

S

SILVA, António Diniz da Cruz e - 6
SILVA, Nicolau Luís - 8
SILVEIRA, Joaquim Henriques Fradesso da - 7
SOUSA, Bartholomeu dos Martires Dias e - 48; 49
SOUSA, Manuel de Faria e - 71

TRADUTORES

A

ADAMSON, John - 1; 8; 31; 45; 46; 47; 50; 77
AUBERTIN, J. J. - 2; 29; 43; 78

B

BOWLES, William Lisle - 65
BURTON, Richard Francis - 2; 5; 9; 44

C

CHALMERS, Alexander - 87
COCKLE - 50; 65
COGAN, H. - 85

D

DALHUNTY, Marcus - 7
DUFF, Robert Ffrench - 30

E

ELYSIO, Filinto - v. (TRADUTORES) NASCIMENTO, Francisco - 17

F

FANSHAW, Richard - 41; 42

H

HARRIS, Richard - 82

HARRIS, William - 14

HAYLEY, William - 2; 10; 50

HEMANS, Felicia - 2; 14; 65; 67; 76; 81; 83

HERBERT, William - 65

HEWITT, James Edwin - 26; 27; 73

J

JOHNSON - 13

JOHNSON, Samuel - 87

K

KAKLUIT, Richard - 84

L

LAWSON, Edward - 75

LEE, George - 16

LE GRAND, Abbe - 16

LONGFELLOW, Henry W. - 65; 68; 69

M

MICKLE, William Julius - 12; 33; 34; 35; 36; 37; 38; 39; 40; 65

MITCHELL, Sir T. Livingstone - 32

MOURÃO, Joaquim César de Figanière - 86

N

NASCIMENTO, Francisco Manuel do - 17

P

PRESTAGE, Edgar - 6

Q

QUILLINAN, Edward - 14; 19; 20; 21; 22; 31; 66

R

RIVARA, Joaquim Heliodoro da Cunha - 3; 4

S

SCOTT, David - 14

SMITH, Buckingham - 51

SOUSA, Bartholomeu dos Martires Dias e - 48; 49

SOUTHEY, Robert - 2; 53

STEVENS, Capt. J. - 71

STRANGFORD, Lord Viscount - 54; 55; 56; 57; 58; 59; 60; 61; 62; 63;
64; 65

T

THOMPSON, Benjamin - 18

W

WICHEK, Peter - 24

WILDE, Lady Jane Francesca Agnes Elgee - 23

PORTUGAL: UMA BARBÁRIE DE PITORESCAS PAISAGENS

(Joseph Oldknow e John Mason Neale,
dois ingleses entre nós em meados do século XIX)

Maria Zulmira Bandarra de Sousa

Nos anos de 1853 e 1854 o Portugal da Regeneração foi visitado por dois pastores anglicanos, Joseph Oldknow e John Mason Neale, e dessas deslocações nasceram obras que vieram avolumar a já considerável literatura de viagens sobre o nosso país existente àquela data. É sabido que razões de ordem política, militar e comercial tinham trazido britânicos a Portugal desde tempos tão recuados como a tomada de Lisboa aos mouros por D. Afonso Henriques em 1147, mas foram os trágicos acontecimentos do Terramoto de 1755 que despertaram claramente uma viva curiosidade do público de além-Mancha pela realidade portuguesa. Até ao final de setecentos os relatos de viagem de Richard Twiss, do major William Dalrymple e, sobretudo, os do arquitecto James Cavanah Murphy, do irreverente intelectual William Beckford e do primeiro lusófilo inglês Robert Southey atestam distintamente um verdadeiro interesse por Portugal que os acontecimentos históricos portugueses das primeiras três décadas do século XIX vieram ampliar consideravelmente.⁽¹⁾ Com efeito, das penas de muitos dos militares britânicos que combateram em solo português durante a Guerra Peninsular e a Guerra Civil que opôs liberais e absolutistas saíram numerosos relatos que, embora concentrados nos referidos conflitos bélicos, não deixam de ser importantes repositórios de pormenores da

⁽¹⁾ Para conhecimento da indicação bibliográfica completa respeitante aos títulos dos autores atrás mencionados e para uma visão de conjunto das obras sobre Portugal de autoria estrangeira até finais do século XIX consulte-se: MARIA LEONOR MACHADO DE SOUSA, "Lisboa Vista pelos Estrangeiros (Levantamento Bibliográfico até ao Fim do Séc. XIX)" in *Lisboa. Revista Municipal*. Edição da Câmara Municipal de Lisboa — Ano XLIV — 2.ª série — N.º 5 e 6 — 3.º e 4.º Trimestres de 1983, pp. 57-75.

vida portuguesa, à semelhança dos livros de viagens sobre o nosso país escritos no último quartel do século XVIII.⁽²⁾

Mas o Portugal de oitocentos não atraiu apenas combatentes britânicos. Outro tipo de viajante — aquele que se desloca não por imperativos profissionais mas porque, dispondo de tempo e de dinheiro, procura lugares novos que alarguem o seu conhecimento do mundo e lhe satisfaçam o gosto pela descoberta, pela aventura e pela observação de paisagens naturais — começou a cruzar a Europa a partir do século XVIII. Para tal contribuiu decisivamente o melhoramento gradual das condições de viajar em termos, principalmente, de segurança, mas também de comodidade. Preocupado em chegar são e salvo, o viajante dos séculos anteriores desejava atingir rapidamente o seu destino, e a paisagem que atravessava causava-lhe receio e enfado. Agora, sentindo-se mais tranquilo e confortável, descobre pela primeira vez a beleza dos cenários naturais e começa a responder emocionalmente às paisagens que se desenrolam diante dos seus olhos.⁽³⁾ Dos cenários rurais, dos jardins cuidadosamente ordenados e dos monumentos arquitectónicos tão apreciados pelo espírito iluminista (preocupado com os proveitos educativos da viagem) passou-se gradualmente ao culto apaixonado das montanhas ⁽⁴⁾ e da natureza selvagem que viria a marcar, de forma exuberante, a época romântica. Para esta a viagem continuou a ser um meio de satisfazer o gosto pelo estrangeiro que já caracterizara os viajantes cosmopolitas do século XVIII, mas constituiu igualmente uma verdadeira necessidade, a escapatória possível ao *mal de vivre* dos inquietos espíritos românticos.

Por isso a viagem se tornou no Romantismo uma moda, lançada exactamente pelos ingleses. No século XVII já tinha sido um deles, James Howell, a escrever o primeiro guia de viagens sobre o Continente europeu, *Instructions for Forreine Travell* (1642), e, no século seguinte, não só inventaram a palavra «tourist» como da pena de um outro inglês saiu uma obra em quatro volumes que viria a tornar-se um guia essencial: *The Grand Tour containing an Exact Description of most of the*

⁽²⁾ Para informação acerca das obras de viajantes britânicos que têm por pano de fundo as Invasões Francesas e a Guerra Civil consulte-se igualmente o levantamento bibliográfico referido na nota anterior.

⁽³⁾ "We can trace then the ordered development of the sense of beauty in three successive stages: first comes the traveller of the fifteenth century whose look is always backward, then the intermediate stages when the traveller was beginning to feel as well as to see, to feel, if not rapture, at least contentment of mind in beholding beautiful things and places but still looking for usefulness first and beauty afterwards, and finally the complete traveller who is simply happy to feed his eyes on what is fair and to fill his ears with the sweet harmony of birds.": MALCOLM LETTS, "Early Travel and the Development of the Sense of Beauty" in *The Contemporary Review*. Vol. CXVI (July-December 1919). London, The Cont. Rev. Company Limited, 1919, pp. 446-447.

⁽⁴⁾ G. B. Parks, em artigo intitulado "The Turn to the Romantic in the Travel Literature of the Eighteenth Century", defende a ideia de que é precisamente a admiração pelas paisagens montanhosas o factor que determina a transição para o relato de viagem de cunho romântico: "Yet it was mountain scenery, rather than sea or remote lands or primitive peoples, which mainly inspired the romantic turn in travel literature." in *Modern Language Quarterly*, n.º 25, 1964, p. 27.

Cities, Towns and Remarkable Places of Europe (1743) de Thomas Nugent.⁽⁵⁾ À medida que o *Grand Tour* se foi popularizando proliferou também este tipo de obras que cada vez mais eram reconhecidas como preciosos auxiliares de viagem. Ao longo do século XIX serão postos à venda em Inglaterra variadíssimos guias e itinerários, sendo de destacar a publicação em Londres, em 1836, de *A Hand-Book for Travellers on the Continent*, da responsabilidade do editor Murray. Multiplicaram-se os mapas, os horários das diligências e dos novos comboios. Em 1841 é a vez de Thomas Cook lançar a sua famosa agência de viagens e, em 1851, três anos antes da vinda a Portugal dos dois pastores anglicanos de que nos vamos ocupar, era fundado *The British Alpine Club*, prova do entusiasmo que as montanhas, e sobretudo os Alpes, despertavam nos britânicos que então se deslocavam ao Continente.

Ao viajante oitocentista em busca da imensidão das assombrosas paisagens sublimes⁽⁶⁾ Portugal tinha algo a oferecer. As Serras da Estrela, Arrábida, Monchique e, especialmente, Sintra, que tanto fascínio exerceu sobre os britânicos que no Romantismo a visitaram⁽⁷⁾ — Lord Byron é apenas o mais célebre dos muitos exemplos que poderíamos apontar —, mereceram de numerosos forasteiros rasgados elogios, embora o nosso país não possuísse os cenários grandiosos e ao mesmo tempo assustadores, as altas e escarpadas montanhas, os abismos profundamente cavados que os viajantes de além-Mancha podiam encontrar na Suíça. Mas abundavam em Portugal as paisagens que impressionavam pela sua beleza⁽⁸⁾ suave e delicada, e este país ibérico era rico em pitoresco, ou seja, em cenas que, por preencherem os requisitos pictóricos necessários, eram dignas de figurarem em quadros.⁽⁹⁾ Pitorescas eram as paisagens variadas, contrastantes e

(5) Para uma breve definição de GRAND TOUR, fenómeno cultural que teve o seu início na época isabelina mas que só se difundiu amplamente no século XVIII, citem-se as palavras de Francis Claudon: "Qu'est-ce que le Grand Tour? Un séjour de vingt à trente mois environ, à travers tous les pays, ou presque, de l'Europe continentale. Quel est le but du Grand Tour? L'ailleurs, l'évasion, la comparaison." in *Le Voyage Romantique. Des Itinéraires pour aujourd'hui*. Paris, Philippe Lebaud, 1986, p. 10.

(6) Em 1757 foi publicado *A Philosophical Enquiry into the Origin of Our Ideas of the Sublime and Beautiful*, de Edmund Burke, livro que promoveu o gosto pelo sublime. Burke definiu este conceito nos seguintes termos: "Whatever is fitted in any sort to excite the ideas of pain, or danger, that is to say, whatever is in any sort terrible, or is conversant about terrible objects, or operates in a manner analogous to terror, is a source of the sublime; that is, it is productive of the strongest emotion which the mind is capable of feeling." in *A Philosophical Enquiry into the Origin of Our Ideas of the Sublime and Beautiful*. London, Routledge and Kegan Paul, 1967, p. 39.

(7) Consulte-se: J. ALMEIDA FLOR, *Sintra na Literatura Romântica Inglesa*. Publicações da Câmara Municipal de Sintra, 1978.

(8) Quanto ao conceito de belo, Edmund Burke referiu-se-lhe assim: "By beauty I mean, that quality or those qualities in bodies by which they cause love, or some passion similar to it." *ibidem*, p. 91.

(9) Na última década do século XVIII apareceram a público *Three Essays:— on Picturesque Beauty: — on Picturesque Travel: and, on Sketching Landscape: to which is added a Poem, on Landscape painting* (1792) de William Gilpin e *An Essay on the Picturesque as compared with the Sublime and the Beautiful: and on the use of studying pictures for the*

coloridas, as formas irregulares e os jogos de luz que surpreendiam o viajante a cada passo, as melancólicas ruínas das construções medievais, os edifícios decadentes e cobertos de hera, as típicas casas de campo, os rituais católicos, as pequenas aldeias de gente rude e também as figuras humanas que a literatura se encarregava de popularizar: os pedintes, os monges e os bandidos.

A leitura dos muitos relatos de viagem sobre Portugal escritos por britânicos nas primeiras décadas do século XIX mostra-nos de imediato, e de modo inequívoco, que, se abundam neles críticas severas ao Estado e à Igreja Católica, as entidades responsáveis, segundo os autores, pelo subdesenvolvimento económico e pelo atraso cultural do nosso país, não é menos certo que em todos encontramos o enaltecimento das paisagens e do clima portugueses. No fundo, tais encantos naturais, e mesmo os aspectos que suscitaram ferozes censuras, representavam, no seu conjunto, apelos ao viajante-escritor que, à semelhança do seu antepassado do século anterior, se desloca movido pelo gosto pelo diferente, pelo exótico⁽¹⁰⁾, então muito em moda.

Efectivamente, e embora a busca do estranho, o fascínio pelo distante e o desejo de evasão às obrigações, ansiedades e preocupações quotidianas não sejam exclusivo dos dois séculos de que temos vindo a falar, a verdade é que o exotismo, associado à viagem, ocupou um lugar muito importante na vida e na literatura dessas épocas. Durante o século XVIII os relatos de viagem, por serem particularmente aptos a propiciar reflexões de carácter moral, filosófico e político, foram muito utilizados pelos iluministas para, a pretexto de descreverem lugares exóticos, fazerem crítica social e confrontarem doutrinas, costumes, instituições. Ao longo do século XIX vamos continuar a encontrar nos

purpose of Improving real landscape (1794-1798) de Uvedale Price, obras que difundiram e popularizaram a noção de pitoresco. Foi William Gilpin (1724-1804) quem lançou a voga do turismo pitoresco devido à grande divulgação que tiveram não só os seus ensaios sobre este conceito mas também os vários livros de viagens que escreveu, resultantes de extensas deambulações por toda a Grã-Bretanha. O que procuravam esses turistas em busca do pitoresco? Citemos as palavras de Malcolm Andrews a propósito do que era considerado por Uvedale Price (1747-1829) merecedor desse adjectivo: "He [Price] chooses as prime Picturesque material hovels, cottages, dilapidated mills, the interiors of old barns, 'old mossy, rough-hewn park pales of unequal heights', disturbed surfaces of water, certain kinds of tree (oak, elm) — particularly when shattered by storm — shaggy goats, and sheep with ragged fleeces. His depressing list of derelict and obsolescent is finished off with a few human subjects eligible for Picturesque treatment, the gypsies and beggars, 'who in all the qualities which give them that Character, bear a close analogy to the wild forester and the worn-out cart-horse, and again to old mills, hovels, and other inanimate objects of the same kind.' In effect, only ruined human beings are Picturesque." in *The Search for the Picturesque. Landscape Aesthetics and Tourism in Britain, 1760-1800*. Aldershot, Scolar Press, 1989, p. 59.

(10) "We may say that literary exoticism is the integration or intrusion into the literary world of unusual geographical and ethnological features; it expresses the writer's taste for countries that seem excitingly strange and charmingly new, and betrays his enchantment with the diversity, with the vagary even of climate and custom.": in FRANÇOIS JOST, *Introduction to Comparative Literature*. Indianapolis and New York, Pegasus: A Division of the Bobbs-Merrill Company, 1974, p. 111.

livros de viagens considerações desta índole, pois o contacto com outras realidades conduz quase inevitavelmente à meditação sobre as comparações e os contrastes que se estabelecem. Devemos porém ter presente que, se o exotismo encarado nestes termos se dirige fundamentalmente à razão do leitor, convidando-o a reflectir sobre modos de vida distintos do seu e a concordar ou discordar dos pontos de vista do viajante-escritor, ele pode igualmente — como mostrou o Romantismo — apelar à imaginação e ao sentimento, descrevendo pormenorizadamente locais idílicos e sublimes, lugares de recolhimento e de intimidade, verdadeiras portas de escape aos tormentos diários, às pressões citadinas e aos artificialismos da civilização. (11)

À medida que o século XIX foi avançando, Portugal continuou a afigurar-se aos britânicos como uma fonte de pitoresco e de exotismo. Passados os períodos conturbados das Invasões Francesas e da Guerra Civil entre liberais e miguelistas esmoreceu, mas não desapareceu nos ingleses do reinado da rainha Victoria o entusiasmo pelo nosso país. Tal interesse enquadra-se, aliás, num fenómeno cultural mais amplo: o profundo gosto dos vitorianos pela viagem e o fascínio que a Europa meridional neles exerceu, levando-os a atravessar a Mancha e a cruzar os países mediterrânicos em todos os sentidos, sobretudo a Itália. (12)

Provas de que Portugal continuou a ser procurado por britânicos são os relatos de William Henry Giles Kingston, *Lusitanian Sketches of the Pen and Pencil* (1845), Terence MacMahon Hughes, *An Overland Journey to Lisbon at the close of 1846; with a Picture of the Actual State of Spain and Portugal* (1847) e Dorothy Wordsworth, *Journal of a few months' residence in Portugal, and glimpses of the south of Spain* (1847). No ano de 1847 era ainda publicado em Lisboa *The Stranger's Guide in Lisbon; or an historical and descriptive view of the city of Lisbon and its environs, with a new and correct map of the city*, obra com que o autor anónimo pretendeu preencher a falta que diz desde há muito existir de um pequeno guia que fosse ao encontro das necessidades dos ingleses que visitavam a capital portuguesa. (13)

(11) "In the early nineteenth century, owing to their predilection for the picturesque, writers began to observe even the nuances that separate the Japanese from the Chinese. Similar observations can be made in their descriptions of countrysides. Moreover, French exoticism, like the English, no longer aimed primarily at delivering lessons of wisdom or at recounting tales of adventure. It became poetry; it was to the imagination and to the senses, not to reason, that the writer addressed himself." : FRANÇOIS JOST, *Ibidem*, p. 122.

(12) Sobre esta questão consulte-se: JOHN PEMBLE, *The Mediterranean Passion. Victorians and Edwardians in the South*. Oxford, Clarendon Press, 1987. Este livro abre exactamente com a afirmação de que a viagem constituiu para os vitorianos endinheirados uma ocupação de grande significado: "In Victorian and Edwardian Britain the superior classes were travelling classes. They were always going abroad. Their lives were a constant bustle of arrival and departure, their port-manteaux and hatboxes were plastered with foreign labels, and many of the myriad letters that they wrote and received carried the postmarks of exotic places.", p. 1.

(13) No ano de 1800 fora já publicado em Londres *The Lisbon Guide; containing directions to Invalids who visit Lisbon; with a description of that city and tables of coins, weights, and measures of Portugal*. Trata-se, como se percebe pelo título, de um guia dirigido

Com a viragem para a segunda metade do século, que em Portugal coincide com o começo da Regeneração (iniciada em 1851 pela intervenção militar do Duque de Saldanha), o nosso país conhece finalmente a paz e uma relativa estabilidade política que de novo atrai ao seu território um número significativo de britânicos. Nas duas décadas que se seguem, para nos cingirmos apenas ao período da Regeneração (1851-1868), podemos apontar, para além das obras de Joseph Oldknow e de John Mason Neale, títulos como: *The Tagus and the Tiber; or, Notes of Travel in Portugal, Spain, and Italy, in 1850-51* (1852) de William Edward Baxter, *A Visit to Portugal and Madeira* (1854) de Lady Emmeline Charlotte Elizabeth Stuart-Wortley, *Here and there in Portugal. Notes of the present and the past* (1856) de Hugh Owen⁽¹⁴⁾ e *A Family Tour round the Coasts of Spain and Portugal during the Winter of 1860-1861* (1862) de Lady Dunbar, aos quais devemos acrescentar um interessante guia de viagem sem assinatura: *Hints to Travellers in Portugal, in search of the beautiful and the grand. With an itinerary of some of the most interesting parts of that remarkable country* (1852). Muitos dos viajantes que rumaram ao território português durante esta época não o fizeram por necessidade mas, simplesmente, por prazer. O sucesso económico da era vitoriana traduziu-se num aumento do poder de compra que, aliado à diminuição dos custos das viagens, alargou às classes médias a possibilidade de passar férias no estrangeiro:

“But Victorian and Edwardian visitors to the Mediterranean were not exclusively or even predominantly aristocratic, because in the second half of the nineteenth century rising incomes and facilitated travel combined to bring more and more members of the middle classes to the South.”⁽¹⁵⁾

Tal é o caso de dois viajantes que em 1854 visitaram Portugal durante um mês, Joseph Oldknow e John Mason Neale, embora este último já aqui tivesse estado no ano anterior com objectivos bem determinados que adiante explicitaremos. Dessa excursão por terras lusitanas resultaria um relato de viagem que Bernardes Branco definiu como um “volumesinho ácerca da immundicie em Portugal”.⁽¹⁶⁾ Publicado em Londres em 1855 com o título *A Month in Portugal*⁽¹⁷⁾, o autor

àqueles que, por razões de saúde, rumavam a Lisboa. O valor terapêutico do clima português, nomeadamente no tratamento das doenças pulmonares, vinha sendo recomendado pelos médicos britânicos desde o século XVIII.

(14) Trata-se de Hugh Owen, 1.º Barão da Torre de Pêro Palha, que dedicou esta obra a seu pai, Hugh Owen, coronel do exército britânico que combateu em Portugal durante a Guerra Peninsular e que viria a ser Comendador da Ordem de Avis e Cavaleiro da Torre e Espada. O Barão, amigo de Camilo Castelo Branco, era irmão da célebre Fanny Owen, cujos amores infelizes foram imortalizados por Camilo e, já no nosso século, de novo abordados literariamente por Agustina Bessa Luís (*Fanny Owen*, 1979).

(15) JOHN PEMBLE, *ibidem*, p. 2.

(16) *Portugal e os Estrangeiros*. Segunda Parte. Volume III. Lisboa, Imprensa Nacional, 1895, p. 30.

(17) Indicação bibliográfica completa: JOSEPH OLDKNOW, *A Month in Portugal*. London, Longman & Co., Birmingham, B. H. Leather, 1855.

é um obscuro pastor anglicano: Joseph Oldknow (1806 ?/1809 ? - 1874). O seu nome não figura no *Dictionary of National Biography*, e nem Félix Walter ⁽¹⁸⁾ nem Rose Macaulay ⁽¹⁹⁾ lhe traçam qualquer biografia, embora assinalem a existência deste livro. Também nenhuma das várias enciclopédias em língua inglesa que consultámos lhe fazem qualquer alusão. Quanto às obras de referência em língua portuguesa, verifica-se que Inocêncio Francisco da Silva e seus continuadores não o mencionam no *Dicionário Bibliográfico Português*, enquanto Bernardes Branco em *Portugal e os Estrangeiros* dá algum destaque a este relato, transcrevendo excertos que considerou peculiares da opinião que Oldknow formou de Portugal, mas, mais uma vez, deparamos com a total ausência de dados pessoais. Por último, a *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, no seu volume XIX, apresenta uma entrada para este autor, atribuindo-lhe o referido título, mas não fornece informações sobre a sua vida, pelo que desconhecemos a biografia deste sacerdote que exerceu as suas funções em Bordesley, Birmingham, como consta no frontispício de *A Month in Portugal*.

Esta, contudo, não foi a única obra de Oldknow. O *General Catalogue of Printed Books* (British Museum), vol. 175, bem como *The National Union Catalog* (Library of Congress), vol. 429, reconhecem-lhe a autoria de um número substancial de textos, todos eles de carácter religioso, entre os quais se conta *The Catholic Church; its nature, constitution and privileges* (Londres, 1839); talvez que este interesse em estudar a Igreja Católica tenha estado, anos depois, na origem do seu desejo e curiosidade de visitar Portugal ... tanto mais que é certo ser a Igreja a instituição que mais reflexões e divagações lhe suscita ao longo das páginas que dedicou ao nosso país, sendo frequente encontrarem-se também comparações entre a Igreja Católica Romana e a Igreja Anglicana.

Seja como for, a única vez que Oldknow se aventurou nos caminhos da prosa não religiosa foi para escrever um relato de viagem sobre Portugal e fê-lo consciente das suas limitações:

"I am aware that the time of my tour was too short and my opportunities of observation too limited [...] and moreover, [...] I laboured under a great disadvantage in being ignorant of the language [...]" ("Preface", p. V)

No entanto, o autor defende-se das críticas que lhe poderiam vir a ser feitas ao comunicar-nos no prefácio da obra que nas suas deambulações por terras portuguesas teve por companheiro de viagem um outro pastor anglicano, de nome John Mason Neale, esse sim um homem profundamente conhecedor de Portugal, como Oldknow nos diz:

"[...] my fellow-traveller, the Rev. J.M.Neale, Warden of Sackville College, East Grinstead, who had not only visited the

⁽¹⁸⁾ *La Littérature Portugaise en Angleterre à l'Époque Romantique*. Paris, Librairie Honoré Champion, 1927.

⁽¹⁹⁾ *They Went to Portugal*. London, Jonathan Cape, 1946.

country before, but, in addition to his other eminent accomplishments, is well-acquainted with its language, its literature, and its history, both civil and ecclesiastical.” (“Preface”, p. VI)

Oldknow não esconde que foi Neale quem escolheu o itinerário que ambos seguiram e que muito do conteúdo do seu livro se deve a informações colhidas junto do amigo. Mas é precisamente essa dívida a melhor garantia de veracidade que Oldknow crê poder oferecer aos seus futuros leitores, pois estes saberão que o autor não se limitou a emitir opiniões pessoais mas foi secundado por alguém familiarizado com a cultura portuguesa, Neale, o qual procedeu ainda à leitura e revisão do texto dado à estampa com o título *A Month in Portugal* (“Preface”, p. VI).

Não foi difícil descobrir dados sobre este Reverendo Neale que Oldknow apresenta como a autoridade que cauciona a honestidade das suas palavras. O *Dictionary of National Biography* ⁽²⁰⁾ refere-se com alguma extensão a John Mason Neale, um religioso nascido em Londres a 24 de Janeiro de 1818 e falecido em East Grinstead no dia 6 de Agosto de 1866, local onde desde o ano de 1846 desempenhou as funções de director do Sackville College, uma instituição de caridade fundada em 1608 por Robert Sackville, 2º Conde de Dorset. Homem gentil, muito apreciado por um círculo de amigos devotados entre os quais se contaria por certo Joseph Oldknow, bastante culto, dominando cerca de vinte línguas, Neale não viveu a sua vocação sem sobressaltos, pois a sua crença nas doutrinas e rituais da Igreja Alta Anglicana (*High-Church*) e o seu apoio ao Puseísmo ⁽²¹⁾ valeram-lhe muitos opositores que chegaram mesmo a usar de violência física contra a sua pessoa. No entanto, Neale conseguiu levar uma existência feliz, dedicada à Igreja, à família e à assistência aos pobres, orfãos e desamparados, tendo ainda no seu tempo alcançado alguma projecção como escritor. Para além de ter sido

⁽²⁰⁾ *The Compact Edition of the Dictionary of National Biography*. Vol. I. Oxford, O.U.P., 1975, p. 1467.

⁽²¹⁾ PUSEÍSMO: nome dado ao Movimento de Oxford (*Oxford Movement*, também chamado *Tractarian Movement*), dirigido por Edward Pusey (1800-1882), professor de hebreu em Oxford. Este movimento religioso, ocorrido no seio da Igreja Anglicana, centrou-se em Oxford e decorreu entre 1833 e 1845, data em que um dos seus líderes mais eloquentes, John Henry Newman (1801-1890), aderiu à Igreja Católica Romana. Eram as seguintes as ideias defendidas pelo movimento: “Some of the leaders of the Church of England realized (especially after the Act of Catholic Emancipation, 1829) that the Church was by its constitution largely at the mercy of the state, and was in danger of becoming in essentials a department of the state. The Oxford Movement preached that the Church had its independent, spiritual status, was in direct descent from the medieval Catholic Church, and represented a ‘middle way’ between post-Reformation Catholicism and Protestantism. The movement’s propaganda was conducted through tracts, many of them by John Newman, and culminated in *Tract XC* which asserted that the Thirty-nine Articles, on which Anglican doctrine is based, are compatible with Roman Catholic doctrine.”: in CHRISTOPHER GILLIE, *Longman Companion to English Literature*. 2nd edition. London, Longman Group Ltd, 1980, p. 692.

colaborador de vários jornais, a sua vasta produção literária inclui traduções de poemas latinos e gregos, versos originais em latim e inglês, obras teológicas, contos e livros para jovens, sobretudo de carácter histórico, e também, surpreendentemente, um guia para viajantes em Portugal.

De acordo com a sua biografia, Neale tinha uma saúde frágil e, em 1843, na companhia de sua mulher, Sarah Norman Webster, rumou à ilha da Madeira no intuito de se fortalecer. Diz o *Dictionary of National Biography* que durante os três anos seguintes o casal viveu entre a Madeira e a Inglaterra e daí admirá, portanto, o interesse de Neale por Portugal. Segundo nos diz Rose Macaulay⁽²²⁾, foi em Maio de 1853 que Neale se deslocou pela primeira vez ao continente português, na simpática companhia do Bispo Forbes, do Cônego H.L. Jenner e do Dr. J.H. Rogers, a fim de praticar « eclesiologia» (ou seja, visitar igrejas) e escrever não só alguns artigos sobre igrejas para o jornal *Ecclesiologist* mas também um guia de viagens sobre o nosso país que lhe fora encomendado pelo editor londrino John Murray, especializado na publicação de obras do género.

Apesar dos incómodos que experimentou e não deixou de registar, a viagem deve ter-lhe sido agradável por quanto regressou a Portugal logo na Primavera do ano seguinte (talvez para completar a recolha de dados para o guia turístico sobre o nosso país), 1854, desta feita acompanhado por Joseph Oldknow, “a very tolerable companion, though he minds roughing it a great deal more than a traveller in Portugal ought.”⁽²³⁾

As estadas na Madeira entre 1843 e 1846 e as duas viagens ao Continente em 1853 e 1854 que acabámos de referir terão, pois, proporcionado a Neale um conhecimento razoável de Portugal e, a fazermos fé nas palavras de Oldknow, embora não dispunhamos de qualquer outra fonte, podemos ainda colocar a hipótese de ele ter cá vindo outras vezes e aqui permanecido por longos períodos, visto que a páginas 37 do seu relato Oldknow nos diz que o seu companheiro de excursão “had resided many years in Portugal”.

Por coincidência, foi em 1855, exactamente no mesmo ano em que saiu o volume de Oldknow, que foi posto à venda no mercado livreiro o *Handbook for Travellers in Portugal*⁽²⁴⁾ de Neale, mas sem a assinatura do autor. Saliente-se, antes do mais, a enorme projecção desta obra que passou por sucessivas reedições (1856, 1864, 1875, 1885, 1887...) e se foi adaptando aos novos tempos. Enquanto é de supor que a narrativa de Oldknow terá tido pouco impacte, a avaliar pela ausência de reedições e escassez de referências a ela feitas, outra sorte estava destinada ao livro de Neale, que se tornou de imediato o guia para os

⁽²²⁾ Edição consultada: *They Went to Portugal*. Harmondsworth, Penguin Books, 1985, pp. 207-211.

⁽²³⁾ Citado por ROSE MACAULAY, *Ibidem*, p. 208.

⁽²⁴⁾ Referência bibliográfica completa: [John Mason Neale], *Handbook for Travellers in Portugal. With a travelling map*. London: John Murray. Paris: A. & W. Galignant and Co.; Stassin and Xavier, 1855.

turistas britânicos que posteriormente visitaram Portugal. Diz Rose Macaulay:

"It is one of the best [books on Portugal] that exists, and ran into many editions; every wise traveller to Portugal has taken it with him ever since." (25)

Estamos assim perante duas obras sobre Portugal compostas por dois pastores anglicanos que percorreram o país juntos (embora Neale já o tivesse feito antes mais extensamente), o que desde logo nos impele para a comparação, no intuito de detectar as semelhanças e diferenças de apreciação entre dois indivíduos que tiveram oportunidade de observar e reagir em simultâneo à mesma realidade estrangeira. A nível da organização interna são, porém, dois livros de características muito distintas. O primeiro, de Oldknow, apresenta uma estrutura de itinerário (26), e nele o autor vai descrevendo cronologicamente o seu percurso e as peripécias por que passou. Abundam as anotações impressionistas, e os muitos episódios anedóticos que concorrem para ilustrar e comprovar as informações sobre Portugal poderiam ter tido uma presença ainda mais forte, não fora o facto de o autor ter perdido, nas imediações da Serra da Estrela, um dos objectos mais indispensáveis ao viajante assumido: o seu livrinho de apontamentos. (27) Esse infeliz acaso impossibilitou-o, pois, como ele próprio confessa nas páginas 89 e 90, de reproduzir mais incidentes curiosos e divertidos, bem como de fazer descrições de outros lugares e cenas que acabou por esquecer ou que, na altura em que redigiu a sua obra, recordava já sem os pormenores que os tornariam interessantes para o público leitor. Ainda assim, a riqueza de pormenores e de pequenas histórias, aliada a um humor que não deixa de ser fortemente crítico, são, a nosso ver, as componentes mais cativantes deste relato que Oldknow dedicou a Portugal.

Quanto ao *Handbook for Travellers in Portugal*, a sua própria qualidade de guia de viagens determina-lhe a estrutura. Embora a tradição deste género de obras fosse antiga, como já tivemos oportunidade de realçar, o guia de viagem tal como o entendemos hoje, bem organizado, de fácil consulta e contendo informações minuciosas e

(25) *Ibidem*, p. 209.

(26) Esta é a estrutura mais comumente adoptada pelos autores de livros de viagens e pode apresentar três formas: a de uma narrativa contínua (é o caso de *A Month in Portugal*), a de um diário, ou então a forma epistolar. A opção por uma narrativa que siga, sem sobressaltos, a cronologia do percurso tem a sua vantagem: "The chronological structured book proceeds as the traveller did, letting the reader enjoy the sense of actually accompanying the writer from place to place." in MARY SUE ROBINSON MORRILL, *The British Literary Traveller on the Continent, 1795 to 1825*, dissertação de doutoramento apresentada à New York University, 1975, p. 346.

(27) Outros objectos considerados imprescindíveis por estes viajantes aventureiros eram o pedómetro, o telescópio, o barómetro, vidros coloridos através dos quais se observavam as paisagens, guias de viagem, agendas, blocos de desenho, estojos de aquarelas, penas e lápis, mapas e relatos de outros viajantes que sobre as mesmas regiões já tinham escrito.

exactas, só surge verdadeiramente no século XIX, à medida que se vai anunciando o fenómeno de massas a que chamamos turismo. Em Inglaterra inicia-se precisamente com a publicação da famosa série *Murray's Handbooks for Travellers*, de que o volume de J. M. Neale sobre Portugal é um exemplo. ⁽²⁸⁾ Pensados para poderem responder às mais diversas necessidades e interesses, estes livros apresentavam-se, como o nome indica, em forma de pequenos e práticos manuais que tinham uma enorme procura, como provam as inúmeras reedições que deles se fizeram.

Uma leitura do *Handbook for Travellers in Portugal* permite-nos apreciar o modo como este guia foi cuidadosamente planificado. Para além da profusão de informações concretas, de carácter utilitário, absolutamente indispensáveis aos forasteiros, procura-se abranger igualmente os mais relevantes aspectos culturais do país em questão, de forma a fornecer ao viajante os conhecimentos básicos para uma melhor e mais clara compreensão da realidade estrangeira visitada. Escrito em tom impessoal, como é próprio do género, a linguagem descritiva deste roteiro é simples, precisa, directa, e, de quando em vez, deparamos com comentários divertidos que nos deixam adivinhar um Neale bem humorado e irónico.

A presente obra tem início com a lista das estradas que o autor considerou como as mais interessantes a percorrer por quem esteja de visita a este país ibérico (p. VII), ao que se segue um capítulo introdutório a que Neale deu o título de "Preliminary Remarks" e que constitui uma das secções mais importantes e curiosas do *Handbook for Travellers in Portugal*. Neale começa por lembrar ao turista que Portugal é o país da Europa que os ingleses menos conhecem devido à falta de bibliografia de confiança a ele respeitante; para quem pudesse colocar objecções a esta afirmação fazendo valer os muitos relatos de viagem sobre o nosso país escritos por britânicos, Neale apressa-se a dispensá-los por não serem rigorosos:

"[...] the tours of English travellers are for the most part so inaccurate as to be worse than nothing [...]" (p.IX).

Face a esta ausência de informação, e para que não se criem falsas expectativas, o autor deixa desde logo muito claro que uma viagem a Portugal só deverá ser empreendida quando estiverem satisfeitos três requisitos absolutamente obrigatórios: 1.º gozar de boa saúde, de forma a suportar, num mesmo dia, grandes amplitudes térmicas, a contentar-se com uma alimentação extremamente pobre, só à base de broa e vinho verde, e a pernoitar em tão más estalagens que em Inglaterra não serviriam nem para lá deixarmos um animal de estimação; 2.º ter bom temperamento, sendo a paciência dez vezes mais necessária em Portugal do que em qualquer outro lugar devido à especificidade do carácter dos portugueses:

⁽²⁸⁾ Os guias *Baedeker*, *Fodor* e *Michelin* são outros exemplos de séries de prestígio que comprovam a vitalidade e o alto grau de aperfeiçoamento que este género de obras atingiu devido ao seu papel importante no contexto da indústria turística.

"[...]not only because a Portuguese will not be hurried, and will do your work in his own way and at his own time, but because, though the easiest of all people to be led, he is the worst to be driven; and when in a passion sometimes becomes dangerous."(p. IX);

3º escolher bem a época do ano para a viagem, sendo Abril o melhor mês por o calor não ser excessivo e as nuvens primaveris projectarem sobre os montes e vales sugestivos jogos de sombras que lhes dão grande beleza.

Postas estas condições, Neale passa à abordagem de aspectos gerais como as formas de alcançar Portugal (por via terrestre, vindo de Espanha, ou por via marítima, utilizando os vapores tri-mensais que saem de Southampton), a sua geografia, a salubridade do clima, a divisão do território em seis províncias (Trás-os-Montes, Entre Douro e Minho, Beira, Estremadura, Alentejo e Algarve), uma tábua cronológica dos mais significativos acontecimentos da História de Portugal ⁽²⁹⁾, uma breve resenha das ordens militares e religiosas, sem esquecer mesmo um longo parágrafo sobre o Sebastianismo, entendido como "the most extraordinary superstition that ever prevailed in any civilised nation" (p. XXIII).

A questão da língua é igualmente tratada nesta primeira parte do manual, alertando Neale de imediato para a autonomia do português face ao espanhol:

"It is a common but most erroneous opinion that Portuguese is merely a corrupted dialect of Spanish [...]" (p.XXXI)

O autor tem a sensibilidade suficiente para prestar atenção às peculiaridades da nossa língua, e é curioso encontrarmos aqui apontamentos sobre a troca do «b» pelo «v» na região Norte do país, a força dos diminutivos ⁽³⁰⁾ ou as palavras que não só os portugueses mas também o próprio Neale consideram como intraduzíveis para qualquer outra língua: "saudade", "geyto", "menino", "mavioso" e "rosicler".

Visto que, à excepção de Lisboa e Porto, as línguas estrangeiras como o inglês e o francês são totalmente desconhecidas da população

⁽²⁹⁾ Neale lamenta que Robert Southey não tenha completado o seu projecto de escrever uma História de Portugal: "It must always be a subject of deep regret to the English reader that the history of Portugal, to which Southey had devoted so much time, labour, and thought, was never completed. His materials were such as no other person, not a native, can possibly accumulate again." (p. XIX). De facto, Robert Southey, o primeiro lusófilo inglês, escreveu não só *History of the Peninsular War* (1823-1832) mas também *The History of Brazil* (1810-1819), obra que lhe valeu a distinção de Cavaleiro da Ordem da Torre e Espada por vontade expressa da Rainha D. Maria II e originalmente concebida como apenas uma das partes que deveriam constituir a sua *History of Portugal*. Southey chegou, efectivamente, a escrever uma História de Portugal que cobria os anos de 1063 a 1583 mas o parapeiro do manuscrito permanece até hoje desconhecido.

⁽³⁰⁾ "For example, *cabra branca* is a white goat; we may diminish the expression thus — *cabrito* is a kid; *cabritinho* is a little kid; and, not content with *cabritinho branco*, we may say *cabritinho branquinho*." (p. XXXII)

e nem mesmo os guias as falam, Neale avisa que é absolutamente necessário ao viajante estudar os rudimentos do português. Assim, inclui, no final desta introdução, duas páginas contendo noções gerais de gramática ⁽³¹⁾ e um vocabulário (pp. XXXVII-LXI) relativamente extenso e diversificado, de muita utilidade para o inglês em trânsito por Portugal. Do grande número de palavras, expressões, perguntas e respostas, podemos destacar, a título de exemplo, o léxico respeitante à alimentação, vestuário, alojamentos, compras, horas, distâncias, etc., sendo a lista de vocabulário sobre cavalos, curiosamente, a mais longa, o que se explica por serem estes animais, juntamente com as mulas, os principais meios de transporte à disposição dos viajantes.

Os forasteiros podem ainda contar com as diligências que fazem as ligações Porto-Braga, Lisboa-Elvas- Badajoz e Lisboa-Coimbra e com um vapor que a intervalos incertos faz o percurso Lisboa-Porto mas, na verdade, as montadas constituem o meio de locomoção fundamental num país de péssimas estradas:

“Portugal is behind every other European country in its roads; or rather in those tracks and watercourses which, by courtesy, are called so.” (p. XIV)

Melhores tempos no entanto se avizinham, pois o autor anuncia que estão projectadas para breve várias vias-férreas (p. XV) e boas estradas macadamizadas, algumas das quais se encontram já em fase de construção (p.XV).

Os incómodos com que o viajante se depara em Portugal não se prendem, porém, apenas com os meios de transporte e as vias de comunicação. O autor alerta também para a escassez de estalagens:

“The question is not, which is the best inn, but whether there be an inn at all.” (p. XVII)

e a falta de condições das mesmas:

“It is the sitting-room which will form the traveller's quarters: fowls having been untied from the table-legs, children removed, and perhaps a pig or two kicked out, he may then order up his luggage, and he will probably have the advantage of being able to contemplate the sky between the tiles, and to keep an eye on the mules through the crevices in the floor.” (p. XVII)

⁽³¹⁾ Diz Neale que estas noções gerais de gramática foram retiradas do *Handbook for Colloquial Portuguese* com autorização do seu autor, o Reverendo Alexander James Donald D' Orsey (1812-1894). Só nos foi possível encontrar referência à 2.ª edição de: *Colloquial Portuguese; or the words and phrases of every-day life... for the use of English tourists and visitors in Portugal, the Brazils, Madeira, and the Azores. With a brief collection of epistolary phrases ... Second edition, considerably enlarged.* (London, Longman, Green, Longman, & Roberts, 1860). Contudo, poucos anos antes da publicação da obra de Neale, A. J. D. D' Orsey publicara: *A practical grammar of Portuguese and English...* (Lisbon, 1852) , gramática que viria a ter uma reedição ainda na mesma década: *A practical grammar of Portuguese and English... by the Rev. Alex. J. D. D' Orsey ... assisted by Sr. Marcellano R. de Mendonça.* (London, Rolandi, 1859).

É evidente que em hospedarias como estas o forasteiro era inevitavelmente perturbado por uma numerosa fauna nocturna — pulgas, percevejos, baratas — que os estrangeiros de visita a Portugal não se cansaram de lamentar amargamente.

Outra dificuldade séria diz respeito à comida que, em muitas regiões do país, escasseia:

“[...] the question is frequently not between good and bad food, but between eating and going without.” (p. XVII)

Ainda assim, o leitor fica informado de que os ovos não são difíceis de encontrar, os peixes como a pescada, a truta, a lampreia e o salmão são óptimos e a sardinha a melhor do mundo, os queijinhos de cabra são particularmente bons, os doces abundantes, a fruta é de excelente qualidade, destacando-se os morangos, as cerejas, as ginjas, as laranjas, as ameixas de Elvas e os figos do Algarve, gozando até as duas últimas espécies de uma reputação europeia e, finalmente, o vinho pode ser adquirido em qualquer lugar.

Para evitar um jejum forçado o viajante é aconselhado a munir-se antecipadamente de alguns alimentos, pois poderá ter de percorrer muitos quilómetros até encontrar uma venda e as distâncias em Portugal são extremamente enganadoras:

“Portuguese distances are reckoned by leagues (legoas), but what a league is, it would puzzle a lexicographer to say.” (p. XVI)

Aludindo à distinção feita pelos portugueses entre léguas longas e léguas pequenas, não é sem humor que Neale se refere à diferença de comprimento das mesmas, consoante a província em que o forasteiro se encontra:

“The leagues of Alemtejo have the reputation of being the longest, and those of Traz os Montes the shortest: the writer, however, must confess that he was never able to discover the shortness of the latter.” (p. XVI) ⁽³²⁾

Este tipo de informações pragmáticas, a que foram acrescentadas outras sobre moedas, pesos e medidas, por exemplo, surgem na introdução ao *Handbook for Travellers in Portugal* de mistura com parágrafos que procuram fazer um enquadramento cultural, impondo-se desde logo uma conclusão: ao subdesenvolvimento técnico e económico corresponde uma igual pobreza artística. Remetendo o leitor para a única obra de mérito existente sobre este assunto, *Les Arts en Portugal* do Conde A. Raczynski ⁽³³⁾, Neale afirma:

⁽³²⁾ Oldknow também mostra a sua estranheza acerca da inexactidão com que a palavra «légua» é usada: “A league is usually reckoned about four English miles, but in Portugal this measure varies so much in length [...] that to be told of a distance in leagues [...] affords often a very indefinite idea of the ground to be actually passed over.” (p. 10)

⁽³³⁾ A. RACZYNSKI (Conde), *Les Arts en Portugal*. Paris, Jules Renouard et Cie., 1846.

“The volume of Count Raczynski [...] proves how little, in the way of artistic skill, can be discovered by the most diligent and persevering investigator.” (p. XXVII)

Para comprovar a veracidade destas palavras mencionam-se duas áreas específicas, a da pintura e a da literatura: no que diz respeito à primeira, verifica-se a inexistência de pintores portugueses de reconhecida categoria, à exceção de Grão Vasco e, quanto à segunda, abunda em obras religiosas, muitas delas sobre questões extravagantes e sem qualquer interesse, escasseando os livros raros e curiosos que os viajantes sempre gostam de adquirir. Se nestes “Preliminary Remarks” Neale não se detém nos nomes dos mais destacados autores literários portugueses, embora venha a fazê-lo mais adiante a propósito de lugares que visitou, fornece contudo uma boa bibliografia, quer portuguesa, quer estrangeira, das obras disponíveis sobre Portugal que foi por certo de grande utilidade a todos quantos se quiseram documentar sobre o nosso país a partir de então. Os livros referenciados no parágrafo intitulado “Works on Portugal” (pp. XXIV-XXVIII) vão desde a História de Portugal, elogiando-se, entre os historiadores, a figura de Alexandre Herculano, passando pelas histórias eclesiásticas e militares, pelas obras de carácter geral e consulta obrigatória como o *Mappa de Portugal Antigo e Moderno* do Padre João Bautista de Castro ⁽³⁴⁾ e o *Essai statistique sur Portugal* de Adrian Balbi ⁽³⁵⁾, para terminar com uma listagem dos mais significativos relatos de viagem sobre Portugal, onde vamos encontrar viajantes bem nossos conhecidos, como Murphy, Ruders, Southey, Link, Marianne Baillie, entre vários outros (pp. XXVII-XXVIII).

A resenha do conteúdo do capítulo introdutório do *Handbook for Travellers in Portugal* que acabámos de fazer teve por objectivo pôr em evidência o modo como o Rev. Neale evitou criar grandes expectativas naqueles que se preparavam para visitar Portugal. Ao lerem antecipadamente este guia, os futuros viajantes vinham já alertados para as dificuldades que teriam de enfrentar e conscientes do pouco que este país ibérico tinha a oferecer em termos culturais. Sendo uma nação católica, nem mesmo possuía uma riqueza em igrejas que merecesse a atenção de todos aqueles que, como os reverendos Neale e Oldknow, eram grandes apreciadores da arquitectura religiosa:

“No European country has less interesting ecclesiology than Portugal [...]” (p. XXX)

Face a este panorama de pobreza generalizada poderíamos pensar que o turista seria rapidamente levado a desistir da sua viagem, mas o

⁽³⁴⁾ Neale refere a 2.ª edição, de 1762-1763, desta valiosa obra, preferível à 1.ª, de 1745-1758, por ter sido revista e aumentada pelo autor.

⁽³⁵⁾ Neale considera ser esta obra uma das melhores que já se escreveram sobre Portugal: *Essai Statistique sur le Royaume de Portugal et d'Algarve, comparé aux autres États de l'Europe, et suivi d'un Coup d'oeil sur l'état actuel des sciences, des lettres et des beaux arts parmi les Portugals des deux Hémispheres*. Paris, Rey et Gravier, 1822.

presente manual assegura-lhe em tom enfático que a paisagem portuguesa vale, por si própria, a deslocação e é praticamente o único atractivo do nosso país:

“The great attraction of Portugal is its scenery, and few would think of visiting it with any other object.” (p. XXVIII)

Completamente rendido aos seus encantos naturais, à semelhança de muitos outros estrangeiros e também do seu amigo Oldknow, Neale não poupa elogios a Portugal neste domínio e, antes de passar ao seu roteiro turístico, resume os inconvenientes e as decepções que esperam o viajante, para logo de seguida o tentar com a promessa de um percurso por terras de singular beleza:

“He [the tourist in Portugal] must be prepared for the worst accommodation, the worst food, and the greatest fatigue, and he must not expect much that can interest in the way of architecture, ecclesiology, or the fine arts. But to one who is in pursuit of scenery, more especially to the artist, no other country in Europe can possess such attractions and such freshness of unexplored beauty.” (p. XXXV)

Sendo este o principal aliciante de Portugal, não admira, pois, que a propósito dos itinerários recomendados no *Handbook for Travellers in Portugal* sejam postas sempre em destaque as maravilhas paisagísticas de cada região, retratadas invariavelmente através de uma adjectivação enaltecadora, ao mesmo tempo que se descreve a localização geográfica de cada lugar, as respectivas associações históricas, o número de habitantes, as estradas, os edificios (igrejas, palácios, hospitais, prisões...), os monumentos, as praças, as estalagens que mais convêm ao viajante, enfim, o que vale a pena visitar.

Para além dos dados objectivos e úteis, o leitor deste guia encontra também aqui referências bibliográficas sobre os diferentes locais e os acontecimentos e personagens históricas que a eles estão ligados, e, de quando em vez, a prosa descritiva é entrecortada por excertos de poemas portugueses relacionados, quer pela autoria, quer pelo conteúdo, com a região que está a ser abordada. Tais trechos de poetas como Camões, Almeida Garrett, Francisco Rodrigues Lobo, Sá de Miranda e Gil Vicente (“the Portuguese Plautus”, p. 152) provam que Neale levou o seu interesse por Portugal ao ponto não só de se informar com alguma profundidade acerca da nossa literatura, mas de exercer sobre ela o seu sentido crítico, sempre acompanhado pelo humor que lhe é característico:

“Coimbra was the birthplace of Sà de Miranda, who perhaps claims the second place among Portuguese poets, notwithstanding the harshness of his verses, which gave occasion for the critic Manoel de Faria e Sousa to declare, with more point than truth, that Francisco de Sà was an excellent poet for all people who were getting deaf.” (p. 110)

O *Handbook for Travellers in Portugal* encontra-se dividido em sete secções: "Lisbon" (pp. 1-34), "Alemtejo and Estremadura Transtagana" (pp. 35-52), "Kingdom of Algarve" (pp. 53-65), "Estremadura (North of the Tagus)" (pp. 66-101), "Beira" (pp. 102-131), "Entre Douro e Minho" (pp. 132-158) e "Traz os Montes" (pp. 159-175). A primeira delas, exclusivamente dedicada à capital, obedece a uma arrumação temática e nela o leitor obtem informações sobre hotéis (o melhor é o *Bragança*, onde se fala inglês), restaurantes, cafés, correio, aluguer de carruagens e respectivos preços, horário dos vapores que saem da Praça do Comércio e preços dos bilhetes, divertimentos públicos (teatros, tourada), imprensa periódica, jardins (são poucos e muito inferiores aos ingleses, revelando que os portugueses não se interessam pela arte da jardinagem), igrejas (descrição pormenorizada dos interiores e crítica à forma apressada como é celebrada a missa, única excepção feita aos serviços religiosos do Colégio dos Inglesinhos), palácios, praças, largos, mercados, hospitais, cemitérios, prisões, etc., etc., sendo destacados, pela sua magnificência, o Aqueduto das Águas Livres e, pelo seu aspecto típico, os chafarizes. Estes últimos proporcionam, nas palavras de Neale, uma das cenas mais pitorescas de Lisboa, dada a multidão de aguadeiros, na sua maioria galegos, que à volta deles se reúne. À semelhança de muitos forasteiros que escreveram sobre a capital portuguesa, também o autor do presente guia turístico ficou impressionado com o grande número de galegos existente na cidade fazendo não só o transporte de água mas, na verdade, todos os trabalhos pesados que os alfacinhas recusam. A honestidade e a diligência destes homens é, aliás, sublinhada, por oposição à arrogância dos lisboetas que a este propósito tinham mesmo criado um provérbio: "God first made the Portuguese, and then the Gallego to wait upon him." (p.29).

A imagem que nos fica da Lisboa retratada por Neale é a de uma capital que goza de uma bonita localização geográfica, um bom clima, uma longa história e que nos últimos trinta anos tem conseguido uma série de melhoramentos que alteraram completamente a sua fisionomia ⁽³⁶⁾:

⁽³⁶⁾ Para um melhor conhecimento de Lisboa Neale aconselha aos seus leitores a consulta de duas outras obras, ambas descrições gerais da capital portuguesa: *Itinerario Lisbonense* (de Inácio Paulino de Moraes), muito útil para a localização das ruas de Lisboa, e *The Lisbon Guide*, uma iniciativa do Colégio dos Inglesinhos publicada por Luís Correia da Cunha, editor responsável pela publicação de muitos romances portugueses na década de 50 do século XIX, nomeadamente os de Alfredo Possolo Hogan (1830-1865). Quando Oldknow visitou o Colégio dos Inglesinhos o Presidente daquela instituição presenteou-o com esta obra, compilada sob direcção sua, pedindo desculpa pelos vários erros que continha (*A Month in Portugal*, p. 156). Camilo Castelo Branco referiu-se ao *Lisbon Guide* (2ª edição, Lisboa, 1853) nos seguintes termos: "Com 7 estampas e muitas tolices. No artigo «litteratura» especialisa na mystica frei Alexandre de Gusmão, e na poesia lyrica frei Manoel de S. José, que o leitor e eu conhecemos tanto como a frei Alexandre. Não tem noticia de Herculano; mas sabe que um dos primeiros historiadores portugueses é Paes Veigas (Viegas, talvez). Ouvi dizer que era padre o author do livro; conheceu Castilho e escreve-lhe largamente a biographia. Nas descrições é exacto e noticioso." in *Narcóticos*. Vol. II. Notas bibliographicas, historicas, criticas e humoristicas. Porto, Companhia Portuguesa Editora, 1920, p. 41.

"The dirt, the beggars, and the dogs which the description of travellers have led the stranger to expect, are gone; and the first impression of the stranger will probably be that it is the cleanest as well as the most splendid looking city that he has seen. The streets have undergone as great a change in regard to their condition by night as to that by day. The traveller has now no chance of relating his adventures with assassins and robbers." (p. 9) ⁽³⁷⁾

No entanto, se as infra-estruturas vão merecendo a atenção dos governantes, há ainda muito a fazer na área cultural, pois as bibliotecas estão desorganizadas, as livrarias, embora numerosas, são de fraca qualidade, não existem à venda livros estrangeiros, nomeadamente ingleses, e as salas de exposições de pintura como as da Academia de Belas Artes e do Museu Real evidenciam a falta de talento dos portugueses para essa arte e o seu fraco sentido estético:

"The admiration bestowed on very indifferent representations of cabbages, onions, and salt fish, affords a sad proof of the want of true artistic feeling in Portugal." (p. 16)

Conduzindo o leitor, a partir da página 35, para longe de Lisboa, em direcção às várias províncias portuguesas, Neale continuará a descrever-lhe um país pobre em manifestações artísticas, mas rico naquilo que o britânico em viagem de recreio busca avidamente: o pitoresco. As secções II e III do *Handbook for Travellers in Portugal* são ocupadas pela informação referente às regiões a sul do Tejo que Joseph Oldknow não visitou quando aqui esteve em 1854 por não fazerem dessa vez parte do itinerário traçado pelo seu companheiro de passeio.

Em comparação com o Norte, o Alentejo e o Algarve pouco têm a oferecer ao estrangeiro. O primeiro, a zona menos populosa e menos bonita do território português, encontra-se ao abandono ou subaproveitado e nele há apenas a destacar Évora, a terceira cidade do país em termos de atracção turística, imediatamente a seguir a Coimbra e Tomar (pp. 48-50), e a beleza muito própria das vastas charnecas alentejanas (p.35). Quanto ao segundo, apesar de desinteressante do ponto de vista das antiguidades, é a região que merece mais a atenção dos naturalistas pelos seus animais (lobos, javalis, camaleões, grous,

⁽³⁷⁾ Opinião semelhante formou Oldknow (*A Month in Portugal*, pp. 131-132) e também o contista dinamarquês Hans Christian Andersen quando visitou Lisboa doze anos mais tarde, em 1866: "Por todas as descrições de Lisboa com que deparei, formara para mim próprio uma imagem desta cidade, mas a realidade foi bem outra, mais luminosa e bela. Fui obrigado a exclamar: — Onde estão as ruas sujas que vira descritas, as carcaças abandonadas, os cães ferozes e as figuras de miseráveis das possessões africanas que, de barbas brancas e pele tisonada, com nauseantes doenças, por aqui se deviam arrastar? Nada disso vi e quando dessas coisas falei, responderam-me que correspondiam a uma época de há uns trinta anos, de que muitas pessoas se lembravam ainda perfeitamente." in *Uma Viagem a Portugal em 1866*. Tradução e notas de Silva Duarte. Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Ministério da Educação, 1984, p. 39.

cisnes, perdizes, enormes serpentes e osgas ⁽³⁸⁾), árvores e plantas típicas (amendoeiras, figueiras, alfarrobeiras, cana-do-açúcar e palmeiras), para além das oliveiras, castanheiros e vinhas que tem em comum com o resto de Portugal (p.54). Província marítima por excelência, tendo na pesca do atum o principal ramo do seu comércio, é muito pouco visitada por forasteiros ⁽³⁹⁾, embora, como nos diz o autor, seja segura e não esteja infestada pelos salteadores que assolam as planícies do vizinho Alentejo (p.55). O perigo, contudo, espreira e provém da insalubridade do clima de algumas localidades, permanentemente expostas a febres epidémicas, como Aljezur e Quarteira. Pernoitar em lugares como estes poderá constituir um sério risco, e Neale reforça as suas advertências citando um inequívoco ditado popular:

“Quem ir ao ceo queira

Va-se primeiro a Aljezur ou á banda da Quarteira.” (p. 55)

Na globalidade trata-se, porém, de uma região que merece sem dúvida a visita, pois nela se situam dois dos mais grandiosos e admiráveis cenários naturais que o país possui: a Serra de Monchique e o Cabo de S. Vicente.

O mesmo sucede com a Estremadura, de que se ocupa a secção IV. Província de afamados vinhos (Bucelas, Carcavelos, Colares...) e de célebres laranjas (Setúbal), ali se concentram todos os lugares que interessam ao eclesiólogo: Belém, Santarém, Abrantes, Tomar, Alcobça e Batalha. Em relação aos monumentos que tornam famosas as três últimas localidades, Neale não lhes regateia elogios: “wonderful” (p.82) qualifica o Convento de Cristo, “the most interesting building in Portugal” (p.86) refere-se ao Mosteiro de Alcobça, onde se destacam os túmulos de D. Pedro I e de D. Inês de Castro, “the most interesting monuments in the church and in the kingdom” (p.86) ⁽⁴⁰⁾, e os claustros do Mosteiro da Batalha “have no rival in Europe” (p. 94). Para além destes importantes motivos de interesse, a Estremadura possui ainda uma atracção turística que os românticos ingleses elegeram como um paraíso terreno: Sintra. O encanto desta serra provém não só da frescura das suas sombras e brisas e da variedade da vegetação, mas também do pitoresco jogo de contrastes das quintas e mansões espalhadas pelas encostas, propriedade da aristocracia portuguesa e dos comerciantes britânicos que ali buscam refúgio ao excessivo calor do

⁽³⁸⁾ Neale tem o cuidado de alertar os viajantes incautos para o perigo que representam as osgas: “The traveller, however, will do well to be on his guard against a really dangerous reptile, the *gecko*, or, as they here call it, the *osga*. The bite of this lizard, though not often mortal, is at all events dangerous, especially when inflicted on a stranger, feverish from travelling and from the heat of an Algarvese sky.” (p.54)

⁽³⁹⁾ Exactamente por o Algarve ser pouco procurado por estrangeiros, sempre que alguns deles o visitam despertam a mais viva curiosidade dos naturais: “[...] the traveller will find himself an object of the greatest interest, and will probably walk about a town with a tail of 20 or 30 of the inhabitants [...]” (p. 55).

⁽⁴⁰⁾ Sobre a fortuna literária do tema dos amores infelizes de Pedro e Inês consulte-se: MARIA LEONOR MACHADO DE SOUSA, *Inês de Castro — um tema português na Europa*. Lisboa, Edições 70, 1987.

Verão lisboeta. ⁽⁴¹⁾ Contudo, embora lhe seja reconhecida beleza, especialmente na Primavera, fica bem clara a opinião de que o Norte de Portugal apresenta aos olhos estrangeiros paisagens mais admiráveis do que Sintra:

“To compare Cintra with the generality of landscapes in Minho, or with the banks of the Zezere, or with Monchique, would be about as reasonable as to set up Richmond Hill as a rival to Skiddaw or to Snowdon. However, there is no doubt that the place, more especially in Spring, is excessively pretty [...]” (p. 67)

Idêntico juízo faz Oldknow no seu relato:

“ [...] I must confess, the scenery of Cintra somewhat disappointed me. This perhaps arose from the extravagant ideas I had conceived of it at a very early age, which, it may be, no scenery would have been able fully to satisfy: and again, from my having beheld views and objects during my present tour, with which what I gazed on here, beautiful as it was, would yet not stand a comparison.” (pp. 145-146)

Estas palavras têm um importante significado: por um lado, elas remetem para a imagem idealizada de Sintra que a literatura romântica difundira em Inglaterra e, por outro, alargam o horizonte de expectativa do viajante, dando-lhe a saber que Portugal possui outros lugares igualmente belos que deverão ser procurados, embora não tenham ainda sido consagrados pelos escritores.

É esse, exactamente, o caso da Beira e de Entre-Douro-e-Minho que ocupam, respectivamente, as secções V e VI deste manual, e, em muito menor escala, de Trás-os-Montes (secção VII), a menos visitada e a mais inhospita das províncias portuguesas. Quanto a esta última, o panorama geral que é apresentado ao hipotético viajante não é muito animador: acessos difíceis, clima desagradável, vendas miseráveis, cidades pequenas e pobres, vilas deploráveis e sujas, embora pudessem parecer bonitas à distância, agricultura incipiente e alfaías agrícolas totalmente ultrapassadas, habitantes honestos e de confiança mas taciturnos, rudes e semi-bárbaros como as terras infestadas por lobos que os circundam, hábitos retrógrados — “manners are at present more unchanged, than in any other part of Europe” (p. 159) —, poucas antiguidades e escassos produtos regionais (mel, batatas, melões e queijo), dos quais se destacam, no entanto, os bons e variados vinhos tintos e brancos.

Dado o gosto dos ingleses pelo vinho do Porto e o importante lugar que os negócios com ele relacionados têm ocupado nas relações comerciais entre Portugal e a Inglaterra, era praticamente obrigatório

⁽⁴¹⁾ Joseph Oldknow também faz referência a estas mansões e quintas, salientando o cuidado que os seus proprietários colocam no arranjo dos jardins: *A Month in Portugal*, p. 148.

que o *Handbook for Travellers in Portugal* incluisse um historial e pormenorizadas informações sobre esta bebida e, de facto, assim acontece. Entre as páginas 168 e 172 o leitor encontra não só uma referência bibliográfica considerada imprescindível para o conhecimento da região vinhateira, *The Oliveira Prize-Essay on Portugal* ⁽⁴²⁾ de Joseph James Forrester ⁽⁴³⁾, como explicações sobre o cultivo da vinha, todo o processo das vindimas, os nomes dos diferentes vinhos e as quantidades exportadas para Inglaterra.

Apesar de a pobreza e aridez desta província terem desde sempre afastado os forasteiros, tanto nacionais como estrangeiros, Neale faz valer dois aspectos que poderão aguçar o interesse dos turistas: por um lado, as superstições e credices populares que aqui se mantiveram mais fortes do que em qualquer outra zona do país e que o autor reputa de “poetical” (p. 160) — assembleias de bruxas à meia-noite, presididas por Satanás, lobisomens que vagueiam pela noite em cumprimento do seu fadário, mouras encantadas que assombram castelos em ruínas e guardam fabulosos tesouros — e, por outro, as belas paisagens agrestes (“savage in the extreme”, p. 159) de serras e rochedos escarpados, aparentemente parados no tempo, povoados por gente que desconhece todas as inovações técnicas e que faz o viajante sentir-se transportado à Idade Média.

Em relação à Beira e Entre-Douro-e-Minho, o autor destaca os lindíssimos cenários naturais do rio Zêzere (“wonderfully grand”, p. 125) e das margens do Mondego, inspirador de poetas e para sempre ligado ao destino trágico de D. Inês de Castro, cuja história é aqui contada e definida como “one of the most romantic passages in modern history” (p. 109). A Serra da Estrela merece-lhe também rasgados elogios, e Neale recomenda vivamente ao turista a sua escalada, de forma a que este possa contemplar do alto um panorama de beleza dificilmente ultrapassável e, sobretudo, as famosas lagoas, entre as quais a Escura se impõe pelas suas águas negras de profundidade incomensurável, origem de misteriosas lendas:

“The Lagoa Escura is certainly one of the most remarkable pieces of scenery in Europe. [...] The wildest legends are related of it — as that it has communication with the sea; that it is inhabited by a vast monster; that on its banks the bruxas hold their sabbath, &c.” (p. 123)

⁽⁴²⁾ London, John Weale/ Hugues, Printer, 1853; 2nd edition 1854. Esta obra é tida como muito importante para o conhecimento de Portugal (p. XXVI) e o seu autor considerado um dos maiores benfeitores do nosso país: “The author [Mr. Forrester] is not only more deeply acquainted with it [wine country] than any man living, but has entitled himself, by his indefatigable exertions to destroy monopoly and to remove commercial restrictions, to the title of a public benefactor of Portugal.” (p. 168)

⁽⁴³⁾ Joseph James Forrester nasceu na Escócia a 21/5/1809 e morreu afogado no rio Douro em 1861. Viveu muitos anos em Portugal, onde se dedicou ao comércio do vinho do Porto e D. Pedro V, no dia 20 de Abril de 1855, concedeu-lhe o título de Barão de Forrester. Sobre o Barão consulte-se: ROSE MACAULAY, *ibidem*, pp. 244-246. Nesta mesma obra encontramos igualmente um capítulo inteiramente dedicado à colónia inglesa residente no Norte de Portugal ligada ao comércio do vinho do Porto: “Port Wine”, pp. 229-252.

Não se escondem, porém, aos leitores, os custos de tal empreendimento. Trata-se de uma zona ainda pouco explorada, os acessos são difíceis e os homens que servem de guias aos turistas conhecem mal os caminhos da Serra, embora não o admitam:

“But the traveller must be warned on no account to trust himself to the guidance of his muleteer, though the latter should first invoke all the saints in the calendar to bear testimony to his perfect knowledge of the road, and then call on “six hundred devils” in his anger at being disbelieved.” (p. 122)

Todas estas contrariedades são, no entanto, compensadas pelo que este lugar tem de selvagem (escassez de vegetação, constituída apenas por zimbro rasteiro, e os muitos lobos que assolam estas paragens) e, simultaneamente, de idílico:

“The whole scene is like an Idyll from Theocritus; goatherds piping to their goats from the edges of rocks, shepherds watching their sheep by the side of the fountain, girls going out at evening with their pitchers for water.” (p. 122)

Os cães e os pastores da Serra são ainda outros motivos de interesse pelo seu aspecto típico. Os primeiros impressionam pelo tamanho e valentia que revelam nas lutas que travam com os lobos, e os segundos, pelo seu trajar, fazem lembrar personagens saídas de um romance de aventuras:

“The shepherds, with a sheepskin jacket, and breeches of goatskin covered with long hair, and ragged at the knees, look like so many Robinson Crusoes.” (p. 123)

Região de paisagens agrestes e de gente forte, rude e inculta (p. 102), as suas cidades não deixam, contudo, de possuir interesse cultural e duas delas são particularmente recomendadas ao viajante: Coimbra, pela riqueza arquitectónica e a Universidade (uma longa descrição do seu funcionamento e dos currículos dos diferentes cursos é feita nas páginas 106-108) e Viseu, por existir na sua Catedral a melhor colecção de obras do pintor Grão Vasco, a quem Neale chama “Portuguese Fra Angelico” (p. 118) e “the Giotto of Portugal”⁽⁴⁴⁾ (p. 15).

Se a Beira é capaz de causar uma boa impressão aos estrangeiros pelos seus encantos naturais — aliás, só por si compensadores do sofrimento por que passam os viajantes em Portugal: “the Lagoa Escura and the Lean Pitcher [Cântaro Magro] will repay any traveller for all the hardships of a journey to Portugal taken together.” (p. 123) — a região do Douro e, sobretudo, o Minho, merecem a Neale uma rendida homenagem e o epíteto de “Paradise of Portugal” (p. 132). Ao longo dos

(44) Neale deveria nutrir um grande gosto pela pintura pois por diversas vezes lamenta a pobreza desta arte em Portugal. Também Oldknow, quando visitou Viseu, se deteve nos quadros de Grão Vasco, tendo feito deles uma apreciação crítica: *A Month in Portugal*, pp. 78-79.

vários itinerários aconselhados ao forasteiro não são poupados elogios a estas terras e aos seus rios, como a introdução a este capítulo deixa antever:

"[...] it may well be doubted whether any other 240 square leagues in Europe can exhibit so much beauty. [...] All travellers have agreed in characterising Minho as exquisitely beautiful beyond anything they could have imagined. The scenery is as varied as it is lovely; the romantic mountains of the Gerez, the savage sea-coast between Caminha and Vianna, the pass between Amarante and Mező Frio, and, what is the chief feature of a Minhoto landscape, the wooded hills, glens, rocks, and water, between Braga and Valença, and more especially about Ponte do Lima, "the most beautiful scenery in the world."" (p. 132) ⁽⁴⁵⁾

Vai longa a citação, mas ela justifica-se porque o entusiasmo pelas paisagens do Norte de Portugal que se depreende destas palavras poucas vezes é expresso de forma tão arrebatada. Para além da magnificência dos cenários naturais, esta zona do país merece também ser vista pelos viajantes estrangeiros que se interessam por terras com importante significado histórico e religioso, como é o caso de Guimarães, berço da nacionalidade portuguesa, e Braga, aconselhando-se em relação a esta última uma visita ao Bom Jesus, "one of the most remarkable spots in the N. of Portugal" (p. 145).

O Porto é outra cidade que deverá ser ponto de passagem obrigatório, sobretudo para os ingleses, que assim poderão contactar com os compatriotas ali residentes. Não admira, pois, que o guia turístico redigido por Neale se detenha a descrever o edifício da Feitoria Inglesa e a capela e o cemitério dos ingleses, aconselhando-se uma troca de impressões com o respectivo capelão, o Reverendo Edward Whiteley, "a gentleman who is probably better acquainted with the scenery of the N. of Portugal than any other person now living, and whose courtesy in communicating his information to tourists is beyond all praise." (p. 139) ⁽⁴⁶⁾

Dado estarmos perante uma obra de referência objectiva, não encontramos aqui descrições sobre o modo de vida dos britânicos domiciliados no Porto ⁽⁴⁷⁾; no entanto, um pequeno apontamento como

⁽⁴⁵⁾ Pode dizer-se que Ponte do Lima foi o lugar que mais extasou Neale, a ponto de considerar as palavras insuficientes para descrever a beleza do local: "This [Ponte do Lima] is reputed to be the most beautiful place in the world [...] Travellers have found words fail them to express the beauty of the spot." (p. 146) Idêntico arrebatamento experimentou Oldknow que utiliza na sua descrição o adjetivo "magnificent": *A Month in Portugal*, p. 24.

⁽⁴⁶⁾ Rose Macaulay refere-se ao Rev. Edward Whiteley, caracterizando-o como um "amiable chaplain": *ibidem*, p. 242. Este inglês publicou uma obra que Neale menciona, mas que nada tem a ver com Portugal: *Macartodos; or, the happy Way in the short, but too often sorrowful, Journey of life*. London, Hamilton, Adams, 1853.

⁽⁴⁷⁾ No seu relato Oldknow também descreve a *English Factory House* e acrescenta apontamentos sobre as festas dispendiosas que as cerca de cinquenta famílias inglesas residentes no Porto ali dão (p. 48).

o que se segue, a propósito do movimento e do colorido da praia de S. João da Foz, é por si só capaz de chamar a atenção para o carácter isolacionista da colónia inglesa, fechada a contactos com os portugueses:

“The ladies are attended by bathing-men, and the gentlemen by bathing-women; and with the crowds of spectators, seated on chairs for their accommodation, the bright dresses of the bathers, the laughing and talking, it is a very pretty, though to an Englishman rather an extraordinary, scene. *The English ladies have a bathing-place to themselves at some distance from the rest.*” (p. 141) ⁽⁴⁸⁾

Este separatismo, que aliás caracteriza qualquer comunidade inglesa fixada fora da sua Ilha ⁽⁴⁹⁾, impede obviamente um conhecimento e um entendimento bem fundamentados das realidades estrangeiras e conduz, viciosamente, à repetição de opiniões estereotipadas e à permanência de preconceitos herdados do passado.

A visão de Portugal que nos fica da leitura do roteiro de Neale é, na sua essência, a reiteração da imagem de um país retrógrado, subdesenvolvido e sem as infra-estruturas capazes de proporcionar aos turistas uma estada agradável em termos de comodidade e asseio que outros viajantes vinham já divulgando em Inglaterra desde o último quartel do século XVIII. ⁽⁵⁰⁾

Eco de queixas e críticas com uma tradição de pelo menos oitenta anos, o autor do *Handbook for Travellers in Portugal* adverte, com algum sarcasmo, logo a abrir o seu guia, que quem se aventure a visitar o nosso país na data em que ele escreve depressa compreenderá que a palavra «travel» significa, simultaneamente, “a toil and a journey” (p. IX). No entanto, graças à boa disposição e condescendência que o caracterizavam, Neale conseguiu encarar com fleuma britânica as contrariedades das más estradas e das péssimas hospedarias, para se deliciar na contemplação estética da paisagem portuguesa e achar nela a recompensa para todas as dificuldades.

De idêntica resignação e paciência não se encontrava imbuído Joseph Oldknow quando aqui chegou em 1854 e, por isso, a sua apreciação resulta menos tolerante e muito mais severa, permeada por um humor por vezes irónico. Sem estar espartilhado pelas convenções

⁽⁴⁸⁾ Sublinhado nosso.

⁽⁴⁹⁾ Curiosamente, em *A Month in Portugal* Oldknow revela-se perfeitamente consciente deste traço distintivo do comportamento inglês no estrangeiro: “We called in the afternoon on some of our English friends, and observed that in the furnishing, arrangement and character of their rooms, they had retained the fashions of their own land. This, I believe, is almost universally done by our countrymen abroad, in whatever part of the world they may be.” (p. 36)

⁽⁵⁰⁾ O exemplo mais acabado de um relato de viagem detrador de Portugal é, sem dúvida, *Sketches of Society and Manners in Portugal* (London, 1787) de Arthur William Costigan (pseudónimo do escocês James Ferrier), obra que teve uma circulação assinalável na Grã-Bretanha e foi responsável pela criação de pré-conceitos relativamente à realidade portuguesa que vieram condicionar o modo como viajantes posteriores olharam o nosso país.

e exigências conteudísticas do guia de viagem, Oldknow sentiu-se à vontade para compor uma obra que alia à descrição objectiva o comentário impressionista sobre o que lhe é dado observar. Esta liberdade para emitir opiniões subjectivas que estava interdita a Neale logo à partida, dado o carácter impessoal da obra que lhe foi encomendada, faz de *A Month in Portugal* um livro que se lê com interesse e prazer, pois é com curiosidade que seguimos o autor e o seu companheiro de viagem nos passeios e atribulações por terras de Portugal. Além disso, a obra de Oldknow complementa a de Neale, no sentido em que, através dela, ficamos a par de informações, incidentes e episódios sucedidos durante a viagem que fizeram juntos e que o autor do *Handbook for Travellers in Portugal* não pôde registar por ultrapassarem o âmbito de um roteiro turístico.

É pelo relato de Oldknow que ficamos a saber, por exemplo, que os dois sacerdotes saíram de Southampton no dia 27 de Abril de 1854, rumo a Portugal, e que deixaram o nosso país exactamente um mês depois de terem chegado, em 29 de Maio. O itinerário seguido durante esses dias, após o desembarque em Vigo e a travessia do rio Minho, incluiu passagens por Caminha, Viana do Castelo, Barcelos, Porto, Vila Nova de Gaia, Santo Tirso, Guimarães, Amarante, Mesão Frio, Peso da Régua, Lamego, Viseu, Seia, São Romão, Aboço, Oleiros, Sertã, Tomar, Vila Nova de Ourém, Batalha, Santarém, Vila Franca de Xira e, por fim, Lisboa (com um passeio a Sintra), onde tomaram o vapor que os levou de novo à pátria.

Deste cansativo percurso pelo Norte de Portugal Oldknow deixou-nos descrições sobre a localização geográfica dos diferentes lugares e respectiva história (o que Neale faz mais completamente no seu guia), o número de habitantes, a paisagem, as estradas, as estalagens, as igrejas, etc., e também considerações de carácter geral sobre o povo português e seus costumes, a estagnação económica e cultural e os incómodos que os estrangeiros enfrentam durante as suas deslocações pelo país ⁽⁵¹⁾, tudo isto acompanhado por constantes comparações entre a realidade social portuguesa e a inglesa, do que resulta, normalmente, um enaltecimento da segunda ⁽⁵²⁾. Não raro, é-nos dito que as

⁽⁵¹⁾ Um exemplo de incómodo apontado por Oldknow é a obrigatoriedade de apresentação de um passaporte à entrada de Espanha e Portugal, quanto ao autor uma imposição infeliz que apenas serve "to occasion trouble and annoyance to travellers, and to extract money from their pockets." (p.4) O facto de, por outras vezes e para seu aborrecimento, ter tido de mostrá-lo às autoridades provinciais, fez com que Oldknow se regozijasse por a Inglaterra não aplicar tal sistema: "The passport system is really a most odious and absurd one. [...] We may well be proud that no such system of suspicion, vexation, and extortion is known in our own country [...]" (p.4).

⁽⁵²⁾ No *Handbook for Travellers in Portugal* este tipo de comparação raramente ocorre, mas observações como as que se seguem põem em evidência o mesmo sentimento de superioridade britânica: "As if it were not owing to the money and blood so profusely contributed by England that Portugal has not ceased to be reckoned among European nations, both in the time of D. Afonso VI, and also during the Peninsular War!" (p.51) Neste caso, trata-se de apresentar a Inglaterra como a defensora e libertadora deste seu velho allado, à qual Portugal deveria tanto quanto a sua independência nacional.

informações e opiniões transmitidas são da responsabilidade de Neale, limitando-se Oldknow a registá-las por lhe parecerem dignas de crédito; e a inevitável discussão e troca de pontos de vista entre os dois ingleses tem igualmente expressão nas respectivas obras, pois nelas vamos encontrar ideias idênticas sobre determinados assuntos e também a referência às mesmas pessoas e episódios⁽⁵³⁾. Estes pontos de contacto, decorrentes de um trajecto comum pelo território português, bem como a utilização, por parte de Oldknow, da primeira pessoa do plural ao longo de toda a narrativa, fazem que a sua obra acabe por funcionar não como veículo de um só pensamento mas, afinal, como o eco de duas vozes distintas, embora com formas muito semelhantes de ver Portugal.

As expectativas de ambos os viajantes ao pisarem solo português foram desde o início resumidas por Oldknow:

“We are naturally anxious to witness the peculiarities of its scenery, the manners, customs and dress of its inhabitants, the character of its habitations and public buildings; to test what we have heard and read of it, by what we see; and thus to correct and enlarge our ideas and increase our knowledge.” (p. 7)

Enriquecimento cultural e moral, conceitos tão caros à mentalidade vitoriana, eis, pois, o que buscavam estes dois clérigos ingleses que depressa compreenderam que fins tão altruístas não seriam atingidos em Portugal sem passarem primeiro pelo penoso calvário dos toscos caminhos, pomposamente chamados estradas, e das hospedarias mal apetrechadas de alimentos e sem condições de higiene. Estes aspectos, a que já fizemos menção quando abordámos o *Handbook for Travellers in Portugal*, não surjem contudo no livro de Oldknow como avisos lacónicos aos forasteiros incautos, mas sim como testemunhos de alguém que experimentou na carne os efeitos de cavalgar dias e dias sobre pisos tortuosos, lamacentos e escorregadios — “Indeed Portugal is noted for bad roads. [...] [they] seem designed to impede, as much as possible, the progress of man and beast and whatever else passes over them.” (pp. 24-25) — e pernoitar em estalagens sujas, desconfortáveis e infestadas de insectos parasitas:

“I soon found that there were other inhabitants of the bed than myself, who, I suppose, from their priority of occupation,

⁽⁵³⁾ Por exemplo, tanto Oldknow como Neale se referem ao Sr. Anselmo, o sacristão da capela do Desterro que lhes serviu de guia durante a subida à Serra da Estrela, e nenhum deles conseguiu evitar um comentário ao fétido difícil do velho: “We engaged as our guide over the mountains, old Anselmo, the Sacristan, who was thoroughly acquainted with the road, but a surly disagreeable old man [...]” in *A Month in Portugal*, p. 86; “Senhor Anselmo, the sacristan of the Desterro chapel, is a very safe though a slow guide, and not blessed with the sweetest of tempers.” in *Handbook for Travellers in Portugal*, p. 121. Outro exemplo ocorre quando os dois autores registam, desagradados, o costume português de colocar os estúbulos imediatamente por baixo do andar onde habitam as pessoas, contando ambos a este propósito exactamente a mesma história: *Handbook for Travellers in Portugal*, p. XVII e *A Month in Portugal*, pp. 60-61.

looked upon me as an intruder, for they made me the object of their incursions and assaults in no very pleasant manner.” (p.6) ⁽⁵⁴⁾

Mesmo quando a sorte traz ao seu encontro estradas e hospedarias bastante razoáveis, Oldknow tem o cuidado de frisar que a qualidade a que se refere está a ser medida em termos portugueses, e não ingleses!

Idêntica pobreza, falta de asseio e desleixo notou o autor nas cidades e vilas por onde passou (p. 73), embora ao longe se afigurassem bonitas e limpas por as casas estarem normalmente pintadas de branco (p. 87). Todas estas deficiências que temos vindo a referir foram integradas por Oldknow no contexto mais amplo de uma nação estagnada, arredada da marcha do progresso e aparentemente abandonada por Deus, como se infere das palavras de um português que encontrou em Oleiros:

“When Jesus Christ was on earth, He passed a long way from here.” (p.93)

Este não foi o único nativo que Oldknow conheceu e que mostrou estar perfeitamente consciente do atraso do seu país, pois em Viseu teve oportunidade de trocar impressões com um outro português (viajado em Inglaterra!) que revelou igual clarividência. Contudo, estas são duas excepções em relação à generalidade de um povo pouco esclarecido, provinciano e inculto. Aliás, as escassas referências às nossas realizações artísticas — abstraindo a arquitectura, de que falaremos mais adiante, Oldknow destaca apenas Grão Vasco no campo da pintura (pp. 78-79), tal como faz Neale no seu roteiro, e, no domínio da literatura, lamenta a falta de livrarias fora das grandes cidades de Lisboa, Porto e Coimbra (p. 27) e a qualidade mediana das produções literárias (p.28) ⁽⁵⁵⁾ — deixam concluir que este autor via os portugueses como gente sem grande imaginação ou génio.

⁽⁵⁴⁾ Para afugentar a habitual praga de pulgas e percevejos Oldknow recorreu a um remédio que aconselha a futuros viajantes: “After this, at every inn where we stayed, except at Oporto and Lisbon, I made a point, ere I retired to rest, of sprinkling my bed with spirit of wine and camphor [...] I should strongly advise them [his readers], if ever they travel in Spain and Portugal, to avail themselves of the same remedy.” (p. 13)

⁽⁵⁵⁾ “I believe the Portuguese have never particularly shone in literature; but there have been amongst them poets, and many historians, of considerable eminence [...]” (p. 28). Oldknow considerava, pois, que a literatura portuguesa nunca atingira um nível superior e, ao longo do seu relato, nunca chega a mencionar o nome de qualquer escritor português, ao contrário do que faz o seu amigo Neale no *Handbook for Travellers in Portugal*. Não podemos deixar de estranhar tal facto, pois entre os relatos de outros viajantes que Oldknow leu e de que se socorre, aliás, na composição da sua própria obra há muitas referências e considerações sobre a nossa literatura e, sobretudo, dois ensaios de fôlego que dão dela uma visão de conjunto. Referimo-nos concretamente a *Letters Written During a Short Residence in Spain and Portugal. With some account of Spanish and Portugeuze Poetry* (1797) de Robert Southey e a *Portugal Illustrated* (1828) de William Morgan Kinsey, cuja 2.ª edição de 1829, que Oldknow consultou, contem como novidade uma «Second Supplemmentary Letter» intitulada “Brief Review of the Literary History of Portugal”, tradução de um manuscrito de Almeida Garrett escrito de propósito para Kinsey. Consulte-se, sobre este assunto, ISABEL OLIVEIRA MARTINS, “O percurso da primeira história da literatura portuguesa”

Revelando um espírito pouco piedoso, Oldknow, baseando-se em grande medida em opiniões de Neale, transmite-nos a imagem de um povo que, fisionomicamente, é apresentado como o mais feio de quantos existem à face da Terra:

“My companion remarked that he thought the Portuguese were the ugliest people under the sun: and I could not help being myself struck with their gipsey-like appearance and expression of countenance.” (p. 34)

Por mais de uma vez, ao contemplar os retratos exibidos nas paredes de casas particulares ou de instituições públicas, o autor se interrogou ironicamente se a fealdade que via ali representada corresponderia à real falta de beleza das pessoas ou à falta de talento dos pintores:

“Some of them [upper rooms] were adorned with portraits, miserable in point of execution, and unless the originals were persons of singular ugliness, libellous in point of resemblance [...]” (p.60)

Pelos comentários e desabaços que Oldknow vai deixando ao longo das 165 páginas de *A Month in Portugal* percebe-se claramente que não simpatizou com o povo português:

“I must confess that I do not like the Portuguese — at least, the lower orders. They are a familiar, inquisitive, uncivilized, idle, dirty, cheating, lying set. Doubtless they have their good qualities, but these must be of a very remarkable character to make up for such faults.” (p. 127)⁽⁵⁶⁾

À exceção de alguns apontamentos sobre a cortesia dos camponeses (p. 25) e a alegria e animação que colocavam no desempenho das suas tarefas (pp. 83 e 107), o que nos fica é o quadro de uma gente rude, desmazelada e preguiçosa:

“We saw here, however, as in most other places, a lot of people, both men and women, lounging about doing nothing, and looking as if they had nothing to do.” (p. 77)

Esta inércia, patente em todas as regiões do país e nas várias classes sociais — desde as mais baixas, como a dos pedintes, que preferia uma vida de vagabundagem expondo publicamente feridas e

in *Revista de Estudos Anglo-Portugueses*, Número 1. Lisboa, I.N.I.C., Centro de Estudos Comparados de Línguas e Literaturas Modernas, 1990, pp. 37-135.

⁽⁵⁶⁾ Em nota de rodapé, na mesma página 127, Oldknow retrata-se um pouco: “I cannot but feel, whilst correcting the proof sheet, that I have here expressed myself too strongly. Some of the defects I have noticed are merely the result of national habits; whilst those of a more serious character are unhappily not peculiar to the Portuguese.” Repare-se que a adjectivação utilizada pelo autor na caracterização do povo português aproxima-se muito, embora não seja tão violenta, da usada por Costigan em *Sketches of Society and Manners in Portugal* quando lhe chama uma nação de “Knaves, Slanderers, Pimps, Parasites, Catamites, Thieves and Murderers” (Vol. I, p. 266).

mal-formações a dedicar-se ao trabalho sério ou a colocar-se sob a protecção de instituições de caridade (pp. 29-30), até à própria nobreza, empobrecida, endividada e na iminência de ter de vender os seus bens (pp. 162-163) — viu-a Oldknow comprovada pelo hábito que os portugueses tinham de andar desocupadamente pelas ruas, o que contrastava sobremaneira com a laboriosidade a que estava acostumado no seu país natal:

“Here every body seemed to be out of doors, ready for any enjoyment that might offer; whilst in our own country, you might walk from one end of a street to another, perhaps the most frequented in the whole town, and scarcely meet an individual. This is doubtless in some degree the effect of the climate; but is principally caused by the fact that Englishmen generally know what to do with their *time*.” (p. 9)

A máxima «tempo é dinheiro», tão cara aos ingleses, parecia não ter validade aos olhos dos portugueses, o que exasperou Oldknow durante a sua curta estada:

“But here no one seemed to think time of any value; and consistently enough, for no one seemed to have any thing to do.” (p. 128)

A ociosidade dos portugueses, aliada a uma profunda ignorância, traduzia-se também numa enorme curiosidade pelos forasteiros com que se cruzavam e são variados os exemplos fornecidos pelo autor de *A Month in Portugal* sobre o modo como ele e o seu amigo Neale foram seguidos e olhados como se de seres vindos de um outro mundo se tratasse:

“Whilst we were at our meals in the eating-room, a stout, vulgar-looking fellow made a point of perambulating the apartment, with a cigar in his mouth, as if he wished to see what he could of monsters who had come from beyond the sea.” (p. 80)

Infelizmente, a sua condição de estrangeiros não os tornou apenas objectos de uma incómoda, embora inofensiva, bisbilhotice. Na verdade, trouxe-lhes a desvantagem de lhes serem cobrados preços exagerados, a roçar a desonestidade (pp. 91, 110 e 125), o que, aliado a alguns roubos de que foram vítimas (p. 81), levou Oldknow a considerar os lusitanos como “untrustworthy scoundrels” (p. 81).

Neale, mais tolerante e menos melindroso, tentou rectificar esta imagem tão radical que o amigo formara dos portugueses, embora tivesse a apontar-lhes um carácter facilmente irascível, conflituoso e, ao mesmo tempo, crédulo e supersticioso. Escreve Oldknow na página 41 do seu relato de viagem:

“My present companion spoke highly of the Portuguese people as being kind-hearted, unsuspecting, and ready to place unbounded confidence in any who manifest an interest

in their welfare. On the other hand, they are very irascible, and regardless of human life. A trifling dispute, which in our own country would be settled by a pugilistic encounter, will often cause a Portuguese to draw out his knife, and inflict on his adversary a mortal wound. Hired assassinations and poisonings are also frequent among them. [...] And yet an execution in Portugal is a very rare thing. [...] He also gave some instances of the imposture, credulity and superstition to be found amongst the people [...]" (p. 41)

As últimas linhas desta longa citação remetem-nos para dois aspectos que os ingleses de visita a Portugal desde o século XVIII não se cansaram de assinalar: por um lado, a impunidade dos numerosos crimes cometidos no nosso país, prova cabal de que as leis jurídicas eram letra morta, e, por outro, a profunda tendência para a superstição do nosso povo, normalmente considerada como algo que a Igreja Católica incentivava e explorava para benefício da própria instituição. ⁽⁵⁷⁾

Devido à sua condição de sacerdote, não é de admirar que a religião ocupe um lugar preponderante no relato de viagem escrito por Oldknow. Neale, condicionado pelos requisitos do guia turístico, teve de limitar-se à descrição da arquitetura e decoração interior das igrejas, mas o seu companheiro de passeio pôde entregar-se com toda a liberdade à abordagem deste tema, revelando, aliás, um espírito extremamente combativo e uma tendência para a controvérsia. O profundo interesse de Oldknow em informar-se sobre a Igreja portuguesa levou-o a visitar sempre as igrejas das terras por onde passou (atentando não só nos pormenores artísticos dos edifícios mas assistindo às missas) e a prestar muita atenção a todas as manifestações de fervor religioso, do que resultou uma obra repleta de considerações e divagações que, por um lado, caracterizam a Igreja Católica e, por outro, a põem em confronto com a Igreja Anglicana.

O teor das opiniões emitidas pelo autor acerca da prática religiosa nos dois países deixa bem claro que Oldknow, tal como Neale, pertencia à *High Church*, facção dentro da Igreja Anglicana que se compõe dos que perfilham uma fé essencialmente católica, embora rejeitem a autoridade Papal (e, neste sentido, podem ser considerados descendentes da Reforma de Henrique VIII), por oposição à *Low Church*, integrada por

⁽⁵⁷⁾ Esta é apenas uma das inúmeras e ferozes críticas feitas à Igreja Católica pelos viajantes que nos visitaram ao longo dos séculos XVIII e XIX. De uma forma geral, esses autores viram nesta instituição um dos principais responsáveis, em conjunto com o Estado, pelo obscurantismo em que se encontrava mergulhada a vida portuguesa. Em *Mediterranean Passion. Victorians and Edwardians in the South* John Pemble sintetiza da seguinte forma esta atitude de condenação e desprezo: "Popular Christianity in the South — both Roman Catholic and Greek Orthodox — was no less abhorrent than Popery. Its characteristic vices were sacerdotalism and superstition. [...] Because they were conditioned by their education and their literature to associate Catholic clergy with the Inquisition, martyrs, cunning sophistry, and stifled lights of science, whenever they encountered priests Victorian travellers saw images of evil, dredged from the depths of Protestant prejudice." (p. 215)

todos os que se sentem protestantes e herdeiros da Reforma de Eduardo VI. Daí as constantes comparações entre Catolicismo e Anglicanismo com que nos deparamos ao longo das páginas deste livro e a visão mais moderada, umas vezes crítica, outras até aprovativa, que Oldknow nos transmite sobre a Igreja em Portugal, bem contrastante com os juízos contundentes e terminantes que dela fizeram outros viajantes britânicos de credo protestante. Rose Macaulay referiu-se a esta atitude ambivalente de aceitação e recusa nos seguintes termos:

“Both he [Neale] and Mr. Oldknow, but particularly Mr. Oldknow, felt, like other Tractarians, attracted and repelled by, inferior and superior to, and irresistibly impelled to argue with, Roman Catholics [...]” (58)

Enquanto esteve em Portugal, Oldknow teve oportunidade de se aperceber da completa ignorância aqui reinante em relação à Igreja Anglicana (p. 137), reconhecendo que o mesmo se passava em Inglaterra no respeitante à Igreja Católica Romana (p. 138). Por isso, sempre que a ocasião se proporcionou, tentou desfazer mal-entendidos entre as duas Igrejas e dissipar más vontades relativamente ao Catolicismo, defendendo o purismo da *Church of England* e a sua descendência directa da Igreja Católica medieval.

O contacto que estabeleceu em território português com as congregações das capelas inglesas de Lisboa e do Porto provocou-lhe profunda discórdia, afirmando:

“It was mentioned to me with something of satisfaction, both here and at Lisbon — the only places in Portugal where English Chapels are to be found, — that the congregations included ‘Protestants’ of various denominations, High Church and Low Church, Presbyterians and other Dissenters, but that they all got on very well together, without any disturbance. I should fear, however, that such an amalgamation must stand much in the way both of a clear inculcation of the distinctive doctrines of the Church of England, and of a full development of her ritual [...] not as a Protestant sect, but as a reformed portion of the Catholic Church.” (p. 52)

Contrário à interferência abusiva do Estado nos assuntos da Igreja, Oldknow constatou que tanto em Portugal como em Inglaterra se sofria desse mal, embora no nosso caso esse domínio fosse mais acentuado, não se lhe opondo qualquer resistência:

“Moreover with us State encroachments are resisted, or at least protested against; but here the Church seems destitute of inclination or power to make the least opposition.” (p. 43)

(58) *Ibidem*, p. 209. O termo «tractarian» refere-se ao *Tractarian Movement*: vide nota 21 do presente artigo.

Outra afinidade que encontrou diz respeito à disparidade das condições de vida dos Bispos e do baixo clero, vivendo este pobremente, senão mesmo de forma miserável, como exemplificava o caso de um padre que conheceu na Serra da Estrela, enquanto os primeiros dispunham de abastados rendimentos que os levavam muitas vezes a dedicar-se mais a assuntos temporais e menos ao cumprimento sério do seu ofício espiritual.

Ambos os aspectos acima referidos apontam claramente para um enfraquecimento da Igreja portuguesa, de que o autor indica as causas próximas:

“The whole of its property, both Conventual, Episcopal and Parochial, had been confiscated in the Revolution of 1834; the tithes going to the landowners, and the convents and other possessions of the monastic bodies to the Government.” (pp. 37-38)

Sem deixar de censurar fortemente estas confiscações (pp. 39 e 70), defendendo os direitos dos frades expoliados (p. 67) e insurgindo-se contra a entrega dos conventos a entidades civis que frequentemente os abandonavam e os condenavam à ruína (p. 93), Oldknow deixa no entanto implícito que a perda da propriedade não pode ser considerada como a única razão que explica o estado de acentuada decadência em que se encontra a Igreja em Portugal, avançando com outros motivos: a ignorância do clero e a degradação moral em que foi caindo devido, nomeadamente, à regra do celibato, não imposta pela Igreja Anglicana (p. 40).

A imagem final que nos fica é a de uma classe “consisting chiefly of men of the lowest ranks, and being, as a body, ignorant, lukewarm, and but indifferently esteemed for morality” (p. 46). Estas deficiências de preparação e zelo acabavam, forçosamente, por reflectir-se na pouca dedicação do clero à sua missão de guia espiritual (para além da missa diária, não havia outros serviços de carácter público a não ser na Quaresma e por ocasião das grandes festividades, e os sermões eram raros), bem como na irreverência e falta de solenidade dos serviços religiosos a que teve oportunidade de assistir em lugares tão distintos como o Porto (pp. 50-51) ou a Batalha, onde “the majesty of the place and the meanness of the service afford so painful a contrast” (p. 121).

Fruto da ignorância era igualmente o apoio dado pela Igreja Católica às superstições populares, o que, quanto a Oldknow, só afastava os crentes da Verdade da fé (p. 46). Eis um exemplo elucidativo que o autor foi encontrar na igreja de Amarante e a que poderíamos aplicar a expressão «o diabo em figura de gente»:

“In the Sacristy were two wooden images, painted black, with red lips, about the size of a boy thirteen or fourteen years old, intended to represent the devil. We asked what use was made of them; and were told that when country people wished to know what the devil was like, they were brought here and shown these.” (p. 67)

Oldknow deixou também registos das oferendas (modelos de cera, cabelos, faixas de seda, etc.) que viu penduradas nas paredes das igrejas, em agradecimento pela intercessão dos santos (p. 66), das caixinhas das esmolas destinadas às missas pelas almas do Purgatório (p. 72), das indulgências (p. 23), das “lotarias” das preces pelas almas do Purgatório, ou seja, caixas existentes nas igrejas de onde os fiéis tiravam um número à sorte que correspondia ao pedido de uma oração específica, por exemplo pela alma do último Papa ou pela que estava há mais tempo no Purgatório, ou ainda pela que estava menos na graça de Deus (p. 23), ⁽⁵⁹⁾ aspectos estes sobre os quais não se pronuncia criticamente, reservando porém uma palavra de censura para a profanação dos altares construídos à beira dos caminhos destinados à celebração de missas em dias particulares e que eram por vezes transformados em tendas de mercado para venda de pão e vinho (p. 31).

Bonitas e úteis afiguraram-se-lhe as muitas cruzes erigidas ao longo das estradas, pois conferiam à paisagem um ar cristão e convidavam o povo à meditação. Oldknow desejou que elas existissem igualmente em Inglaterra:

“We saw here, as elsewhere, many crosses by the way-side [...]. I like such memorials, and wish much that they were to be found amongst ourselves.” (p.31)

Outro aspecto que lhe causou uma boa impressão foi o encerramento do comércio nos dias santificados, prática que gostaria de ver imitada no seu país:

“In the morning [of Ascension-day], many of the shops were open; but in the afternoon, they were closed almost universally. It would be well if such respect to the Church's festivals were shown amongst us.” (p. 144)

Em relação às imagens, o autor de *A Month in Portugal* adota também uma posição aprovadora, o que provocou espanto a Bernardes Branco, por certo desconhecedor dos princípios doutrinários da Igreja Alta Anglicana a que Oldknow pertencia:

“Este escriptor inglez, apesar de protestante, é um fervido apologista das ordens monasticas em Portugal. Este padre inglez approva a existencia das imagens.” ⁽⁶⁰⁾

Levando em consideração a fraca instrução dos portugueses e a pouca leitura que faziam da *Bíblia*, o autor defende que as imagens não deviam aqui ser abolidas porque desempenhavam o importante papel de ensinar de uma forma mais imediata e conseguida do que muitos sermões:

⁽⁵⁹⁾ Neale também refere este aspecto: “In that [church] of S. Vicente [In Bragança] is a *Lottery for the Souls*, a thing scarcely to be seen out of Portugal.” (p. 163)

⁽⁶⁰⁾ *Ibidem*, p. 30.

"It would appear, however, that even in connexion with Bible reading and oral instruction, such representations may be highly beneficial, nay in some cases almost necessary."
(p. 94)

Reconhecendo-lhes este valor didáctico, não admira, pois, que Oldknow se tenha mostrado bastante atento às representações sagradas, avaliando-as enquanto veículos de educação religiosa e também como objectos de arte, sempre que entrava numa igreja... e foram muitos os templos que este viajante visitou! Na página 26 do seu relato, Oldknow chama a atenção para a abundância de igrejas existente em Portugal. O lugar mais desolado, a aldeia mais pequena tinha a sua igreja, por vezes até mais do que uma, o que levou o autor a ponderar que enquanto aos portugueses faltavam muitas coisas mas não lugares de devoção, o contrário se passava em Inglaterra:

"The Portuguese have many wants, but church-room is not one of them. In fact, their superabundance is almost more remarkable than our deficiency [...] I was [...] often induced to wish that many of them could be transported to suitable positions, in the thickly populated districts of our own land."
(pp. 26-27)

Oldknow não pôde, contudo, deixar de exprimir o desejo de que as igrejas estivessem abertas todo o dia (e não só durante as primeiras horas da manhã, como era hábito), se não por razões religiosas, pelo menos para servirem de abrigo ao sol escaldante:

"Churches in Portugal ought really to be kept open all day, if for no other reason, yet as a retreat from the scorching heat of the sun. We found their coolness most delicious."
(p. 103)

Não se deve no entanto pensar que a multiplicidade de igrejas fazia de Portugal um país interessante do ponto de vista do eclesiólogo. De facto Oldknow, em consonância com Neale, aponta para o pequeno número de igrejas antigas (admirou, por exemplo, o Convento de Cristo em Tomar, pp. 103-105, e o Mosteiro da Batalha, pp. 111-115) e para o fraco valor arquitectónico das modernas (pp. 26-27), reparando ainda no mau gosto dos melhoramentos levados a cabo em muitas delas (p. 142).

Tendo em conta a ignorância e a falta de zelo do clero no cumprimento da sua missão, bem como o duro golpe que sofreu nos princípios do século XIX quando o liberalismo e o laicismo se estenderam a Portugal e conduziram à espoliação dos bens da Igreja, Oldknow teve de concluir que no nosso país esta instituição se encontrava desprestigiada e tinha uma ineficaz intervenção junto da comunidade. Isto mesmo lhe foi reafirmado pelos eclesiásticos do Colégio dos

Inglesinhos, em Lisboa (p. 156) ⁽⁶¹⁾, o único lugar onde tiveram oportunidade de assistir a uma missa celebrada com a reverência, devoção e ordem que o ofício divino exige (p. 157), bem diferente do desrespeito patenteado pelos clérigos portugueses quer quando diziam a missa sem lhe incutir solenidade, quer quando não observavam os preceitos religiosos, como o jejum.

A este propósito Oldknow deixou-nos, aliás, o relato, em tom simultaneamente sério e jocoso, de um episódio passado consigo em Lisboa. O cenário foi o Convento de S. Vicente de Fora em vésperas da Ascensão, dia, portanto, de jejum, e o incidente ocorreu quando Oldknow e Neale, ao atravessarem os claustros, se sentiram subitamente envolvidos por um forte cheiro a bifeinhos de cebolada:

“As we passed through them [cloisters], we noticed a strong smell of beef-steaks and onions, which, as it was a fast day, the Vigil of the Ascension, we thought somewhat remarkable [...]” (p. 140)

Quando, alguns dias depois de este acontecimento ter tido lugar, Oldknow embarcou no vapor *Madrid* rumo a Inglaterra, não pôde deixar de formular o voto de que, num futuro próximo, a Igreja portuguesa fosse capaz de “cast from her whatever in doctrine or discipline will not stand the test of Catholic Antiquity, and prove herself, within her own sphere, in very deed ‘the pillar and ground of the truth!’” (p. 164). Para trás ficava um país que não pensava vir a visitar de novo mas que, a partir de agora, sempre lhe interessaria e para o qual desejava um governo firme, vigoroso, garante da liberdade pública e defensor da lei e da ordem, uma nobreza inteligente que pautasse o seu comportamento de acordo com sólidos princípios morais e tendo em vista o bem nacional e um povo virtuoso, trabalhador e feliz (p. 164).

Em certa medida, todos estes votos ambicionam o oposto daquilo que Oldknow veio encontrar em Portugal no ano de 1854. Os testemunhos que recolheu junto de estrangeiros aqui residentes e de nacionais iluminados surgem relatados em *A Month in Portugal* para assegurar a objectividade da visão do autor quando este afirma que o nosso país está entregue a maus governantes e a um clero que não cumpre a sua missão, vivendo o povo na ignorância, arredado da marcha do progresso e sendo, por isso mesmo, extremamente rude e incivilizado aos olhos dos viajantes provenientes de nações evoluídas como a Inglaterra.

Como vemos, a imagem que Oldknow formou de Portugal coincide exactamente com a veiculada pelo seu amigo John Mason Neale no que

⁽⁶¹⁾ O Colégio dos Inglesinhos, situado no Bairro Alto, foi ao longo do século XIX visitado por praticamente todos os turistas britânicos que então se deslocaram a Portugal, e Oldknow e Neale não constituíram excepção. Sobre a história desta instituição consulte-se: ROSE MACAULAY, “Inglesinhos. The English College (1622-1946)” in *They Went to Portugal Too*. Manchester, Carnet in association with The Calouste Gulbenkian Foundation, 1990, pp. 77-94.

diz respeito aos comentários de sinal negativo e é igualmente concordante quanto aos elogios a fazer, os quais se resumem a um único universo temático: a paisagem.

Oldknow define-se, à semelhança de todos os ingleses, como um grande apreciador dos cenários naturais (p. 72) e, nesse sentido, deuse por muito satisfeito com a viagem que fez até este país ibérico. Tal como para Neale, apenas este motivo era capaz de compensar todos os incómodos:

“On the whole, we had no reason to be dissatisfied with our tour. The beauty, grandeur, and novelty of many of the scenes of our pilgrimage, had well repaid us for all we had gone through [...]” (p. 100)

Foram muitos os lugares e múltiplos os elementos que o autor adjectivou de “beautiful”, “charming”, “delightful”, “enchanting”, “exquisite”, “fine”, “glorious”, “grand”, “interesting”, “lovely”, “magnificent”, “picturesque”, “remarkable”, “romantic”, “solemn”, “sublime”, “superior” e “sweet”. A paisagem que se avista do Cabo da Roca, por exemplo, mereceu-lhe o elevado qualificativo de «sublime»:

“The view of the ocean, bright and blue, and of the romantic coast consisting of bold projections, intermingled with sharp and lofty rocks, was truly sublime.” (p. 147)

Desde as margens dos rios Douro, Minho e Zêzere, à região de Viana do Castelo, passando pelas povoações e casas de bonita e pitoresca localização (p. 65), pelas cores das árvores, arbustos e flores, mais brilhantes, frescas e delicadas do que em Inglaterra (p. 110), pelo delicioso canto dos rouxinóis (p. 99) e o odor agradável do tomilho silvestre (p.128), tudo isto tocou a sensibilidade de Oldknow. Dos muitos quilómetros percorridos ficou-lhe na memória a recordação de um país particularmente rico em encantos naturais, a justificarem, por si sós, o turismo em Portugal. Entre os lugares da sua preferência e que mais funda impressão lhe causaram podemos apontar dois, bem distintos: Lisboa e a Serra da Estrela.

A capital agradou-lhe pela beleza da sua localização geográfica (p.130), pelo clima agradável, pela maior classe dos seus habitantes e pela limpidez do ar que permitia que se avistasse até muito longe. Considerou-a uma das cidades mais asseadas da Europa (p. 131) e possuidora de zonas e monumentos de especial interesse, como a Praça do Comércio, talvez a mais bela praça europeia (p. 132), as melancólicas ruínas do Carmo (pp. 133-134) ou o magnífico Aqueduto das Águas Livres (p. 135). Acima de tudo, Lisboa deleitou-o por ter sido o único sítio civilizado que encontrou em Portugal e onde pôde gozar de todo o conforto a que a Inglaterra o habituara. Por isso pensou, ao despedir-se:

“I was glad the last days of my stay in Portugal had been spent in Lisbon; for they formed, if not the most exciting, yet certainly the most comfortable part of my visit, and thus caused me to leave the country with more pleasant impres-

sions than would have accompanied my departure from any other place.” (pp. 163-164)

A Serra da Estrela encantou-o por razões bem diferentes. Ali, foi conquistado pelo pitoresco quadro pastoril dos rebanhos espalhados pela serra e, sobretudo, pelo majestoso cenário dos assustadores precipícios e das profundas ravinhas, onde “the grand and the beautiful were mingled together in splendid combination” (p. 87). A experiência emotiva de Oldknow e Neale (igualmente apaixonado por este lugar) ficou ainda mais completa quando, durante a escalada, ouviram o ribombar dos trovões, efeito sonoro que conferiu a toda a cena uma maior solenidade e grandeza.

Apesar da magia do cenário, Oldknow não pôde deixar de reparar nas aldeias miseráveis perdidas na Serra. Por muito pitorescas que fossem aos olhos dos turistas, elas representavam para os seus habitantes uma realidade bem menos agradável, a condenação a uma vida de trabalho árduo, pobreza e isolamento. “What must be to pass one’s life in one of these out-of-the-world places!” (p. 87), exclamou Oldknow, evidenciando um sentido de solidariedade na apreciação da paisagem que distingue os viajantes oitocentistas em busca do pitoresco. Com efeito, esta procura inaugurada em meados de setecentos e limitada a uma elite ociosa e versada na teorização sobre o tema, tinha como pressupostos regras, rotinas e formalidades que redundavam num distanciamento moral do viajante relativamente à pobreza, desordem e ruína que se tornara moda apreciar em termos puramente estéticos. A consciência social e o zelo evangélico do início do período vitoriano vieram, no entanto, denunciar claramente as limitações deste tipo de pitoresco ⁽⁶²⁾, defendendo-se, pelo contrário, a comunhão interior com e a simpatia humana do viajante pelo cenário que observa. Embora Oldknow não invista muito neste aspecto, não deixa de mostrar, nesta ou naquela descrição de uma paisagem, que o pitoresco do lugar não esconde nem faz esquecer as aflições diárias daqueles que nele habitam.

É natural que para o autor, enquanto sacerdote, esta problemática constituísse motivo de preocupação e, por isso, encontramos nestas páginas várias reflexões sobre os males que afligiam a sociedade portuguesa, a par com frases entusiásticas sobre os encantos paisagísticos que Oldknow pôde contemplar, para regalo dos olhos e da alma, unindo-se a Neale num coro de elogios. Ao fazer o balanço da sua

⁽⁶²⁾ Em *The Chimes*, um dos *Christmas Books* de Charles Dickens datado de 1844, a personagem do trabalhador Will Fern, dirigindo-se a um grupo de prósperos burgueses, distingue em termos muito humanos entre a realidade daqueles que, em nome das regras da pintura, procuram retratar lugares pobres e degradados e a dos que, nascidos muito abaixo na escala social, têm que neles habitar: “Gentlefolks, I’ve lived many a year in this place. You may see the cottage from the sunk fence over yonder. I’ve seen the ladies draw it in their books a hundred times. It looks well in a picture, I’ve heard say; but there an’ t weather in pictures, and maybe ’tis fitter for that, than for a place to live in. Well! I lived there. How hard — how bitter hard, I lived there, I won’t say. Any day in the year, and every day, you can judge for your own selves.” in CHARLES DICKENS, *The Christmas Books. Volume I. A Christmas Carol/ The Chimes*. Harmondsworth, Penguin Books, 1985, p. 215.

estada entre nós, Oldknow não se deixou contudo fascinar pelas belezas naturais a ponto de olvidar que Portugal era um país que, em sua opinião, não saíra ainda de um estado de barbárie:

"[...] I could not help feeling that when next I travelled, I should wish it to be in a country that was not quite so deficient in the common comforts of civilized life — that had at least passed the stage of barbarism." (p. 100)

Apesar de todas as contrariedades que Oldknow enfrentou, não perdeu nunca o sentido de humor, aspecto que Félix Walter reconhece como um dos atractivos de *A Month in Portugal*.⁽⁶³⁾ É preciso, porém, ter em atenção que os hilariantes versos latinos sobre os incómodos de viajar em terras portuguesas que Félix Walter cita para comprovar a veia humorística do autor inglês não são, na verdade, deste pastor anglicano mas sim, como ele próprio nos diz, do seu companheiro de excursão, Neale, que os compôs por puro divertimento, tendo Oldknow obtido autorização para incluí-los na sua narrativa. Trata-se, efectivamente, de um poema em latim sobre as atribulações do estrangeiro de visita ao nosso país que vem na página 98, encontrando-se a sua tradução inglesa no fim da obra. Os dois primeiros versos estabelecem desde logo um tom de impiedosa paródia quando o autor diz que uma inundação seria o único remédio para acabar de vez com a sujidade em Portugal:

"Who knoweth not the dirtiness of Lusitania's nation?/
Say, what can e'er improvement bring, except an inundation?"

Depois, ao longo das cinco quadras, encontramos divertidas referências às noites mal dormidas por causa dos parasitas que povoam as camas das miseráveis hospedarias, do barulho e cheiro das mulas acomodadas no andar de baixo e da curiosidade das gentes locais que acorrem a ver os forasteiros, impedindo-os de ter qualquer privacidade. Ao terminar, Neale, na qualidade de alguém que já passou por tal calvário, apenas tem a recomendar aos viajante uma santa resignação:⁽⁶⁴⁾

"When nought he finds for bed but straw, for dinner coarsest rations,

Oh, may he consolation find in that blest virtue — patience!"

Uma barbárie de belas e pitorescas paisagens, eis, em resumo, a visão que formaram de Portugal os sacerdotes John Mason Neale e

⁽⁶³⁾ Embora não contenha referências à literatura portuguesa, Félix Walter não quis deixar de citar *A Month in Portugal* para elogiar exactamente o sentido de humor do seu autor: "Citons pour rendre hommage au moins à son humour le nom de Joseph Oldknow, un sympathique anglican [...]", *Ibidem*, p. 112.

⁽⁶⁴⁾ Em *A Month in Portugal* Oldknow incluiu ainda outros dois poemas, igualmente da autoria de Neale. O primeiro, "Believe me, if all of the horrible beds" (p.97), versa a mesma temática da composição que vem na página 98 e o segundo, "We were kneeling in Batalha, about the dawn of day" (pp.116-118), inspira-se no Mosteiro da Batalha para enveredar rapidamente por reflexões de carácter religioso.

Joseph Oldknow. Trata-se, no fundo, de manter a imagem de um país retrógrado e paralisado por uma política e uma religião avessas à ideia de progresso. Condicionados pela leitura dos numerosos relatos de viagem britânicos sobre Portugal publicados até então, Neale e Oldknow, apesar de detectarem aqui e ali, sobretudo em Lisboa, algumas melhorias relativamente ao quadro de incivilização e obscurantismo traçado por aquela literatura, sustentam, em linhas gerais, o mesmo panorama, apesar de o século XIX já ir avançado.

Várias são as justificações para a opinião por eles transmitida. Por um lado, a sua nacionalidade inglesa fazia deles membros de uma forte sociedade industrial que, graças à riqueza, poder e influência alcançados, detinha uma posição de supremacia no contexto mundial.⁽⁶⁵⁾ Nesse sentido, o desenvolvimento económico e a melhor qualidade de vida a que estavam habituados na sua ilha natal não poderiam deixar de constituir uma bitola pela qual avaliaram a realidade portuguesa, ainda profundamente agrícola e pouco evoluída. Por outro, a mesma nacionalidade inglesa atribuía-lhes, à partida, um sentimento de superioridade face aos povos do Sul da Europa em geral e, muito particularmente, em relação ao português que a Inglaterra há bem pouco tempo tivera de socorrer, com dispêndio de vidas e de dinheiro, para libertar Portugal das guerras napoleónicas e civis que o assolaram nas primeiras décadas de oitocentos.

John Pemble diz que os ingleses “were never more insular than when they were abroad”⁽⁶⁶⁾ e, de facto, o que se verifica no caso de Oldknow e Neale é que percorrem Portugal sem estabelecerem um contacto directo e esclarecedor com os naturais. A sua maior atenção vai para as paisagens, os monumentos e a falta de estruturas para acolhimento dos turistas e não procuram muito inteirar-se sobre as causas dos problemas sociais que detectam e as medidas que têm, ou não, vindo a ser tomadas para os solucionar:

“Whether they stayed in Grand Hotels, in country inns, or under canvas, the British were almost all alike in that they had little interest in the idea of close contact with Mediterranean people. [...] They regarded the countries of southern Europe, North Africa, and the Levant primarily as museums, sanatoria, and asylums, not as living societies. Their main concern was with art, ruins, climate, and release from social duty and responsibility.”⁽⁶⁷⁾

Este facciosismo teria, obviamente, de conduzir à formação de uma imagem desfavorável que apresenta Portugal como um país ainda a

⁽⁶⁵⁾ “It was very difficult for a visitor to the Mediterranean not to be reminded of Britain’s economic and military might. The English flag flying over the fortifications of Gibraltar, and the appurtenances of trade and empire in Malta, Cyprus, and Egypt, all recalled to the itinerant Victorian the weight of the British ledger and the power of the British sword.” in JOHN PEMBLE, *ibidem*, p. 269.

⁽⁶⁶⁾ *Ibidem*, p. 268.

⁽⁶⁷⁾ JOHN PEMBLE, *ibidem*, p. 266.

viver na idade da barbárie. É certo que a Inglaterra era, por volta de 1850, a «workshop of the world», graças ao triunfo tecnológico e económico da Revolução Industrial. Mas escaparam a Oldknow e Neale as políticas implementadas em Portugal pelo liberalismo no sentido da industrialização. “Se a vida política do novo regime liberal decorria acidantada, já o liberalismo económico começava a produzir efeitos muito concretos, nomeadamente no que respeita à aplicação das novas tecnologias.”, diz-nos Víctor de Sá em *Lisboa no Liberalismo* ⁽⁶⁸⁾ para de seguida nos informar que em 1851, só em Lisboa, já tinham sido montadas 95 máquinas a vapor, havendo-as também em fábricas do Porto, Portalegre, Santarém, Marinha Grande e Tomar (o que não significa que não continuassem a imperar as pequenas oficinas artesanais e que a força motriz utilizada não fosse sobretudo a humana e a animal).

O incremento da indústria portuguesa, prioridade do Setembrismo, traduziu-se também na organização de exposições industriais por iniciativa da Sociedade Promotora da Indústria Nacional. A primeira, de 1838, teve a participação de 46 fabricantes e artistas, a segunda, de 1840, contou com 36 expositores, à terceira, de 1844, acorreram 134 participantes e na de 1848 “já apareceu uma máquina a vapor fabricada em Portugal, tinha ela a força de 6 cavalos.” ⁽⁶⁹⁾

Como se vê, o nosso país não estava completamente alheado da marcha do progresso tecnológico, e estas exposições foram visitadas por um público curioso e interessado nos espantosos produtos da criatividade humana. Quando, em 1851, teve lugar em Londres a chamada «Great Exhibition», a primeira grande exposição industrial à escala internacional que marca o auge da Revolução Industrial inglesa, Portugal mandou uma representação ⁽⁷⁰⁾ e exaltou o acontecimento nos jornais:

“Não tarda que os paços da industria se abram, em Hyde-Park, para celebrar a ovação do trabalho de todas as nações. A civilização moderna vae ter a sua epopéa. A enxada, o martello, e a machina são as lyras dos novos Homeros do trabalho.” ⁽⁷¹⁾

Até mesmo as agitações sociais decorrentes das más condições de vida e de trabalho do novo proletariado concentrado nas grandes cidades industriais inglesas começaram a ter o seu equivalente entre nós quando, em 1849, os metalúrgicos de Lisboa fizeram

⁽⁶⁸⁾ VÍCTOR DE SÁ, *Lisboa no Liberalismo*. Lisboa, Livros Horizonte, 1992, p.57.

⁽⁶⁹⁾ *Idem, ibidem*, p. 59.

⁽⁷⁰⁾ No número 27 da *Revista Universal Lisbonense* do dia 13/3/1851 (2.ª serie, tomo III, 10.º anno, pp. 323-324) pode ler-se: “Os productos portuguezes para a Exposição de Londres partiram de Lisboa, a bordo do vapôr de guerra *Infante D. Lutz*, hontem 12 de Março. Foram 91 volumes, comprehendendo 1.293 numeros de ordem, ou outros tantos objectos diferentes.”

⁽⁷¹⁾ In *Revista Universal Lisbonense*, 2.ª serie, tomo III, 10.º anno, n.º 24, 20/2/1851, pp. 277-278.

greve, em luta pela abolição da obrigatoriedade de trabalharem também ao serão. (72)

No que diz respeito ao desenvolvimento dos transportes e vias de comunicação, sector-chave da Revolução Industrial inglesa que alargou sobremaneira o fenómeno do turismo entre os britânicos ao tornar as viagens mais rápidas, seguras e baratas, devemos dizer que no caso português progrediu de forma muito lenta. É certo que Lisboa e Porto ficaram ligadas a partir de 1823 por navegação a vapor e que a administração cabralista tentou meter ombros à tarefa da construção de estradas, mas os transportes para o interior do país ainda eram feitos, sobretudo, por almocreves, barqueiros e carreteiros, e a rede de diligências era extremamente limitada. Em 1853-1854, quando Neale aqui esteve, pôde aperceber-se de que estas últimas apareciam ainda aos olhos do ignorante povo português como um prodígio:

“The road to Braga has lately — a most wonderful thing in Portugal — been made passable for carriages. A diligence runs each way every day. In the summer of 1854 it was in so much request that places had to be secured. The time occupied is 6 hrs. This diligence began running on May 5, 1852, between Porto and Famalicão, and the event was chronicled in the *Nacional* of the next day as a prodigy, the names of the travellers being given in full [...]” (73)

A prosperidade chegaria, pois, mas muito devagar, com o tradicional atraso com que se tem vindo a fazer a europeização do nosso país. Apesar de todos os esforços do liberalismo durante a primeira metade do século XIX, temos de reconhecer que Portugal manteve em grande medida as características do antigo regime económico. O povo vivia esmagadoramente na pobreza, como constataram Neale e Oldknow nas aldeias, campos e serras por onde deambularam a maior parte do tempo em que aqui estiveram.

Contudo, os ventos do progresso começariam em breve a soprar mais fortes, e a Regeneração, sob o signo da burguesia, iria finalmente levar a cabo a transformação material do país que a experiência liberal projectara mas não conseguira concretizar. Coube efectivamente ao Fontismo a modernização de Portugal (dentro dos condicionalismos financeiros existentes), a qual veio a estimular o desenvolvimento e o crescimento económico e começaria a tirar o território nacional do isolamento a que há muito se encontrava condenado.

Tivessem Oldknow e Neale viajado até este país ibérico apenas dez anos mais tarde e teriam podido ver o comboio (inauguração do troço Lisboa-Carregado em 1856, início da linha do Norte que ficou concluída em 1864), o telégrafo (aparecido em Lisboa em 1857, para no ano de 1864 existirem já mais de 2000 km de linhas e mais de 70 estações) e boas estradas, abertas entre 1859 e 1875 numa extensão que rondou

(72) Sobre a história desta greve consulte-se VÍCTOR DE SÁ, *Ibidem*, pp. 64-67.

(73) *Handbook for Travellers in Portugal*, p. 142.

os 3000 km. Citando Joel Serrão, podemos resumir os benéficos efeitos da Regeneração no sentido da prosperidade:

“Raciocinando *a fortiori*, pelos sinais demográficos urbanos de 1878-90 poder-se-á apreender algo do que principiou a ocorrer em Portugal a partir da Regeneração: um lento mas contínuo *processus* de desenvolvimento económica, social e mental.” (74)

Acontece que Oldknow e Neale vieram até nós antes das significativas realizações do projecto regenerador e, por isso, depararam, em grande parte, com o atraso e a pobreza que há séculos tolhiam a vida nacional. A inércia pareceu-lhes de tal forma enraizada em todas as esferas da sociedade portuguesa que não vislumbraram grandes hipóteses de, a médio prazo, ser possível reduzir o enorme desfazamento que separava o nosso país das nações europeias evoluídas. Como não mais voltaram a visitar Portugal, não tiveram oportunidade de constatar o progresso material decorrente da aplicação das políticas regeneradoras nem puderam reconhecer, enfim, que os portugueses tinham iniciativa empreendedora e mereciam o respeito e a credibilidade que Neale lhes parece negar quando, a páginas 29 do *Handbook for Travellers in Portugal*, faz questão de citar uma opinião veiculada na imprensa periódica portuguesa ao tempo da governação de Costa Cabral, ministro de D. Maria II:

“What can be expected from a nation where the dead are buried on the Height of Pleasures, the queen occupies the Palace of Necessities, and the finance-minister resides in Thieves' Alley?”

Em 1855, ao serem lançados no mercado livreiro o roteiro de Neale (numa época em que o turismo se faz já de guia na mão) e as impressões de viagem de Oldknow, o público britânico passou a dispor de mais duas obras sobre Portugal — extremamente interessantes, do ponto de vista do historiador, para a reconstituição do *modus vivendi* português em meados da centúria de oitocentos — que, grosso modo, reproduziam a já tradicional visão de um país retrógrado e inculto que se integrava, aliás, num mais vasto estereótipo (75) do Sul, produto da atitude de fobia dos ingleses que, face à realidade da Europa meridional, valorizam a sua cultura de origem (superioridade real, em termos económicos e industriais) e declaram a inferioridade dos países visitados.

(74) “Regeneração” in *Diccionario de História de Portugal*, dirigido por Joel Serrão. Vol. V. Porto, Figueirinhas, 1990, p. 255.

(75) A vasta produção de relatos de viagem sobre um dado país, neste caso Portugal, pode conduzir à formação de um *estereótipo* quando se dá a cristalização de uma imagem esquemática que se pretende definidora da natureza essencial do Outro e válida em qualquer momento histórico: “Ce clichage, qui résulte d'une abondante production sur une époque ou un pays «à la mode», aboutit à la constitution d'un véritable répertoire de stéréotypes codifiés.” in MICHEL POTET, “Couleur locale: thème et version” in *Revue de Littérature Comparée*, 49^e année, n.º 1, Janvier-Mars 1975, p. 9.

Mas o Sul pode também ser visto positivamente, como o espaço mítico de libertação do Eu e de fuga a um Norte opressor e angustiante. ⁽⁷⁶⁾ Em *Handbook for Travellers in Portugal*, devido às características necessariamente impessoais do guia turístico, e em *A Month in Portugal* estamos muito longe de encontrar essa dimensão de exílio regenerador que o norueguês Ibsen ou o inglês D.H. Lawrence viriam a buscar na Itália, por exemplo, mas a linguagem com que os dois autores escrevem a alteridade, a forma como ambos descrevem as peculiaridades da paisagem portuguesa poderá ter despertado no futuro o interesse de todos aqueles viajantes que buscavam exactamente uma realidade diferente e, em certos aspectos, até oposta à sociedade inglesa, sendo desta feita a cultura de origem a merecedora de críticas.

Para um século XIX apaixonado pelo exotismo, Portugal tinha muito a oferecer, como sabemos ⁽⁷⁷⁾; e a todos aqueles britânicos que se sentiam asfixiados pela concentração populacional das grandes cidades industriais, pela poluição ambiental, pela opressiva rotina urbana (frutos inevitáveis da Revolução Industrial) e sonhavam nostalgicamente com o regresso à Natureza livre, espontânea e intocada pela acção transformadora do Homem, o nosso país poderia proporcionar essa desejada fuga para um espaço de paisagens rústicas, pitorescas e até sublimes, onde o tempo parecia ter parado:

“No Ocidente, os espaços ibéricos oferecem essa mistura passadista, mistura de anacronismo e de miséria, de aristocracismo (o antídoto da era burguesa!) e de exotismo vagamente oriental, mistura que provoca ainda sensações fortes para um viajante ansioso por se perder para melhor encontrar os seus fantasmas..” ⁽⁷⁸⁾

A Month in Portugal e *Handbook for Travellers in Portugal*, duas obras de agradável leitura como procurámos demonstrar através da inclusão frequente de sugestivos excertos, falamos exactamente de um Portugal com essa dimensão polivalente aos olhos dos ingleses que aqui se deslocaram no século XIX. Lugar do compromisso político, do risco e da aventura militar e financeira, espaço de meditação privada, de refúgio e de errância romântica, Portugal foi, para o viajante britânico em geral, o país bonito mas bárbaro que tinha afinal no próprio atraso e beleza paisagística as razões de ser do seu exotismo e, consequentemente, do seu potencial turístico.

⁽⁷⁶⁾ Sobre esta questão consulte-se: JACQUELINE SESSA, “Le Sud, lieu de destruction ou d’édification du moi?” in *Le Sud: Mythes, Images, Réalités*. Actes du XVIe Congrès de la Société Française de Littérature Générale et Comparée. Tome II. Montpellier III, 1980, pp. 289-299.

⁽⁷⁷⁾ “Na sua procura ávida de sol, de exotismo, de um Oriente tornado moda pelo romantismo, a Península Ibérica é uma verdadeira reserva inesgotável de cor local, primitiva ou sensual, fascinante.” in ÁLVARO MANUEL MACHADO e DANIEL-HENRI PAGEAUX, *Da Literatura Comparada à Teoria da Literatura*. Lisboa, Edições 70, 1988, p. 43.

⁽⁷⁸⁾ *Idem, Ibidem*, p. 42.

A INGLATERRA DE OLIVEIRA MARTINS

Filipe Furtado

É dado relativamente consensual que a quase hegemonia exercida pela Grã-Bretanha oitocentista à escala europeia teve, nos planos artístico e literário, reflexos internacionais bem menores do que, por exemplo, no tocante à ciência, à técnica ou à teorização política. Também no caso português, apesar da óbvia predominância britânica, o já então crónico pendor francocêntrico da cultura, assim como as barreiras linguísticas, mantiveram em proporções relativamente discretas essas influências que, noutras circunstâncias, poderiam ter sido muito mais fortes. De qualquer modo, as coisas inglesas despertaram nas letras nacionais ecos por vezes intensos, dando, mesmo, durante as três últimas décadas do século, origem a um pequeno grupo de obras secundárias de algumas figuras cimeiras da literatura e do pensamento.

Entre esses autores que assim visaram dar a conhecer algo mais sobre a Inglaterra ao público leitor português e brasileiro, avultam Eça de Queirós, Ramalho Ortigão e Oliveira Martins. Da estada de Eça em Newcastle e Bristol resultaram as Crónicas de Londres, surgidas n'A *Actualidade*, jornal portuense, em 1877 e 1878, assim como as *Cartas de Inglaterra*, primeiramente publicadas pela *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro entre 1880 e 1882. Em 1887, por sua vez, viria a lume *John Bull* de Ramalho.

No início da década seguinte, de Maio a Julho de 1892, Oliveira Martins empreendia uma viagem a Inglaterra por ele parcialmente descrita em crónicas no *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro entre Outubro e Dezembro do mesmo ano. Os textos («cartas de um viajante» lhes chamou o autor em subtítulo) seriam depois reunidos no volume denominado *A Inglaterra de Hoje* (1893).

Convirá desde logo sublinhar que a obra ocupa um lugar algo subalterno na produção textual de Oliveira Martins, em caso nenhum sendo (ou se pretendendo) um trabalho de grande fôlego. De facto, mesmo depois de revistas, reformuladas e acrescidas de «estudos anteriores», (1) as «cartas» deixam transparecer o seu carácter episódico

e datado, mantendo as limitações inerentes às crónicas de viagem e nem sempre tirando partido das respectivas potencialidades. Qualquer abordagem deste livro deverá, assim, partir de expectativas e exigências moderadas quer no plano estético, quer no propriamente informativo, sendo aconselhável, por outro lado, manter em relação a ele algumas cautelas, quando não reservas, no tocante à aceitação *prima facie* de todo o seu conteúdo.

Cabe, por isso, perguntar qual, então, o interesse de *A Inglaterra de Hoje*, para além de constituir mais uma (e talvez não a melhor) perspectiva daquele país por uma autor português do século XIX. À primeira vista, é irrecusável que, pelo seu perfil de economista, de sociólogo e de historiador, Oliveira Martins estaria, em abstracto, particularmente bem posicionado para a tarefa. Porém, como adiante se procurará mostrar, o texto revela-se curiosamente representativo, quase emblemático, do que vários críticos têm considerado ser os traços negativos mais correntes na historiografia e, em geral, na obra martiniana.

Não são poucas, de facto, essas insuficiências. Entre outras, Joel Serrão, ⁽²⁾ na senda de António Sérgio, assaca ao autor de *Os Filhos de D. João I* a de evidenciar, «no tocante à sua fundamentação filosófica, uma nebulosa de contornos, não só indecisos, mas também; por vezes, contraditórios». ⁽³⁾ Considera-o, ainda, «mais economista e sociólogo do que historiador *tout court*», admitindo não ser a sua historiografia «um modelo exemplar» e aludindo ao facto de nela se verificar com alguma frequência «o predomínio da imaginação relativamente à fidedignidade documental.» ⁽⁴⁾

António José Saraiva, por seu turno, mostra-se muito reticente quanto à valia estética da escrita de Oliveira Martins, apontando-lhe deficiências de certa gravidade. Censura, por exemplo, a adjectivação «pobre e vulgar», a repetição de «palavras de efeito» ou o recurso a «truques retóricos» «mal disfarçados e vulgares», ⁽⁵⁾ acrescentando que «os seus livros de viagens — *A Inglaterra de Hoje* e *Cartas Peninsulares* — são, como obras de arte, inferiores.» ⁽⁶⁾

No mesmo ensaio, António José Saraiva verbera também o recurso a uma metodologia quase universalmente considerada perigosa no tocante à actividade do historiador e à investigação científica em geral.

⁽¹⁾ Cf. Oliveira Martins, *A Inglaterra de Hoje (cartas de um viajante)*, Guimarães & C.^a Editores, Lisboa, 1951, p. 7. Todas as referências ulteriores à obra terão por base a edição acima aludida, indicando-se, no tocante a citações, apenas o número da página em que surgem.

⁽²⁾ Cf. Joel Serrão, «Oliveira Martins», in Joel Serrão (ed.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. II, Iniciativas Editoriais, Lisboa, 1971. Este artigo viria a ser publicado mais tarde, com o título «Compreender Oliveira Martins», em Joel Serrão, *Portugueses Somos*, Livros Horizonte, Lisboa, s. d. (pp. 37-56). A ele se reportam as referências feitas no presente artigo.

⁽³⁾ Joel Serrão, *op. cit.*, pp. 49-50.

⁽⁴⁾ Joel Serrão, *op. cit.*, p. 53.

⁽⁵⁾ Cf. António José Saraiva, «Oliveira Martins, artista», in António José Saraiva, *Para a História da Cultura em Portugal* (vol. I), Publicações Europa-América, Lisboa, 1961, p. 179.

⁽⁶⁾ António José Saraiva, *op. cit.*, pp. 179-180.

Consiste ela na tendência para um certo apriorismo voluntarista, que se traduz na utilização dos mais diversos dados (não raro desinseridos de um contexto mais amplo) como exemplos, nem sempre muito pertinentes, de teorias ou opiniões pessoais. Até aqui, nada de reprovável. Sucede, porém, que muitos desses pontos de vista são formulados num tom quase axiomático, sem que exista qualquer esforço visível de os fundamentar por via indutiva. (7)

Certas ideias dominantes, longe de se desenvolverem e consolidarem enquanto ilações de dados anteriores, surgem como que armadas da própria mente do autor, não lhes sendo atribuída qualquer outra origem ou justificação. Quando esta porventura surge, regra geral apenas resulta de exemplos aduzidos *ex post*, os quais ou evidenciam poucos nexos com a ideia a confirmar ou sofrem alguma distorção para melhor a ela se adaptarem.

Por vezes, quase parece tratar-se de pura adivinhação. Em *A Inglaterra de Hoje*, Oliveira Martins deixa, mesmo, subentender que obtém vários desses dados simplesmente «observando as fisionomias e indagando os caracteres expressos nas feições», pois «as caras que me passavam diante da vista, inexpressivas como esfinges, iam formando, letra a letra, as palavras com que construía o meu pensamento» (p. 46). De resto, as informações recolhidas *in loco* pelo autor, dada a curta duração da viagem e a relativa exiguidade dos percursos, estão longe de ser exaustivas ou, mesmo, suficientes, poucas vezes ultrapassando a observação ocasional e o apontamento apressado.

Efectivamente, a obra baseia-se num itinerário que, para além de Londres, compreende tão só algumas localidades do sul e do centro-leste da Inglaterra, com exclusão de quaisquer outros territórios do Reino Unido. Muitos episódios, portanto, centram-se em visitas a monumentos ou em panoramas apenas entrevistados de meios de transporte (sobretudo caminho-de-ferro e barco), na viagem de Southampton à capital e em breves sortidas a um número restrito de centros populacionais na bacia do Tamisa. Entre os pontos do roteiro, a região londrina (City, Westminster e East End, em particular) parece ser a única percorrida, observada e descrita com a delonga suficiente para daí resultarem avaliações de alguma solidez.

Em consequência, várias das «cartas» não puderam deixar de ser complementadas com dados de origem livresca (8) ou informações de amigos e conhecidos, portugueses ou britânicos, elementos que, em certos casos, terão sobrelevado as experiências propriamente vividas. Como se compreende, tal procedimento viria ainda a acentuar-se na edição em volume de 1893 com a posterior junção de textos previamente escritos em Portugal. Por outro lado, a orientação apriorística e algo dogmática acima referida transparece em quase todos os capítulos, nela radicando o pendor intensamente assertivo de muitos passos, assim como certa parcialidade nas opiniões, por vezes expendidas em tons que

(7) Cf. António José Saraiva, *op. cit.*, pp. 180-181.

(8) Oliveira Martins refere, mesmo, a «pequena biblioteca inglesa» (pp. 12-13) com que se munira para a viagem.

rondam a truculência. Ainda associável a esta inclinação e possivelmente destinado a colmatar-lhe as deficiências, encontra-se em Oliveira Martins o gosto por estatísticas e dados factuais de toda a ordem, os quais, contudo, nem sempre se revelam de uma clareza ou de uma lógica irrecusáveis.

A este rol já considerável de características e orientações, no mínimo discutíveis mas não raras na obra do historiador, *A Inglaterra de Hoje* acrescenta outra até então inédita nos seus escritos: uma notória ausência de empatia com o assunto em análise. De resto, na sucessão dos atrás aludidos livros sobre a Inglaterra de Eça, de Ramalho e do próprio Oliveira Martins, é possível divisar uma crescente animosidade no modo como o país e os seus habitantes vão sendo encarados. Percorrendo esses textos surgidos ao longo de uns escassos quinze anos, passa-se da bonomia subtilmente irónica das *Crónicas de Londres* às censuras ainda comedidas mas já acutilantes de *John Bull*, e destas aos sarcasmos virulentos de *A Inglaterra de Hoje*.

Aqui, de facto, longe de abordar o principal objecto do seu estudo com a imparcialidade esperável de alguém treinado na investigação e nas tarefas historiográficas, o autor tenta, a cada passo, menosprezá-lo, chegando por vezes ao insulto gratuito. Embora de quando em quando entrecortada por escassos e cautelosos elogios a aspectos cujo teor positivo, de resto, não permite qualquer dúvida, essa atitude depreciativa é demasiado marcante para não se tornar notória desde cedo.

Assim toma forma o inglês martiniano, um ser violento, sanguíneo, cumulado com a maioria dos defeitos imagináveis, cedendo aos apelos da ganância e aos instintos animais, um bárbaro moderno sob um verniz estaladiço de pseudo-civilização:

«Apesar da naturalidade e da distinção das maneiras, o inglês medianamente fino tem o quer que é de desengonçado e contrafeito, que, a meu ver, provem do carácter artificial da sua civilização. Se se rasga, vê-se o bárbaro...» (p. 71)

«A sua ideia de civilização, formal e exterior como é, consiste apenas em vaidade, luxo e gozo: é a ideia espontânea de um bárbaro.» (p. 144)

O epíteto repete-se em vários pontos da obra qauase sempre associado às mesmas acusações de superficialidade civilizacional contra um povo que «por dentro tem intacta a força e a ingenuidade infantil e bronca de verdadeiros bárbaros» (p. 137).

O alcoolismo também ocupa um lugar de certo relevo entre as acusações com que o autor procura verberar os ingleses, esquecendo ou omitindo condicionalismos idênticos, quando não mais graves, do seu próprio país. Com efeito, observações como

«O vício não é exclusivo das classes miseráveis, nem do sexo forte.» (p. 142)

«É o vício de todas as classes, não é exclusivo do proletariado.» (p. 219)

não se tornariam menos certeiras e acutilantes se aplicadas á população portuguesa.

Todavia, é talvez nas suas alusões a capacidades intelectuais que Oliveira Martins atinge verdadeiros máximos no tocante ao sarcasmo excessivo, injusto e gratuito. Neste contexto surgem, particularmente ousadas e numerosas, as generalizações axiomáticas atrás aludidas, cujo fundamento, nunca aventado, fica em regra por descortinar:

«De todos os europeus, são talvez os menos dotados da curiosidade inventiva, sendo ao mesmo tempo os mais audazes executores. Boas máquinas, reguladores medíocres.» (p. 31)

«É por não terem sol, que os ingleses não podem ser, nem filósofos, nem artistas: falta-lhe a centelha do espírito sintético.» (p. 65)

Que um argumento similar também serviria, por exemplo, para «demonstrar» a inexistência da filosofia alemã parece não haver constituído objecto de qualquer preocupação.

Mais adiante, esquecendo a óbvia incidência da superstição nas mentalidades da Europa meridional e oriental, o autor estabelece outra das suas nebulosas relações de causa e efeito, segundo a qual o povo inglês se revelaria «fundamentalmente supersticioso por ser antipático à filosofia» (p. 281). Deste *mare magnum* de virulência, emerge ainda um ou outro passo onde a tentativa de ironizar se torna quase patética, esgotando-se em zombaria pesada e sem brilho:

«Platão considerava inconciliáveis as duas qualidades de atleta e de pensador. Ora, os ingleses são incontestavelmente uma raça de atletas.» (p. 157)

Entre tantas diatribes contra as potencialidades intelectuais dos habitantes de além-Mancha, Oliveira Martins não hesita, mesmo, em atacar uma das suas manifestações mais conhecidas, apreciáveis e consensualmente positivas: o humor. Assim, opondo-se de forma tão diametral quanto possível ao que, de há muito, seria já a opinião universalmente favorável a esta manifestação do espírito inglês, as críticas apenas se revelam ainda mais injustas e infelizes:

«... *humour*, que é a graça amarga própria de gente tão psicologicamente desequilibrada, como é fisicamente desengonçada.» (p. 78)

«A comédia é farsa, a farsa torna-se pantomima. Parecem espectáculos para crianças monstros. O riso só brota com as cabriolas, as pancadas grotescas, os uivos, os esgares dos *clowns* e *ministrels* [*sic*], mascarrados de preto, vestidos de entrudo, tocando nos seus instrumentos roufenhos, melopeias, que a gente hesita em saber se provocam o riso amargo, se a melancolia monótona. É assim o *humour*.» (p. 95)

A mesma insistência depreciativa envolve alusões expressas ou implícitas a uma alegada superioridade dos povos do continente, em cujas fileiras os meridionais parecem deter a supremacia. Consequentemente, seja qual for o aspecto em análise, os ingleses saem sempre diminuídos da comparação, apenas atingindo um lugar destacado nos traços negativos:

«[...] via-se que não tinham espécie alguma da delicadeza instintiva, tão frequente às vezes nas plebes continentais. Pareciam-me brutinhos soltos.» (p. 66)

«O meridional é guloso, mas o inglês é glutão na gulodice.» (p. 76)

Contudo, esta curiosa hierarquização dos europeus, para além de nunca se sujeitar ao ónus da prova, ainda vai por vezes mais longe. Como adiante se verá, a parcialidade e o iberismo do autor também fazem sentir a sua presença conjunta, prescrevendo para os habitantes da Península um lugar de eleição cujo fundamento fica, de igual modo, por justificar.

Quase inevitavelmente, todo este furor destrutivo acaba por gerar algumas contradições. Assim, embora Oliveira Martins invective o que considera serem as fracas potencialidades intelectuais dos ingleses, vários dos poucos elogios que concede recaem precisamente sobre as suas instituições culturais e científicas, com relevo para o Museu Britânico e a respectiva biblioteca (cap. XV). Mais adiante, duas opiniões expendidas a poucas páginas de intervalo revelam uma tal dissonância que parecem referir-se a dois povos absolutamente diferentes:

«O inglês só se diverte com violência: a sua máquina pesada é insensível às impressões delicadas.» (p. 145)

«São sentimentais. Não há na Europa moderna lirismo subjectivo comparável ao da poesia inglesa.» (p. 153)

Mas não é tudo: como se fosse necessário intensificar ainda mais a contradição, esta reinstala-se logo no parágrafo seguinte:

«De todos os europeus que eu conheço, não há dúvida que são os mais próximos do homem bárbaro...» (p. 153)

Para ser completa, a depreciação dos ingleses não poderia deixar de se estender a alguns factos e figuras da sua história. Acentue-se, contudo, que várias observações ou análises sobre a história inglesa, ainda que naturalmente pouco extensas ou profundas, revelam generalizações perspicazes, interpretações esclarecedoras de grandes linhas de acontecimentos e, mesmo, algumas previsões acertadas. Em diversos capítulos, a perspectiva amplia-se e, embora foque inicialmente assuntos relacionados com as mutações económicas, financeiras, sociais e políticas da Grã-Bretanha, alarga-se a acontecimentos recentes de outros países em panorâmicas de alcance mais vasto. Porém,

apesar de interessante, esta orientação dá por vezes um relevo algo exagerado à vertente (e, até, à gíria) francesa dos aspectos discutidos, contribuindo para diluir em generalidades uma abordagem que ganharia em manter-se mais circunscrita ao seu objecto.

Entre as questões que recebem tratamento prioritário, avultam o sindicalismo, as greves, a pobreza e os percursos históricos do capitalismo e do socialismo. A própria dimensão textual concedida a cada um desses assuntos deixa transparecer com clareza que agitariam ao tempo a maioria da população britânica, embora, talvez por isso, nem sempre surgissem com frequência correspondente nos periódicos e noutras vias difusoras de idéias.

Certos passos reportam-se a transformações na época ainda recentes, como a notória perda de influência política por parte da velha aristocracia, a qual, até poucas décadas atrás, mediante uma espécie de acordo tácito com a grande burguesia industrial e financeira, ainda preenchia os cargos institucionais de maior proeminência. Outros, ainda, focam o crescente desajustamento dos *whigs*, mesmo os radicais, aos novos desafios que então confrontavam os britânicos, como o teor já algo obsoleto do parque industrial e de outros aspectos da economia, a concorrência alemã e, sobretudo, os choques entre patronato e operariado.

Quase inevitavelmente, devido às posições ideológicas de Oliveira Martins e, em particular, ao que de há muito já se tornara uma evidência gritante, são também numerosas as censuras às injustiças sociais da Grã-Bretanha vitoriana. Essas observações revelam, mesmo, uma curiosa sintonia com tendências ao tempo já bastante influentes em vários activistas e intelectuais ingleses. Assim, para além de mostrar uma natural familiaridade com o pensamento marxista e outras correntes socialistas, o autor deixa poucas dúvidas quanto ao seu entendimento do chamado darwinismo social como peça relevante na justificação do capitalismo selvagem da época.

Na sequência das generalizações acima aludidas, Oliveira Martins também procura estabelecer ocasionais paralelos entre o devir de outros povos e a história inglesa, visando, assim, prefigurar-lhe a evolução futura. Para tanto, como único símile possível do então imenso poderio britânico, evoca o maior império da Antiguidade, comparando Londres a Roma no tocante às respectivas esferas de influência. No capítulo XI, procede, mesmo, a um discutível mas interessante cotejo entre os grandes momentos na evolução dos dois percursos, pois, segundo ele, o povo britânico «na sua história repete a romana, quase ponto por ponto» (p. 80).

Curiosas são também várias previsões entremeadas por uma espécie de conselhos ao futuro, cuja acuidade subsequentes evoluções se encarregariam de confirmar de modo por vezes bastante aproximativo. Entre elas, contam-se a formação e o eventual crescimento do Partido Trabalhista (pp. 176, 179, 188), assim como as nacionalizações (p. 217) e o declínio económico da Grã-Bretanha (p. 233). Em contrapartida, as menções a desenvolvimentos científicos e tecnológi-

cos presumíveis para o já próximo século XX (pp. 265, 289), embora correctas, nada avançam em relação às prognoses de vários divulgadores da época.

Apesar de tudo, é na abordagem da história inglesa que se tornam porventura ainda mais intensas não só as diatribes como a injustiça a elas inerente, mesmo quando vêm permeadas por raras observações neutras ou cautelosamente encomiásticas. Desde logo, as referências de alguma delonga a contextos anteriores ao século XIX não passam de meras alusões curtas e ancilares, ocorrendo sobretudo nos primeiros capítulos a propósito de paisagens, localidades ou monumentos de Londres e do Sul do país. De resto, um breve período sobre o palácio de Hampton Court parece resumir com razoável aproximação o que o autor manifesta, em geral, pensar da história da Inglaterra:

«Hampton Court evoca-me ao espírito a horrorosa tragédia inglesa, amassada com amor e sangue, num frestim de bárbaros.» (p. 62)

Também neste particular surge nova bravata de meridional: os ingleses «não contam, como nós continentais latinos, vinte e cinco séculos de vida histórica. Perante a nossa velhice, são uns fedelhos» (p. 153). Irrecusável em termos cronológicos estritos, a afirmação, contudo, pouco ou nada prova, omitindo que maior antiguidade não implica necessariamente maior desenvolvimento civilizacional. Por outro lado, deixa poucas dúvidas quanto ao complexo de inferioridade que a motiva, resultando, afinal, numa fraca desforra (até porque a única possível) face ao então óbvio predomínio do país visado.

Entre os processos a que Oliveira Martins recorre para zurzir a Inglaterra, emerge com frequência, para além de ironias e sarcasmos, um tratamento amesquinhante de personalidades célebres do passado. Apenas em raros momentos, com efeito, o autor manifesta alguma simpatia por figuras da história britânica. Daí que, exceptuando as observações sobre Gladstone, algo calorosas apesar da sua inevitável brevidade, não surja nada de semelhante a um retrato de qualquer das individualidades referidas ao longo da obra.

No tocante às poucas contempladas com mais do que a simples menção do nome, algumas observações limitam-se a repetir lugares comuns, ocasionalmente no original, como sucede com «Wellington, o *iron duke*» (p. 82). Na maioria dos casos, porém, as opiniões injuriosas surgem coladas como cognomes: «[...] curtiu Henrique VIII a sua orgia, e Cromwell a sua fúria de ambição» (p. 62).

São assim deixadas para trás, depois de um ou dois *clichés* ou de traços caricaturais quase sempre pouco conseguidos, figuras de todo insusceptíveis de tratamento tão simplista e apressado.

A par destas abordagens unidimensionais de pessoas e acontecimentos, tornam-se notórias certas distorções em grande medida resultantes da perspectiva adoptada. Para além de avaliar a história da Inglaterra com parcialidade portuguesa não muito curial mas, pelo menos compreensível, Oliveira Martins também é ocasionalmente levado pelo seu iberismo a assumir alguns argumentos e complexos

espanhóis. Por exemplo, exalta «a grandeza nobre e a dignidade augusta» (p. 16) de Catarina de Aragão, «um ser humano lançado num antro de feras» (p. 97), como se a Espanha dos conquistadores e da Inquisição evidenciasse uma assinalável brandura de costumes face à Inglaterra de Henrique VIII.

As deformações, porém, são talvez ainda mais visíveis no plano cultural e das realizações associáveis ao conhecimento. Entre elas, avulta o menosprezo das coordenadas epistemológicas geralmente consideradas mais típicas da filosofia inglesa e nela preponderantes desde o século XVII: o empirismo e a metodologia de pendor indutivo. Evocadas no âmbito da já atrás aludida hierarquização dos povos europeus, aquelas orientações surgem contrapostas a uma alegada superioridade do racionalismo, da dedução e da intuição, segundo o autor características mais marcantes nos continentais:

«De resto, entre o processo intelectual dos continentais e dos ingleses há uma diversidade absoluta. Nós compreendemos as coisas dedutivamente, por via de classificação e abstracção. Eles assimilam-nas à força de atenção e memória, encastelando exemplos, amontoando factos, congregando e justapondo documentos inúmeros. O seu método é indutivo [...]. Os entendidos compreenderão também, desde logo, como um povo, mentalmente organizado conforme tenho procurado mostrar ser este, não podia, sem dúvida, apresentar essas culminações intelectuais, só acessíveis aos cérebros metafísicos, ou pelo poder de abstracção racionalista, ou pelo da intuição estética. O inglês não é racionalista, nem artista. Os seus grandes tratadistas são empíricos [...].» (p. 106)

Ora, tratar com tamanha ligeireza hábitos intelectuais que levaram os britânicos à culminância em diversos campos do pensamento e da investigação científica, para além de revelar o já aludido sentimento de inferioridade, ainda contribui para tornar mais duvidosas as incursões filosóficas do autor. Por outro lado, dizer isto do país de Milton, de Wordsworth ou dos poetas precisamente chamados metafísicos é tão pouco justo e consistente como pretender obnubilar toda a construção filosófica gerada por Bacon, Hobbes, Locke, Hume, Mill e muitos outros. Mais: equivale a não compreender como indução e dedução se complementam no processo cognitivo, ou até que ponto o empirismo decorre, afinal, de uma exploração aprofundada das virtualidades indutivas do próprio racionalismo. Passaria porventura pela mente do autor aplicar tais observações a Shakespeare, de resto noutro passo (p. 96) referido como o «maior perscrutador da alma humana que jamais existiu»?

No seu constante fechar de olhos face ao que, à época, seriam evidências irrecusáveis, Oliveira Martins também atribui aos ingleses sérias incapacidades no plano científico. Assim, esquecendo Napier, Newton, Maxwell, e muitos outros, afirma peremptoriamente:

«Nas matemáticas, que são a pedra de toque da capacidade racional de um povo, olham exclusivamente às fórmulas. Euclides, aprendido de cor e recitado, é ainda o mestre das escolas, que apenas produzem calculadores.» (p. 107)

Nas mesmas páginas, aprendemos que os sábios ingleses, ao contrário dos continentais, não passam de mercenários sem ideal, incapazes de investigação desinteressada e apenas movidos pela avidez do lucro:

«... O feitio prático do saber inglês torna a especulação pura um facto anormal. A sabedoria-sacerdócio, ou magistratura, não é adequada a esta sociedade, principalmente mercantil e sonantemente utilitária. A sabedoria preza-se pelo que rende. O sábio, por via de regra, é ao mesmo tempo um negociante que explora os rendimentos das próprias descobertas.» (p. 107)

Critérios similares surgem a propósito das artes. Mesmo admitindo que a pintura não seja das actividades mais caras ao espírito inglês, dificilmente se descortinam razões para juízos tão definitivos como:

«Há pintores na Inglaterra: pintura inglesa não há.» (p.100)

Os quadros de Turner, por exemplo, merecem algumas linhas em que um dúbio elogio se perde entre mal disfarçadas censuras:

«São visões, são deslumbramentos [...], delírios da imaginação desvairada, céus fantásticamente inverosímeis, mares revolvidos em ciclones [...]. (p. 100)

Surge, assim, novo princípio geral também forjado *ex nihilo*:

«Ambos estes traços são ingleses: o desequilíbrio da imaginação desenfreada, e a paixão marítima.» (p. 100)

E, pouco adiante, com algumas referências a Hogarth e às suas «telas ácidas como vinagre, pintadas com tristeza e cólera» (p. 101), dá-se por encerrada a precária demonstração da «incapacidade da raça para criar uma escola de pintura» (p. 101).

É certo que, no final do capítulo XIV, dedicado aos pintores, esta argumentação parece contradizer-se num curto parágrafo elogioso, todo feito de interrogações retóricas:

«Será necessário observar agora que há na *National Gallery* quadros superiores? Que os retratos de Reynolds e de Gainsborough são por vezes maravilhas? [...] Creio que não.» (p. 102)

De qualquer modo, no seu tom discreto e pouco veemente, este passo lembra mais uma tardia retractação jornalística perdida entre os artigos e anúncios de qualquer página secundária. Aparentemente,

nem sequer na arquitectura o espírito inglês deixa de revelar sérias insuficiências, pois:

«Um palácio de estilo inglês não tem a ordenação unitária e harmónica das construções clássicas: é um agregado de torres, e tectos e pórticos, e passagens, irregular, assimétrico, e que tanto pode parar onde está, como prolongar-se indefinidamente por justaposições sucessivas.» (p. 161)

Ainda que, na sua grande maioria, estas distorções sejam premeditadas, não se encontram por completo isentas de falhas devidas a escasso conhecimento do assunto. Está neste caso a afirmação, surgida a dado passo do capítulo XI, de que a Igreja Anglicana «ficou riquíssima com os bens antigos da igreja católica» (p. 86). Ora, ao invés, os imóveis e as propriedades fundiárias das ordens monásticas, que formavam o essencial desse património, foram, na maior parte dos casos, confiscados pela Coroa e, mais tarde, leiloados ou vendidos directamente, sobretudo a membros da *gentry* e da burguesia. Portanto, os bens eclesiásticos mais rendíveis, longe de passarem para o controlo do clero anglicano, foram sobretudo reforçar o erário real, assim como a pujança económica daquelas camadas sociais.

Se o gosto pelas estatísticas ou por dados factuais similares já permeia outras obras de Oliveira Martins, neste livro sobre o país que mais cedo os coligiu e utilizou, eles surgem a cada passo, particularmente, como é natural, a propósito de questões contemporâneas do autor. Alguns desses elementos, porém, levantam dúvidas quanto à sua fiabilidade e, a não resultarem de gralha tipográfica, ficam muito aquém do mínimo de rigor esperável em textos desta índole.

O melhor exemplo será talvez uma nota respeitante ao número de pobres socorridos pela assistência pública na Inglaterra e no País de Gales (p. 223). Aí se refere uma série de quantitativos verificados em diferentes anos, assim como, a seguir, as percentagens da população total que representam. Mesmo uma observação superficial, não obstante, mostra serem todas essas taxas completamente inexactas. Assim, na primeira linha, afirma-se que 844 000 habitantes corresponderiam a 42,9% da população em 1860, percentagem muito distante da correcta, dado a Grã-Bretanha contar ao tempo um total de habitantes incomparavelmente maior. ⁽⁹⁾ De facto, nem mesmo a hipótese de um lapso na colocação da vírgula poderá constituir justificação aceitável para dados tão obviamente erróneos.

Esta panorâmica facciosa, cáustica e, muitas vezes, injustamente depreciativa surge, acentue-se, numa fase amadurecida, quase final, do percurso de Oliveira Martins, já depois de todos os textos fundamentais

⁽⁹⁾ Já nove anos antes, aquando do censo de 1851, a Grã-Bretanha (Inglaterra, Escócia e Gales) tinha cerca de 20.817.000 habitantes, vindo a alcançar os 23.128.000 no censo de 1861. Sobre este assunto, veja-se, por exemplo, Geoffrey Best, *Mid-Victorian Britain: 1851-70*, Fontana/Collins, Londres, 1979 (1971), p. 23. Por sua vez, Monica Charlot e Roland Marx, em *La Société Victorienne*, Armand Colin, Paris, 1978, p. 24, referem 20.066.224 como população total da Inglaterra e de Gales em 1861.

do autor, mas com este em plena posse dos seus recursos. Perante ela, tornam-se inevitáveis diversas conjecturas quanto a factores que porventura lhe terão estado na origem.

Uma resposta perclar poderá encontrar-se no próprio objecto das crónicas (a Inglaterra) e, sobretudo, no facto de elas haverem sido escritas pouco mais de dois anos após o intenso choque à escala nacional que foi o Ultimato Inglês. *A Inglaterra de Hoje* será, nessa medida, encarável como um eco das censuras à traição da mais antiga aliada e uma peça importante nas manifestações do sentimento anti-britânico, tão profundo e generalizado nos primeiros anos da década de 90.

De facto, embora as «cartas» escritas para o *Jornal do Comércio* apenas fossem publicadas de Outubro a Dezembro de 1892, no volume de 1893 em que as coligiu, Oliveira Martins acrescentou-lhes, como afirma na «Advertência» preambular, os já aludidos «estudos anteriores». Segundo ele próprio refere (pp. 112 e 115), a redacção de, pelo menos, parte dos capítulos XVI e XVII ocorreu em finais de 1891, sendo admissível supor que outros passos terão sido escritos nessa época, ou, mesmo, antes. Daí que uma percentagem significativa da obra tivesse origem ainda mais próxima do Ultimato, assim como da estupefacção indignada dele decorrente.

Esse episódio acabrunhante projectou-se e manteve-se bem forte, tanto nas reacções emotivas da opinião pública e do discurso oficial como na mente do historiador, até muito depois de publicadas as suas crónicas sobre a Inglaterra. Para reacender tais sentimentos, contribui entretanto a eventualidade de nova perda de territórios antes incluídos no «mapa cor-de-rosa», por via do acordo praticamente imposto pelo governo britânico em 20 de Agosto de 1890. De qualquer modo, eles permaneceriam vivos por muito mais tempo graças á crescente disseminação dos libelos republicanos, vindo também a lume a propósito da revolta portuense de 31 de Janeiro de 1891. Por outro lado, embora, de início, tenha mantido um cauteloso laconismo sobre o assunto, pelo menos em termos de intervenção pública, Oliveira Martins partilhava intensamente da opinião geral, tendo-o mostrado de forma iniludível em diversas circunstâncias, e não apenas nos sarcasmos, nas distorções e na objurgatória de *A Inglaterra de Hoje*.

Porém, se o ardor do momento que então se vivia no país permite explicar (e porventura desculpar) muita coisa, está ainda longe de responder a numerosas interrogações. E estas continuam inevitavelmente, face não só a diversas observações cáusticas, mas, sobretudo, a comentários por vezes sibilinos ou a momentos de visível desencanto que perpassam na obra, apesar de nela ainda predominar a inflexão assertiva e não raro optimista que, em geral, caracteriza os textos de Oliveira Martins.

Tais aspectos começam desde logo a surgir no primeiro e no último parágrafo da «Advertência», aparentando dirigir-se, não a realidades inglesas, mas a um contexto português pouco anterior ao momento da escrita. Aí tomam forma alusões mordazes e indirectas a figuras e a

ocorrências não explicitadas, cuja decifração, contudo, apresenta poucas dificuldades. Reportam-se a um dos mais penosos momentos que marcaram a vida do autor: a sua controversa demissão de ministro da Fazenda, cargo no qual havia passado pouco mais de quatro meses. ⁽¹⁰⁾

Ocorrida a 27 de Maio de 1892, ela seria o grande motivo da viagem a Inglaterra empreendida poucos dias depois, a 31, e tendo, como assinala Joel Serrão, ⁽¹¹⁾ muito de uma fuga. Para além de abrupto, este epílogo deixa entrever aspectos algo nebulosos de intriga política, sobretudo quanto aos factores que porventura estariam na origem da actuação incoerente ou dúplice do próprio chefe do Governo, Dias Ferreira. Presumivelmente, como sugere F. A. Oliveira Martins, o historiador ter-se-ia tornado um «estorvo» ⁽¹²⁾ depois de tomadas certas medidas, impopulares mas inevitáveis, face à iminência de bancarrota com que o país se confrontava.

Não será, pois, excessiva ousadia ver em vários sarcasmos e opiniões negativas com que brinda a mais antiga aliada efeitos indirectos desse golpe naturalmente ainda vivíssimo quando eram redigidas as «cartas de um viajante». Talvez aí radique também uma certa ambivalência emocional em relação à Inglaterra, de resto perceptível ao longo do texto em várias contradições e, de um modo geral, implícita em frequentes dicotomias elogio/censura. Quase se poderia falar de atracção e repulsa simultâneas face ao povo que, embora «culpado» de injustiça e prepotência para com Portugal, se tornaria um refúgio acolhedor para Oliveira Martins quando este, volvidos dois anos, fugia à iniquidade com que, afinal, o haviam tratado no seu próprio país.

Contudo, o desenlace negativo da experiência governamental não permite ainda explicar de forma inteiramente satisfatória um tom amargo e um certo pessimismo que por vezes afloram na obra. Recorde-se, por exemplo, como, nas referências à Inglaterra de então e do passado recente, o autor a compara insistentemente à Roma Antiga, comparação plena de inferências e presságios de toda a ordem e sobretudo ominosa quanto a um futuro não muito longíquo. Em vários passos, os augúrios funestos somam-se ao já aludido panorama de um povo sem ideais, materialista e ganancioso, apenas grande pela exploração dos outros, em cujo seio a miséria mais sórdida se mistura á mais arrogante das opulências.

Assumindo por vezes tonalidades quase proféticas, tais anátemas perduram mesmo até ao último parágrafo da obra, com a imagem premonitória das esfinges sorrindo «felinamente». De resto, a visão calamitosa de povos e de indivíduos que surge logo na «Advertência», longe de respeitar apenas à Inglaterra, estende-se lugubrememente a toda a Europa:

⁽¹⁰⁾ Sobre a passagem de Oliveira Martins pelo Governo, veja-se F. A. de Oliveira Martins, *Oliveira Martins e os seus Contemporâneos*, Guimarães Editores, Lisboa, 1960, pp. 123-135.

⁽¹¹⁾ Cf. Joel Serrão, *op. cit.*, p. 48.

⁽¹²⁾ Cf. F. A. de Oliveira Martins, *op. cit.*, p. 132.

«... a guerra declarada das classes, numa sociedade afogada em riqueza, e correspondentemente em cobiça, como a Europa está hoje, forma o solo ardente sobre que os costumes e as intrigas, as ambições e as vaidades, as instituições e os homens, se agitam vagamente, dançando como títeres ao som da orquestra invisível do Capricho. Em tempos como os nossos, a vida real parece fantasmagórica; e compreende-se que a visão do Nihilismo endoideça tanta gente.» (p. 8)

Estas e outras opiniões inseridas no mesmo texto preambular, mas obviamente escritas depois do resto da obra para a edição em livro, permitem afinal presumir a existência de um crescente pendor depressivo no percurso mental de Oliveira Martins. Pelo menos ao longo dos cinco últimos anos de vida do historiador, o processo ter-se-á agravado com diversos acontecimentos cujos reflexos viriam, cada vez mais, a assumir proporções verdadeiramente traumáticas. Entre as principais ocorrências, contar-se-iam, por ordem cronológica, os efeitos do Ultimato, o suicídio de Antero de Quental (1891), a frustrante experiência governativa de 1892 e, durante 1893, a progressão visível da doença que o levaria à morte em 24 de Agosto do ano seguinte.

Natural seria também que a difícil situação do país em diversos planos, sobretudo no financeiro, se tornasse para ele fonte de séria preocupação, mesmo depois de deixar o cargo ministerial. É o que se depreende em vários pontos de *A Inglaterra de Hoje*, como, por exemplo, quando, ao subir as escadas da Bolsa de Londres, Oliveira Martins declara sentir-se «pobre filho de um país pobríssimo, e ainda por cima falido» (p. 110). Confluindo sucessivamente com formações preexistentes e avolumando-as, esses traumas psíquicos terão porventura originado perspectivas cada vez mais sombrias quanto ao futuro, assim como falta de confiança nos resultados éticos da civilização e das mais avançadas realizações humanas.

De resto, segundo António José Saraiva, ⁽¹³⁾ o crescente pessimismo do historiador remontaria ainda mais atrás, ao desfecho também pouco agradável do que para ele poderia ter sido a primeira intervenção num governo (1886). Acentuar-se-ia gradualmente desde o final da década, tornando-se já bastante notório em certos passos de *Os filhos de D. João I* (1891), sobretudo no tocante à figura do infante D. Pedro. Oliveira Martins «tinha refluído do mundo para dentro de si próprio. Tinha desistido de realizar na política e na vida social-económica a Ordem, a Razão, a Cidade Ideal», procurando na escrita a «fuga a este estado de desânimo mortal, feito de isolamento, decepção e amor próprio ferido.» ⁽¹⁴⁾ Por outro lado, patenteava, nesta fase, forte influência do pensamento de Schopenhauer, sobretudo recebida através da

⁽¹³⁾ Cf. António José Saraiva, «Dois ritmos da obra de Oliveira Martins», in António José Saraiva, *Para a História da Cultura em Portugal* (vol. I), Publicações Europa-América, Lisboa, 1961, pp. 228-229.

⁽¹⁴⁾ António José Saraiva, *op. cit.*, pp. 234-235.

leitura, em tradução francesa, dos ensaios e aforismos de *Parerga und Paralipomena*.

Assim, *A Inglaterra de Hoje* surge num período a muitos títulos quase terminal para o autor, cuja morte ocorreria cerca de um ano após a publicação em volume das suas crónicas. Além de, até certo ponto, resultar de uma viagem-fuga, a obra revela um antigo optimista, sempre forte perante os óbices da vida, agora amargurado e declinante, cujos objectivos fundamentais haviam pouco antes sido levados ao fracasso por cabalas mesquinhas. Livro parcial, dogmático e, não raro, injusto, ditando ao leitor opiniões cujo fundamento muitas vezes nem chega a sugerir, dele se poderia afirmar que, em certa medida, permite conhecer melhor uma etapa crucial na vida de quem o escreveu do que propriamente as características, as realizações ou o passado do povo de além-Mancha.

OS PORTUGUESES NA ÍNDIA SOB O OLHAR BRITÂNICO

Isabel Simões

No entender do professor Edgar Prestage (1), Portugal deve o seu lugar na História Universal a quatro acontecimentos marcantes, ainda que aos dois primeiros sejam atribuídos um reconhecimento e uma espectacularidade maiores: as viagens marítimas de Quinhentos, as vitórias militares no Oriente que permitiram o controlo do monopólio das especiarias, o empreendimento e zelo missionários e, por fim, a colonização do Brasil.

De facto, os romances aqui em análise, *The Mascarenhas; a Legend of the Portuguese in India* (1836) de Isabella Stewart e *A Noble Queen* (1878) de Philip Meadows Taylor apenas corroboram o impacto que, a nível literário, dois desses feitos históricos alcançaram além-fronteiras. Referimo-nos à presença dos portugueses (*The Mascarenhas*) (2) e à diligência dos missionários (*A Noble Queen*) na Índia. É, pois, a história romanceada desse passado que dá unidade temática e fornece um referente cultural comum, muito embora estas duas obras inglesas do século XIX sejam distintas, quer na ênfase dada à acção romanesca dos portugueses, quer na abordagem ideológica que descreve o encontro de duas culturas que a História fez dialogar: a cultura ocidental *versus* a cultura oriental.

O romance de Isabella Stewart, que evoca a decadência do império português na Ásia, pode ser visto, segundo a opinião do professor George West (3), como uma consequência tardia da tradução de *Os Lusíadas* feita por William Julius Mickle (1776), que conheceu doze edições em pouco mais de um século.

Independentemente de tal influência se ter podido registar e de Isabella Stewart (1796-1867) ser oriunda de uma família irlandesa que se distinguiu pelos serviços militares prestados à coroa britânica tanto

(1) Vd. Edgar Prestage, *Chapters in Anglo-Portuguese Relations*, London, 1935, p. 171.

(2) Por questões de ordem prática, em futuras alusões a esta obra apenas a mencionaremos sob o título de *The Mascarenhas*.

(3) Vd. S. George West, "The Work of W. J. Mickle, the First Anglo-Portuguese Scholar", in *The Review of English Studies*, vol. X, n.º 40, October, 1934.

na Europa como na Índia, não há dúvida de que a escolha temática feita pela autora teve primordialmente em vista a exploração de uma certa sensibilidade que radica no gosto por emoções fortes e se regozija com a confirmação de ideias estereotipadas. Com efeito, a publicação de *The Mascarenhas* surge na sequência de um vasto número de obras tanto de carácter científico, como popular que instituem o Oriente como um *topos* literário, o que indica que I. Stewart não descurou o horizonte de expectativa dos seus presumíveis leitores.

Nesta fase de consolidação do império britânico na Índia, vários foram os viajantes que tentaram dar resposta à necessidade criativa de registarem as suas reflexões e vivências do mundo oriental, ⁽⁴⁾ havendo ainda a acrescentar as publicações periódicas da Sociedade Asiática de Bengala que gozavam de grande divulgação na Europa, e com as quais Isabella Stewart demonstra estar familiarizada, assim como com a mencionada literatura de carácter autobiográfico e memorialístico.

É, de facto, inegável o apelo que a civilização mongol já vinha exercendo na Europa a partir do século XVII, altura em que o seu poder está firmemente estabelecido no subcontinente:

“The seventeenth century was the great age of the Mughals. To contemporary Europe India was the land of ‘the Great Mogul’, on a level with the great Sophy of Constantinople and the grand Cham of Persia. Their pomp and luxury intrigued and their power impressed foreigners. Bernier’s description of the empire at its height was something of a best-seller and so popularized Mughal politics as to move Dryden to write his Tragedy of Aurungzebe.” ⁽⁵⁾

Ora, a acção em *The Mascarenhas* também se desenrola no reinado de Aurungzebe, em pleno século XVII. Delhi, a capital do império, é fonte de fascínio e romance. Celebra-se a ascensão de Aurungzebe ao trono, e a cidade transmuta-se num festival de gentes das mais diversas etnias, de cores, tecidos e jóias, em que o excesso e o luxo são as notas dominantes:

“Something rich or peculiar, stamped genuine from its birthplace, was set forth in every nook; - in a word, or rather in oriental metaphor, those winged griffons, which are said to guard the treasure-crypts of Ghooles and Afrits, seemed to have flown from their grim task-masters, and showered (sic) the hidden riches of their subterranean on the capital of Hindostan. (p. 6, vol. I)

ou

“Usbecs, Arabians, Abyssinians, (...) the Portuguese Jesuit, and the Dutch sailor, chequered with the Brahmin, the Moollah, the Fakir and the Banian, presented by their fantastic and picturesque attire, an ever animated pantomimic

⁽⁴⁾ Cf. Dyson, K. K., *A Varlous Unlverse. A Study of the Journals and Memolrs of British Men and Women In the Indian Subcontinent, 1765-1856*, Oxford, 1978.

⁽⁵⁾ Percival Spear, *A History of Indla*, vol. II, London, 1990, p. 52.

scene, whose grotesque performers the East alone could group." (p. 3, vol I)

Da heroicidade prometaica dos descobridores de Quinhentos não restam, pois, certamente nenhuns vestígios. Se tomássemos Camões (*Os Lusíadas*) e Diogo do Couto (*O Soldado Prático*) como pontos de referência, concluiríamos que do primeiro apenas subsistem ténues reminiscências de um passado glorioso, enquanto que do segundo vimos retratado o espírito de ganância e licenciosidade, responsável pelo aparecimento de grupos de mercenários e piratas que, renegando a pátria e o rei, tudo faziam para proveito próprio.

Aos aventureiros portugueses na Península do Hindustão opõem-se duas forças políticas. Por um lado, o florescente império mongol, como acabei de referir, protagonizado por Aurungzebe e, por outro, os maratas hindus da Índia Ocidental, chefiados por Sevagi.

O romance possui uma estrutura narrativa complexa. A confluência de poderes dá origem a um infindar de enredos. O narrador não detém uma perspectiva narrativa omnisciente. E a atitude do leitor é sempre de expectativa e de surpresa. De alguma maneira também ligada à fantasia que o Oriente propicia, surgem os portugueses. Naturalmente que as personagens centrais do romance não são indissociáveis do devaneio, capricho e extravagância que o Oriente enquanto discurso literário nos faculta.

Vejamos, então, resumidamente a forma como a acção se desenrola. D. Filipe de Mascarenhas e sua esposa, numa das viagens da Índia para Portugal, sofrem um naufrágio na costa irlandesa. São socorridos por pescadores e alojados em casa destes, onde D. Leonor, nessa mesma noite, dá à luz o seu primogénito, D. Fernando.

Passado algum tempo, quando a fome e a miséria assolam a Irlanda, os Mascarenhas vêem-se na obrigação de retribuir a dívida que tinham para com esta família de pescadores. Recebem-nos na sua casa em Lisboa, onde Korrily, a filha mais nova do casal, se torna aia de D. Leonor, tendo posteriormente ido para a Índia.

Para lá volta também D. Filipe. A seguir vão seus filhos. D. Fernando torna-se governador de Diu. É de notar, no entanto, que o suposto filho primogénito dos Mascarenhas não passa de um irlandês - o irmão mais velho de Korrily -, cuja mãe o trocara propositadamente à nascença, esperando que melhor sorte o aguardasse.

Gomez, o verdadeiro filho dos Mascarenhas, é o chefe de um dos grupos de piratas portugueses que infestam as costas do Malabar. A sua verdadeira paternidade é-lhe totalmente desconhecida.

A D. Fernando, sucedem-se mais dois filhos: D. Xavier e D. Manuel. O primeiro, feito um renegado em virtude da sua rebeldia, casa-se com uma princesa hindu, irmã de Sevagi, da qual tem um filho - Seva - o herói do romance. O segundo, Patriarca de Lisboa e Principal da Companhia de Jesus, abandona a ordem dos Jesuítas para ir para a Arménia como missionário.

Como se pode depreender da conjuntura política que atrás descrevi, os jogos de poder são um dos *leitmotive* do romance.

Aurungzebe, depois de ter travado lutas fratricidas com a família, preocupa-se em manter a sua supremacia hegemónica. Tem como principais adversários Sevagi, que se aliara a Gomez a fim de expulsar os “estrangeiros” do Decão (portugueses e muçulmanos), e Seva, tido de início como presumível candidato ao trono de Delhi, dado que era suposto ser o sobrinho legítimo de Aurungzebe, filho do sultão Suja, a quem D. Xavier se juntara na luta contra o Grão-Mongol.

Os portugueses, mandarins de poderes orientais, tornam-se, assim, protagonistas de lutas alheias. A transgressão em relação à pátria (os piratas) e à autoridade paternal (D. Xavier), a que se associa a convivência inter-rácica, consubstanciada pelo enlace matrimonial de seres de raças diferentes, resulta à primeira vista num prosaísmo de comportamentos e ideais que em muito denigre a imagem dos portugueses.

A certa altura a autora utiliza a palavra “feringi” para designar os portugueses, vocábulo que adquiriu uma forte conotação negativa. “Feringi” (lit. *farangi, frank*) denota um dogmatismo exacerbado, um espírito de perfídia e crueldade, que se situa, por vezes, abaixo do dos padrões indianos, segundo o que nos diz Percival Spear ⁽⁶⁾.

De notar também que toda a acção decorre em solo não colonizado pelos europeus. É só no fim do romance que os Mascarenhas e os seus descendentes regressam a Goa e a ordem é restaurada, o que parece accentuar a predisposição dos portugueses para coabitar com pessoas e modos de viver, oriundos de um mundo impermeável às influências da civilização ocidental, e que, por isso mesmo, poderá constituir motivo de fascínio, indagação e horror.

Vistas a esta luz, as referências a Gomez - o pirata-mor - adquirem um significado especial. O seu aspecto hediondo figura como uma autêntica aberração da natureza.

“The pirate chief looked up, (...) his eyes resemble the chameleon’s, so did his mouth the crocodile’s, the large white teeth, exposed by the retreating lips, giving to the lower portion of the scarred and bloated face a character of undisguised ferocity that almost neutralized the sly and sinister expression of the upper.” (p. 146, vol. I)

O conteúdo negativo e grotesco das suas acções - destruição, saque e matança - condiz, aliás, com a carga pejorativa dos atributos que o caracterizam.

Gomez tem como concubina e aliada política Bastamia - “that witch of black race” (p. 298, vol. I) -, que representa a mente maquiavélica ao serviço do poder. Um poder que, relegando para segundo plano a coragem e o destro manejo das armas, ainda que lhe reconheça utilidade, repousa basicamente na traição, em suma, na capacidade de arquitectar planos ardilosos que a levem à concretização dos seus ideais.

⁽⁶⁾ Idem, *Ibidem*, p. 63.

“(...) her (Bastamia's) visionary contemplations were to unite her pupil (Zemani) with the Sultan Akbar, and place this latter, by aid of Sevagi, upon the throne of Delhi, or to remove, no matter by what means, the stubborn Seva, and make the pirate's orphan grand-daughter sole representative of the house of Mascarenhas. The last, however, was the least desirable of her speculations, (...) because she knew enough of Europe to foresee that those intrigues and juggling quackeries which formed the ground-work of Asiatic policy, and raised the keen practitioner to empire and celebrity, would there become contracted to the narrow span of petty family manoeuvring, and win for the adept in chicanery no other title than domestic schemer.” (pp. 210-211, vol. II)

Vistas as questões a esta luz, podemos aperceber-nos de que os valores subjacentes ao código de honra ocidental diferem em muito dos do oriental.

Nesta sequência, um dos motivos literários presentes, a metamorfose, ou seja, o estratagema em fazer-se passar por outrem, surge como uma tática fundamental para penetrar no campo do inimigo, colher informações ou transportar pessoas que possam desviar o curso dos acontecimentos.

Recorde-se, a este propósito, a forma repentina e hábil que os piratas arranjaram para se disfarçarem num grupo de mendigos, quando se viram perseguidos pelas tropas de Aurungzebe; o modo engenhoso como Seva fora levado até á casa de Korrily, como se de um urso se tratasse, apesar de esta se encontrar cuidadosamente vigiada por um dos eunucos do imperador; ou ainda a decisão de D. Xavier em se disfarçar de trovador para ter acesso directo ao palácio do líder marata.

Estes exemplos, de entre tantos outros, ilustram a presença ostensiva da arte de transfigurar no mundo oriental que aqui nos é descrito. A dualidade entre o ser e o parecer, a máscara e o sujeito criam a ambiguidade, geram a confusão. Como consequência, este tipo de alternância entre o real e o fictício denota falta de rigidez e frontalidade. Todavia, ela é fortemente aplaudida e acarinhada pelos indianos que se regozijam a ouvir tais aventuras.

E é aqui neste degrau epistemológico da consciência sobre o Outro que se assiste a uma subtil identificação do Oriente com os portugueses no que ele possui de bizarro, sinuoso e inesperado.

Diz-nos Edward Said no seu livro sobre o orientalismo, ou seja, a forma ocidental de ver o Oriente, que qualquer viajante ou residente europeu neste lado do mundo tinha que se proteger das suas influências perturbadoras e nefastas que eram de variada ordem.

“But there were other sorts of threats than sex. All of them wore away the European discreteness and rationality of time, space and personal identity.” (7)

(7) Edward Said, *Orientalism*, London, 1991, p. 167.

Ora, os portugueses não o fazem.

Se o orientalismo, no dizer do crítico acima mencionado, é um fenómeno cultural, adveniente do etnocentrismo europeu, que conduz à estigmatização do Outro, a classificá-lo de forma generalizada e a discriminá-lo em relação ao ocidental, somos levados a indagar se o romance de Isabella Stewart não será, em parte, produto de um certo anglocentrismo, que procura em regiões periféricas como Portugal e a Índia motivos de inspiração poética.

Porém, se a nível da forma como procuram resolver as contendas políticas ou as suas emoções, os portugueses adoptam métodos pouco rigorosos, eles redimem-se pela essência das suas acções, cujo devir se enquadra numa cosmovisão diametralmente oposta à do mundo em que se encontram.

É que a convivência e a cooperação inter-rácicas não resultam na desestruturação do ser, como faz notar E. Said, mas na afirmação da diferença. E uma dessas diferenças radica na religião. A divergência de credos religiosos surge como um elemento enriquecedor da luta que opõe os Mascarenhas e a sua coadjuvante - Korrily - a Sevagi e a Aurungzebe, confere respeitabilidade ao comportamento dos primeiros e acaba por dar um significado preciso ao confronto civilizacional entre os dois mundos em questão.

Na verdade, a autora exprime um ocidentalismo que a leva a repudiar em termos dogmáticos tudo o que se opõe à religião cristã. As invectivas aos infiéis, expressas na generalidade por Korrily, aparecem em variadíssimos contextos, tendo como denominador comum a marca pejorativa da alusão.

Atente-se, nesta ordem de ideias, no contraste estabelecido entre D. Manuel e o velho Moraba, sacerdote e astrólogo de Aurungzebe. O narrador faz recair a ênfase sobre a depravação de Moraba, causada pelo convívio ancestral com a "superstição". D. Manuel, por oposição, distingue-se pela austeridade do porte e nobreza de carácter, assinalada, aliás, logo no início da obra, quando no meio do rebuliço de Delhi, ele irrompe da multidão.

De resto, a sua intolerância para com os Jesuítas e o seu tribunal - a Inquisição - só poderá ser vista à luz de um pensamento humanista.

Segundo a óptica maniqueísta que assume plena expressividade no âmbito da filosofia religiosa, D. Manuel surge efectivamente como um salvador, sempre pronto a resgatar os seus descendentes (Seva e Zemani) da influência perniciosa daqueles que o raptaram (Sevagi e Bastamia), independentemente dos obstáculos que tem que enfrentar.

Neste contexto, não podemos deixar de fazer referência ao casamento de D. Xavier com a princesa hindu, Ailya, e a sua subsequente conversão ao Cristianismo, dado que ela é fulcral para o entendimento da acção civilizadora dos portugueses no Oriente, que se exerce de forma tão pouco ortodoxa.

Vítima de transgressão de um dos vectores estruturantes da sua cultura - o *sâti* -, devido ao facto de não ter sido consumida pelas chamas na pira funerária de seu primeiro marido, Ailya vê-se proscrita pela sociedade a que pertence, e, sem o apoio de D. Xavier, prisioneiro

de Gomez, vacila perante a influência de Bastamia, regressando aos rituais pagãos, para posteriormente se distanciar deles com a ajuda de D. Manuel e, até certo ponto, de Korrily.

Por força do destino, a sua união com D. Xavier, por paradoxal que pareça, uma vez que ela é fruto de uma transgressão, revela-se profícua a nível social e a nível psicológico, na medida em que ela reconduz à reestruturação do ser, isto é, à reafirmação da sua nobreza, quando se vê confrontada com os brâmanes que a conseguiram capturar, e, por outro, ao renascimento de uma nova fé que lhe dá alento e firmeza para enfrentar a morte através da imolação pelo fogo.

“Sevagi, you shall not light the pile, you shall not be your sister’s executioner! They have secured their sacrifice! (...) ‘ye wish to see the symbol of my faith?’ - The loose sleeve of the outcast fell back as she held up an ebony cross, suspended from the chaplet. Wrath, for a moment, was mastered by a thrill of amazement at the miraculous hardihood which thus elevated the Christian’s emblem before the monstrous type of Pagan adoration;” (pp. 224-225, vol. III)

Nesta sequência, importa debruçarmo-nos sobre o templo da deusa Kali, o local do sacrifício humano.

O sublime, nas relações que tece com o terror, o grandioso e o macabro, é o conceito que melhor define o cortejo até ao templo-caverna da deusa da Destruição.

Se, nesta ordem de ideias, o sublime figura como a resposta estética do Ocidente perante os rituais e as divindades hindus, não deixa de ser interessante analisar a verdadeira fonte do sublime. Decerto que não é apenas o tamanho majestoso e horrendo dos ídolos, o canto fúnebre, a atmosfera sombria, é algo mais do que isso.

Com efeito, ao longo da descrição deste ritual iniciático, vão-se construindo núcleos de significados que estabelecem entre si relações de analogia a nível simbólico extremamente ricas.

“The curtain of the shrine sprang back, (...), and the gigantic personation of the Indian Hecate, black and misshapen, wreathed with snakes, garlanded with skulls gold, her eyes to lamps of flame (...) her glittering robe tinged with the dye of sacrifice, brandishing in quadrupled hands tremendous instruments of torture and trampling on a human skeleton, was suddenly revealed.” (p. 222, vol. III)

Da profusão do pormenor descritivo, de que destacamos apenas um exemplo, há ainda a salientar a configuração e o interior da caverna que alberga a deusa Kali.

“(...) the gigantic cavern-fanes of India, (...) deficient in taste, and symmetry, (...); grand, awful, wonder-filling, peopled with the deities of the Hindoo Olympus; (...) Around, on walls coeval with creation, were carved the various monsters of their voluminous mythology;” (pp. 209-211, vol. III)

Lugar subterrâneo, escavado na rocha, de proporções grandiosas, mas assimétricas, a caverna encontra-se, pelo que nos é dado constatar - e, aliás, de acordo com uma simbologia milenar -, ligada ao caos primitivo, às forças telúricas que formaram o cosmo. Deste modo, a caverna prefigura um movimento descendente (catábese) em direcção a um abismo, habitado por animais repelentes, que denotam a predominância do Mal.

Dada a estreita relação que se estabelece entre o ritual religioso e os praticantes desse ritual - nomeadamente no que respeita aos brâmanes, cuja obstinação é por demais assinalada -, verificamos que a verdadeira fonte do sublime comporta um significado que para além de ser cósmico é acima de tudo ético e civilizacional. Trata-se, no fundo, da percepção de um mundo primitivo, onde reinam as forças dionisiacas, isto é, de um mundo vedado à luz, onde a deformidade e a ignorância perduram.

Ao que parece, a inexistência da forma é um dos estigmas do Oriente. Para além do campo estritamente religioso, há a registar vários outros cenários e posturas, descritos como tipicamente indianos, que nos chocam pela falta de harmonia e pelo excesso que roçam, nalguns casos, o prosaico e o bizarro. De entre eles, convém salientar o trono situado no "durbar" de Sevagi, ou seja, a grande assembleia política, visto que, se os exemplos anteriores dizem respeito ao poder temporal, este remete-nos para o que de mais intocável existe a nível do poder secular. O aspecto medonho e sombrio da sala é acrescido de um enorme bloco de pedra bruta (o trono), sem ser esculpido, nem modelado pela mão humana. É como se a função apolínea da arte estivesse aqui totalmente votada ao esquecimento, o que acaba por acarretar consigo significações de ordem política e social indesmentíveis.

De resto, a Índia só nos aparece evocada sob o signo do belo e da harmonia, recorde-se, de forma bastante fugaz, quando se trata de descrever ou fazer referência à fertilidade do solo ou à exuberância das suas paisagens, socorrendo-se, para isso, a escritora de associações de imagens e simbologias secularmente urdidas.

Será, porventura, pelas razões que acabei de enunciar que o romance termina numa espécie de exortação a *some enlightened land* ou *rational might* - uma forma perifrástica de dizer Inglaterra - para que este liberte o povo indiano, vítima de uma instrução fanática e coerciva, com base na propagação da palavra de Cristo. A perífrase resulta num discurso encomiástico e, conseqüentemente, na apologia do imperialismo.

"(...) she (Zemani) thought of India in its loveliness alone, gifted like the groves of Eden, (...) She prayed that the poor crushed Hindoo might fall under the sway of some enlightened land, that a rational might replace a fanatical instruction, and his heart be opened to the Christian's mission." (p. 344, vol. III)

Os anos 30, período em que *The Mascarenhas* é editado, são commumente conhecidos como a era da Reforma. A política imperialis-

ta britânica em relação à Índia muda drasticamente. Evangélicos e utilitaristas, como Reginald Heber, Charles Grant, Jeremy Bentham, James e John Stuart Mill empenham-se por reformar a sociedade indiana, quer a nível da religião, nomeadamente o hinduísmo, quer a nível das instituições sociais, opondo-se, desta forma, à corrente conservadora que postulava o respeito pela cultura e civilização indianas.

Vejam os que Erik Stokes nos diz acerca deste assunto:

"In the early decades of the nineteenth century the onset of the Evangelical-Utilitarian philistinism together with the emergence of a philosophy of economic development and modernisation transformed the Enlightenment's admiration of Oriental society into contempt and the preservationist mentality of men like Warren Hastings gave place to the censorious prophets of Victorian improvement." (8)

A Companhia das Índias Orientais, apologista de uma política conservadora e de não interferência nos assuntos religiosos, dado os seus interesses serem essencialmente de ordem comercial, compactuava com o que em *The Mascarenhas* é objecto de acérrima crítica. De facto, a Companhia não só não interferia, como autorizava que as suas tropas e bandas militares participassem em festivais hindus e muçulmanos. Em 1802, como prova de acção de graças pelo tratado de Amiens entre a Grã-Bretanha e a França, um grupo de oficiais da Companhia organizou uma procissão ao templo da deusa Kali, onde depositaram uma considerável quantia em dinheiro. Contudo, a partir de 1813, no sentido de renovar os seus alvarás, a Companhia viu-se forçada a ir sucessivamente abrindo as portas ao zelo missionário devido à pressão crescente no Parlamento Inglês.

É, pois, numa linha crítica semelhante à dos reformistas que se insere o romance de Isabella Stewart. O tom agressivo da sua obra, aliás, típico da atitude dos evangelistas, acaba por encontrar nos portugueses ecos decorrentes do seu antigo heroísmo na luta contra os infiéis.

D.Xavier, quando toma conhecimento de que a princesa Ailya se encontra em poder dos brâmanes, evade-se da prisão e, arriscando a vida, acorre ao templo da deusa Kali, a fim de a libertar do espírito vingativo dos brâmanes. Chega demasiado tarde. Porém, tal acção restitui-lhe a honra perdida, bem como o amor e a confiança de seu filho que também em vão lutara para salvar a sua mãe. A subsequente destruição do templo da deusa Kali, levada a cabo por ambos, assinala, em termos simbólicos, a vitória da Luz sobre as Trevas.

À medida que os ingleses deixam de ser comerciantes por profissão e se tornam imperialistas convictos, o *romance* - a aventura em ficção - deixa, no entender de Martin Green (9) de estar associado à casta mercantil para passar a estar ligado à casta guerreira.

(8) Apud. U. Misra, *The Raj In Fiction, A Study of Nineteenth-Century British Attitudes Towards India*, Delhi, 1987, p. 35.

(9) Vd. Martin Green, *Dreams of Adventure, Deeds of Empire*, London, 1980.

E é nos portugueses, repito, numa evocação arcaizante do seu valor épico e do espírito de cavalaria decadente, matizado de tons picarescos, que a autora encontrou motivo para extravasar a sua imaginação romântica.

Só a esta luz se compreendem as alusões à sua perícia guerreira, tantas vezes evocada ao longo do romance por Aurungzebe.

Das três potências europeias que estiveram no Oriente - Portugal, Holanda e Inglaterra - a primeira é acusada de ser de todas a pior, devido especialmente à disseminação de um novo ser, o mestiço:

"The Dutch, without the brilliancy or chivalric bravery of the first Feringee adventurers, were, by plodding circumspection, gradually contracting the dominions which the valor of the latter had obtained; (...) The English, too, were gradually putting forth those gigantic energies which were stable in proportion to the tardiness of their development. These new encroachers from the West did not excite the same rancorous hostility as the Portuguese in the mind of Sevagi; (...) the locusts of Portugal were the first to settle in the territory of his ancestors, to suck its fertility, to shew (sic) the inadequacy of its fastness, the weakness of its defenders; to plunder, to massacre, to usurp, and, worst of all, to burthen the land with the half-caste." (pp. 191-192, vol. II)

Todavia, Seva Garcia de Mascarenhas, o herói do romance, é um produto da miscogeneção de raças.

As alusões críticas à política de casamentos mistos, ainda que transferidas para a boca de Sevagi, deixam entrever, na relação estreita que a obra de arte mantém com o universo histórico e cultural que a informam, preconceitos de índole racista, advenientes do conservadorismo e puritanismo da sociedade vitoriana.

Todavia, a hostilidade em relação ao euroasiano, à semelhança do que aconteceu com a religião, não data dos primórdios da presença britânica na Índia. Parafraseando o historiador Michael Edwardes⁽¹⁰⁾, diríamos que a necessidade é a mãe da invenção e o pai do euroasiano.

De facto, no século XVIII não havia qualquer discriminação contra os casamentos mistos, nem contra os filhos que daí advinham. Contudo, à medida que a população euroasiana foi crescendo, generalizou-se o medo de que se pudesse tornar perigosa e constituir uma ameaça à soberania inglesa no subcontinente. Por seu turno, os estereótipos subalternizantes difundidos pela sociedade vitoriana, vindo a agudizar-se sucessivamente com teorias racistas, como o darwinismo social, fazem que a atitude do século XIX em relação ao indiano e euroasiano seja diametralmente oposta à do século anterior.

Nesta ordem de ideias, o romance de Isabella Stewart assenta num paradoxo aparentemente difícil de se resolver.

Seva, o fruto de uma transgressão, e logo, por isso, condenável sob o ponto de vista da recepção literária, é uma personagem modelar pelas

⁽¹⁰⁾ Vd. Michael Edwardes, *The Sahibs and the Lotus*, London, 1988.

extremas qualidades que possui. A integridade de carácter, a destreza no manejar das armas, a disciplina e organização que imprime no seio dos soldados hindus sob sua chefia, bem como a energia e valentia que demonstra possuir para enfrentar situações adversas, concorrem de forma definitiva para a sua nobilitação.

É de notar, no entanto, que entre Seva e o seu protector, Sevagi, há uma similitude etimológica assinalável. Diz-nos Isabella Stewart numa das notas de rodapé que Aurungzebe costumava chamar a Sevagi o “rato da montanha”, e que Seva significa “rato” numa das línguas indianas, onde é considerado um animal sábio e providente.

Aliás, o amor recíproco que une estas duas personagens (não nos podemos esquecer de que Seva é sobrinho de Sevagi) é consubstanciado por uma ousadia e coragem guerreiras a vários níveis idênticas. As famosas tácticas de guerrilha do chefe marata, de entre as quais a mais conhecida é a sua incursão até Delhi, descrita em *The Mascarenhas*, para mostrar a sua rebeldia e desafiar o poder mongol, contitui para historiadores e viajantes uma fonte de elogio e admiração, à qual a autora não está alheia:

“The ‘romance of real life’ in India furnishes narratives of ‘hair breadth’scapes’ and desperate valor, more marvellous than any which the pen of fiction can produce; see (...) Sevagi’s escape from Delhi, etc.” (p. 306, vol. I)

Portanto, a identidade entre estas duas personagens acaba por transcender o domínio puramente linguístico e afectivo para se afirmar na força romanesca e libertadora que de ambas irradia.

Esta identidade, no entanto, cessa a partir do momento em que Seva declara ser um adepto da fé cristã. O distanciamento que se opera no plano religioso torna-se evidente a outros níveis, como o repúdio pela astrologia e ciências congêneres, redutora do carácter heróico das personagens indianas (vide, por exemplo, o comportamento do filho de Aurungzebe, Akbar, *versus* o de Seva) que aqui surgem contrapostas às portuguesas em virtude de se sentirem amesquinhasdas pela superstição e pelo medo.

A superstição *versus* a razão, ou, se quisermos, o destino *versus* o livre arbítrio, surge como um par antinómico válido para assinalar outras das diferenças entre o Oriente e o Ocidente.

No entender de pós-estruturalistas como Jacques Derrida e Edward Said, a visão ética subjacente a tais oposições binárias constitui por si só um veículo ideológico ao serviço de estruturas concretas de poder e de domínio.

Assim sendo, o paradoxo que envolve a criação de Seva como personagem central do romance auto-resolve-se pelo conteúdo político das suas acções, mas também, e sobretudo, pelo espírito do *romance* que afinal o criou. Convém lembrar que a fuga e o prazer são duas das funções socio-culturais do *romance* enquanto género literário. O sonho e a imaginação que transporta o *eu* do leitor para um universo de relações pessoais insólitas e para espaços remotos, distantes do mundo civilizado, acabará, porventura, por resolver por intermédio da ficção e

da aventura muitos dos tabus e restrições impostos, neste caso, pela sociedade vitoriana.

A originalidade da nossa missão civilizadora - visto que confina com comportamentos pouco rígidos e amizades insólitas ou inusitadas - acaba, assim, por sair valorizada, e, com ela, a imagem dos portugueses.

Ao contrário de Isabella Stewart, Philip Meadows Taylor, também conhecido por Capitão Meadows Taylor (1808-1876), foi para a Índia aos quinze anos de idade, e aí passou grande parte da sua carreira administrativa ao serviço do Nizam, tendo sido posteriormente nomeado comissário de Shorapore, em 1858. O seu estatuto oficial não o impediu de conviver com as gentes locais que carinhosamente o apelidaram de Mahadevaa Baba.

A sua vasta produção literária leva-o a ser considerado por U. Misra o escritor anglo-indiano mais importante do período que antecede o advento de Rudyard Kipling. Porém, as suas obras têm sido negligenciadas pela crítica, e de todas elas, sem dúvida, *A Noble Queen*, publicada postumamente, é a menos referida, talvez por lidar com personagens portuguesas.

O romance relata a história de heroísmo da rainha Chand Bibi que, no século XVI, depois de se ter notabilizado na governação de Beejapoor, resiste aos exércitos mongóis para tentar salvar o reino contíguo de Ahmednugger, do qual era originária.

Vivem-se tempos de grande incerteza e intriga política. À ameaça do poder mongol em expansão, juntam-se as rivalidades, as ambições frustradas e as tensões contínuas entre os chefes dos cinco pequenos estados muçulmanos do Decão, de entre os quais se destacam Beejapoor e Ahmednugger.

Os portugueses não surgem, por isso, como personagens principais. Enquanto que *The Mascarenhas* tinha como subtítulo *A Legend of the Portuguese in India*, este tem *A Romance of Indian History*, o que logo à partida parece secundarizar o seu papel. De facto, eles não tomam, a bem dizer, qualquer parte activa na luta que opõe os heróis (Chand Bibi, Abbas Khan e Zóra) aos vilões (Osman Beg e Elias Khan), embora dentro da contextura interna da narrativa acabem por desempenhar um papel assinalável, cujo significado profundo só poderá ser entendido à luz da atitude ideológica de Taylor perante a Índia e o seu povo.

Apesar de o subcontinente indiano voltar a surgir como um espaço privilegiado de acção e aventura, a prosa narrativa cede frequentemente o lugar à serenidade da contemplação, ao desafio da errância e do olhar do narrador, que se assume como viajante e historiador ao longo das deambulações das várias personagens. Evidenciando um enorme poder de descrição, Taylor chega por vezes a imprimir à sua escrita um carácter documental de inegável valor informativo.

Como consequência, a escolha dos portugueses inserir-se-á, entre outros motivos, no âmbito da perspectiva histórica que norteia o romance. Atente-se à nota de rodapé que se encontra impressa no fim do livro:

"There are no records traceable at Moodgul of the worthy Bishop and his devoted sister, but they are believed to have remained there some years, and to have eventually returned to Portugal. But the small Christian Churches so strangely preserved under the continuous Mussulman Governments of the Dekhan still survive, and are stedfast to their faith. They are still as they existed at the period of this tale - Moodgul and Raichore, with their dependencies, Chittapoor on the Bheema, and Aurungabad, and they are ministered by priests under the jurisdiction of the Archbishop of Goa." (p. 483)

Sob o signo do realismo e da analepse, o autor joga com vários ângulos de visão, fazendo o passado alternar com o presente, o longe com o perto ou o início com o fim. A profusão do detalhe descritivo em relação a aspectos tão diversos que vão desde a geografia física e humana à arquitectura, indumentária e hábitos alimentares, tornam-no um profundo conhecedor da região, que adquire sob a sua pena feições de franca simpatia e apreço.

De igual modo, a tipificação empobrecedora a que normalmente as personagens indianas são submetidas, no domínio da chamada literatura do *British Raj*, é aqui superada. Todas elas, quer sejam muçulmanas ou hindus, são objecto de cuidada descrição, onde não faltam registos denotadores das suas qualidades.

E é neste cenário eclético que permite a coexistência de diferentes raças e tendências religiosas que surgem os portugueses ao serviço da evangelização: D. Francisco e sua irmã, D. Maria, pertencentes à ordem dos Franciscanos e D. Diego da Fonseca, jesuíta.

A missão, sediada em Moodgul, atravessa um período florescente. Todavia, a nível interno, há sérios problemas que opõem D. Diego, responsável pela missão, a D. Francisco e sua irmã. O padre jesuíta apaixonou-se por D. Maria e, no intuito de se livrar da presença incómoda do seu colega, decide escrever uma carta para o Santo Ofício em Goa, acusando-o de práticas heréticas. Perante a convocatória do Arcebispo de Goa e a eventualidade de ter de deixar sua irmã sozinha, D. Francisco acorre, como última instância, a casa de Nawab (um chefe local) de quem era amigo.

Em virtude da conturbada situação política do reino de Beejapor, devido a um grupo de revoltosos que se uniram ao rei de Ahmednugger para deporem o jovem rei Ibrahim Adil Shah II, o Nawab sugere-lhes que fiquem de imediato detidos em sua casa como se fossem prisioneiros políticos, uma vez que há rumores de que um grupo de portugueses apoia o partido dos insurrectos. Eis a forma hábil que o Nawab encontrou para livrar D. Francisco do fogo inquisitorial e sua irmã dos caprichos e mau carácter de D. Diego.

A contenda que opõe D. Francisco e sua irmã a D. Diego, muito embora seja um episódio colateral, não deixa de constituir motivo de interesse e curiosidade. Os adjectivos enaltecedores em relação aos primeiros contrastam com o tom amargo e contundente dos atributos que usa para caracterizar o segundo:

"Dom Diego di Fonseca had been for some time in the office of the Inquisition; (...) This man professed himself to be a champion of the Church, a Jesuit. He had already visited Bengal and China, and had, (...) made many converts, (...); but his private character was infamous, (...) the haughty expression of his features was in accordance with his bodily power; but though handsome, they were vicious and repellant. In complexion he was dark, and the sun of India had still more bronzed his face and hands, till they were darker than those of many of his Moodgul flock. All soon feared him.(...) He was to their simple minds an incarnation of power and force". (p. 28)

Veja-se, agora, como o narrador descreve D. Francisco:

"Francis d'Almeida, a Franciscan friar, was a very personation of a devout and humble follower of his order. (...) In the stirring ecclesiastical affairs of Goa he took but little part, (...) and only prayed to be sent to some distant and lonely mission in Canara (...). The two priests were as different in appearance as in character - the one dark, saturnine, and vindictive; the other fair for his country with clear, soft, brown eyes, brown silky and curly hair, (...) a gentle, expressive face, full of devout thought and piety (...). His flock adored him. (...) and his eloquent illustrations of true Christian life often moved his hearers to tears." (p. 29)

e a sua irmã:

"If her brother were almost worshipped by the sheperds, she herself had a place in their affections even more tender. (...) now her lips moved in silent prayer; (...) her exquisitely-moulded figure and attitude were seen in perfection. As she had raised her arms the sleeves of the loose black dress she wore had fallen back nearly to her shoulders, displaying their pure whiteness (...) against the gloom beyond; while the delicate white throat, and soft, bright complexion, stood out in strong relief. Her large blue eyes were raised in rapt devotion (...). Such faces and attitudes are seen in the great old masters' religious pictures, but even such as Maria de Fonseca's are rare." (pp. 30, 36-37)

Daqui há a realçar a admiração que o narrador exprime por D. Francisco e D. Maria, que surgem tanto mais nobilitados quanto mais iníqua a forma de pensar e agir do seu opositor é acentuada.

Deste tipo de discurso valorativo desponta, por um processo de identificação metonímica, o intuito de criticar os Jesuítas, cuja acção, pelo seu obstinado dogmatismo e intolerância religiosa - típico do espírito da Contra-Reforma - contrasta, ao que parece, com a benevolência e suavidade dos métodos empregados pelos Franciscanos.

Estando a par da administração portuguesa no Oriente, o autor não ficou decerto alheio à hegemonia dos Jesuítas, que, de resto, também

se fazia sentir a nível do poder secular. A sua preocupação pela acumulação de bens materiais e obtenção de riquezas é sobejamente conhecida ⁽¹¹⁾. Afinal foi D.Diego que, a troco de avultadas recompensas, decidiu apoiar o partido dos conspiradores. Porém, a crítica reincide na sua actuação religiosa, nomeadamente no seu tribunal - a Inquisição - fundado em Goa no ano de 1560:

The old nobleman (Nawab) took his flowing beard in his hands and meditated. He had always avoided interference with the affairs of the Mission (...), but he saw things were changed. He had been an ambassador to Goa, and knew of the Council of the Church and the Inquisition, at whic he had marvelled, and then blessed God that neither among Mussulmans, nor Hindoos, though they were deemed infidels, could such a thing be." (p. 42)

A ironia presente neste passo torna ainda mais acutilante a vontade de denúncia dos crimes do Santo Officio. Mas, como referimos, este não é o tema central de *Noble Queen*, ainda que a mensagem de tolerância humana e religiosa que daí decorre seja um dos vectores estruturais mais importantes de todo o romance. Só assim se podem entender as constantes admoestações ao fanatismo de um dos sacerdotes da rainha Chand, que não tolera a presença de D. Francisco e D. Maria.

Voltemos, pois, a debruçar-nos sobre a sorte dos dois irmãos franciscanos que se viram compelidos a afastar-se de Moodgul e a travar conhecimento com os amigos de Nawab, de entre os quais se destacam Zóra e o avô, a própria rainha Chanda Bibi e o sobrinho, Abbas Khan.

É nesta convivência inter-rácica, feita à base do espírito de hospitalidade e do intercâmbio de ideias, de um clima de inter-ajuda e confiança mútuas que se enquadra o encontro civilizacional entre o Ocidente e o Oriente. Com efeito, Taylor abstrai-se amiúde dos pormenores da intriga ficcional para dispensar ao romance das relações humanas um cuidado e atenção invulgares. Os núcleos de amizade que se vão criando entre portugueses e muçulmanos são objecto de longas descrições que nos sensibilizam pela prática de virtudes e pela completa ausência de discriminação racial. Atente-se, por exemplo, no modo como Zóra e o seu avô recebem, pela primeira vez, D. Maria e o irmão:

"You are welcome, Sir, to my poor house, in the name of the God we both worship, and in the name of Jesus and his mother." (p. 55)

A inexistência de preconceitos dá aso a uma relação franca e duradoura, na medida em que as personagens são capazes de

⁽¹¹⁾ De entre os ditados que se tornaram populares em Goa, no século XVII, em relação aos Jesuítas, M. N. Pearson destaca dois que se coadunam perfeitamente com a hegemonia e materialismo das suas acções que aqui nos são descritos: "Viceroys come and viceroys go; but the Jesuits are always with us." ou "Guard your wife from the Franciscans and your money from the Jesuits.", in M. N. Pearson, *The New Cambridge History of India*, I. 1., Cambridge, 1990, pp. 126 e 127.

transpor as barreiras de ordem cultural e reduzir-se à sua dimensão humana:

“We were sisters together from the first, though we belonged to different faiths”. (pp. 399-400)

A hora da separação aviva o desgosto pelo findar de uma amizade que a vários títulos se impõe como única:

“The venerable Syud-Dervish had also grieved at the departure of his guests. Francis d’Almeida’s knowledge of Persian brought him into intimate acquaintance with the old man, whose remembrance of Spanish (...) assisted their means of communication very sensibly. The Dervish missed the pleasant arguments and discussions on religion and other subjects, the description of European life, the histories of the countries he had once visited with so much enjoyment.” (pp. 80-81)

Nesta ordem de ideias, em vez do proselitismo cristão, Taylor advoga a “civilização das mentes”, como, aliás, faz notar na sua autobiografia, *The Story of my Life*.

Só a esta óptica se pode compreender o apelo directo que o autor lança aos leitores para não subestimarem a mensagem salvacional do *Alcorão*, cujas virtudes eram pagadas pelo velho Syud.

“He spoke (...) of truth to man and to God, and of sobriety and patience, and endurance; tenderness in home duties and abroad; (...). Be not offended with me, O Christian reader, for such things can be taught out of the book you have been told to hold in scorn.”. (p. 304)

Na realidade, ao lermos *A Noble Queen* deparamos com a ideia a cada passo expressa da unidade da espécie humana e da fraternidade essencial que a une:

“Reader! there is the same common humanity everywhere, and a Beydur child with a rag or wooden doll and a pennyworth of sugar to feed her companions is as proud and happy as the aristocratic child whose doll has cost, we will not say how much, and whose cradle is trimmed with lace and covered with eider down.” (p. 258)

Por isso, na obra de Taylor, ao contrário do que acontece com Isabella Stewart, não se preconiza a ocidentalização ou cristianização da Índia. Resta-nos, todavia, perguntar se a sabedoria e exemplaridade do comportamento dos dois irmãos franciscanos por todos admirados não aponta, porventura, para a superioridade da civilização e religião cristãs. Estamos em crer que sim. Para isso basta recordar a influência que Maria exerce sobre Zóra, que nunca se desfez da cruz que aquela lhe dera, e do momento de aflição por que esta passa, quando é sequestrada por Osman Beg, em que invoca simultaneamente a ajuda de Alá e da Virgem Maria.

De qualquer modo, ao longo dos diversos contextos, a Europa e o seu sistema de valores nunca se sobrepuseram aos demais. A inexistência de um discurso depreciativo e regulador em relação à Índia revela a cedência do etnocentrismo europeu a uma forma de sentir e ver o mundo assumidamente universalista.

Numa altura em que o *Raj* da Rainha Vitória está em vias de passar por um dos períodos mais áureos da presença inglesa no subcontinente, depois da superação do choque causado pelo *Mutiny* (1857) e da consequente passagem do poder da Companhia para a corôa britânica, o idealismo exacerbado de Taylor surpreende-nos, porque vai contra à corrente imperialista em muitos dos seus aspectos fundadores e operacionais, como sejam a supremacia da raça branca sobre a de cor e o estabelecimento de uma burocracia sólida, fiel às instituições britânicas, responsável em grande medida pela manutenção do fosso entre as duas culturas.

Convém não esquecer que Philip Meadows Taylor nunca ocupou uma posição oficial na administração pública. A sua voz não conformista prende-se, numa breve análise geral, com a atitude conservadora, imbuída de uma certa admiração orientalista pela grandiosidade da Índia de outrora. Por conseguinte, o anacronismo das suas ideias em relação à *mainstream* apenas evidencia a crença na possibilidade de um diálogo entre o Ocidente e o Oriente com base num novo sistema de valores. O facto de ter escolhido os portugueses como os interlocutores privilegiados para este diálogo é nobilitante. Transforma-os em instrumentos ideológicos do seu pensamento universalista, deixando, assim, entrever a sua predisposição para figurarem como agentes catalizadores de paz e harmonia entre povos e raças de diferentes nações.

BIBLIOGRAFIA

1. Obras de base

STEWART, Isabella, *The Mascarenhas. A Legend of the Portuguese in India*, 3 vols., London, Smith, Elder and Co., Cornhill, 1836.

TAYLOR, Philip Meadows, *A Noble Queen: a Romance of Indian History*, London, Kegan Paul, Trench, Trubner, and Co., Ltd, 1892. (1st ed. 1878).

2. Obras de referência

BARRETO, J. T. Mascarenhas, *Memórias do Marquês de Fronteira e Alorna*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1926.

BOASE, Frederic, *Modern English Biography*, vol. III, London, Frank and Cass Co. Ltd., 1965. (1st ed. 1901)

BURKE, Sir Bernard, *A Genealogical and Heraldic Dictionary of the Peerage and Baronetage*, London, Harrison and Sons, 1897.

EDUARDES, Michael, *The Sahibs and the Lotus*, London, Constable and Company Ltd., 1988.

GREEN, Martin, *Dreams of Adventure, Deeds of Empire*, London, Routledge and Kegan Paul, 1980.

MICKLE, William Julius, *The Lusiad; or, the Discovery of India. An Epic Poem. Translated from the Original Portuguese of Luís de Camões* Oxford, Printed by Jackson and Lister, 1776.

MISRA, Udayon, *The Raj in Fiction. A Study of Nineteenth-Century British Attitudes towards India*, Dehli, B. R. Publishing Corporation, 1987.

"Obituary", in *The Gentleman's Magazine*, vol. IV, July 1867.

- PEARSON, M.N., *The New Cambridge History of India*, I. 1., Cambridge, Cambridge University Press, 1990. (1st ed. 1987)
- PRESTAGE, Edgar, *Chapters in Anglo-Portuguese Relations*, London, Voss and Michael Ltd., 1936.
- SAID, Edward, *Orientalism*, London, Penguin Books, Ltd., 1991. (1st ed. 1978)
- SPEAR, Percival, *A History of India*, vol. II, London, Penguin Books Ltd., 1990. (1st ed. 1965)
- WALTER, Félix, *La Littérature Portugaise en Angleterre à l'Epoque Romantique*, Paris, Librairie Ancienne Honoré Champion, 1927.
- WEST, S. George, "The Work of W. J. Mickle, the First Anglo-Portuguese Scholar", in *The Review of English Studies*, vol. X, n.º 40, October, 1934.
- WINKS, Robin *et. al.*, *Asia in Western Fiction*, Manchester, Manchester University Press, 1990.

RECENSÃO CRÍTICA

MACAULAY, ROSE, *THEY WENT TO PORTUGAL TOO*,
MANCHESTER, CARCANET PRESS LTD., 1990.

Luísa Alves

A Carcanet Press, editora em Inglaterra, com o apoio da Fundação Gulbenkian, da colecção **Aspects of Portugal**, em que se incluem traduções de obras de Camões e vários estudos ingleses sobre o nosso país, deu à estampa em 1990 este volume, um autêntico *ex-libris* anglo-português, cujo conteúdo um longo subtítulo explicita:

Papers from Rose Macaulay's original manuscript for *They went to Portugal*, omitted when the projected two-volume work was published as one volume in 1946, at a time of severe post-war paper rationing, here printed for the first time.

No **Preface**, L. C. Taylor, editor-coordenador, revela o interesse do espólio da autora, que se encontra na Wren Library do Trinity College de Cambridge. Entre manuscritos e originais dactilografados, acharam-se os 22 textos e o plano original da obra aqui publicados. A edição inclui ainda gravuras de locais portugueses retiradas de obras inglesas oitocentistas, dois artigos escritos em Lisboa, na Primavera de 1943, e publicados em *The Spectator*, e, em apêndice, uma tabela das linhas dinásticas de ambos os países, com os cognomes dos reis, e um apontamento sobre as ilustrações: assuntos, fontes e notas.

A explicação de tão profundo interesse da parte da escritora aparece na **Introduction**, assinada por Susan Lowndes Marques, membro de uma ilustre família luso-britânica da capital: é filha da escritora Mary Belloc Lowndes (irmã de Hillaire Belloc e amiga de Rose Macaulay, que lhe terá sugerido a vinda em 1943); mulher de Luís Marques, fundador do jornal *The Anglo-Portuguese News*; e mãe de Paulo Lowndes Marques, actual presidente de The British Historical Society (Lisbon Branch). Susan Marques foi o contacto mais directo da autora, ajudando-a nas suas excursões e pesquisas. Ela dá a saber que a real motivação da viagem ultrapassou a de uma simples fuga à guerra, pois, como sabemos, não era fácil viajar na Europa em plena segunda guerra mundial - o governo britânico viu no projecto da história dos seus súbditos em Portugal uma maneira de apoiar a neutralidade portugue-

sa e de a subordinar à aliança luso-britânica. Este dado é, por si só, suficiente para explicar o carácter conciliador da obra e também o critério que presidiu à selecção dos textos para o primeiro volume - não é surpreendente que a maioria dos rejeitados trate de política e de religião e que a amplitude temporal do *corpus* termine antes do *Ultimatum*.

A estrutura original da obra em dois volumes (cerca de 750 páginas) agrupa por temas sessenta esboços biográficos e sete abordagens de carácter mais geral, apresentando-os cronologicamente. O objectivo é construir um panorama global do interesse inglês pelo nosso país, através da actuação de certas personagens no cenário luso-britânico das respectivas épocas. Não foi escolhida apenas uma determinada perspectiva: histórica, literária, económica ou política, mas sim uma visão abrangente, um retrato humano com todas as suas componentes. No entanto, não se trata de um livro de generalidades - o trabalho de pesquisa foi importante (atestado por três anos a investigar na British Library, a ajuda de muitos especialistas, e a bibliografia indicada no final de cada capítulo) e, em bastantes casos, os textos demonstram profundidade.

O estatuto de clássico, a que a Penguin Travel Library a elevou em 1985, poderá induzir em erro quem pense tratar-se de um estudo sobre viajantes, porque é muito mais uma história de residentes do que uma antologia de peripécias de visitantes. Não obstante, os editores acharam importante juntar as impressões da autora sobre a capital ao segundo volume. Talvez tenham pecado por defeito, visto que, para além dos artigos em *The Spectator*, deveriam ter incluído também os de *The Anglo-Portuguese News* e as cartas à irmã. Para completar os escritos portugueses, restaria apenas uma referência com algum pormenor ao relato da segunda visita, bastante aventurosa, em 1947. *Dame Rose Macaulay* tornou-se conhecida como romancista, embora a viagem seja tema recorrente nas suas produções literárias. No entanto, apenas esse trabalho - *Fabled Shore* - é fruto de uma deslocação. O último capítulo intitula-se **Algarve Shore**. Dessa vez, o intuito era turístico, mas não menos invulgar, particularidade que Jane Robinson descreve com um toque de ironia:

She was infamous [...] as a desperately bad driver [...] and [...] she decided to try a land cruise along the coast of Spain [sic] from Port Bou to Cape St. Vincent [...] so vivid were her rapturous [...] descriptions of the route that soon everyone [...] was clamouring along the coast to see for themselves. *Fabled Shore* started the tourist affair with Spain that has lasted ever since: it is partly responsible for the way the coast is today. Which must make it one of the most successful - or more disastrous - travel books ever published. (*)

No caso de *They Went To Portugal*, o enorme êxito deveu-se às circunstâncias de possuir um estilo quase jornalístico, e ser simulta-

(*) *Wayward Women, A Guide to Women Travellers*, Oxford, The University Press, 1990, p. 183.

neamente agradável, a ponto de se tornar num *best-seller*, e cientificamente séria, ao constituir um enorme avanço no desenvolvimento dos estudos anglo-portugueses. Depois do trabalho de cariz literário de Félix Walter, nos anos 20, e da compilação histórica de Edgar Prestage, na década de 30, a obra de Rose Macaulay fecha com chave de ouro a trindade básica para todo e qualquer especialista do ramo. Com o aparecimento do volume complementar, esta última assume-se como uma referência definitiva, uma espécie de 'bíblia do relacionamento anglo-português - versão inglesa autorizada'.

Seguindo o plano original da obra, detectamos as maiores incidências nos séculos XIX (intervenções militares), XVIII (Terramoto), XVII (Catarina de Bragança) e XVI (Reforma), que correspondem, efectivamente, às épocas de maior ligação entre os dois países. No primeiro caso há sobretudo militares e políticos, porque os ingleses vêm combater o expansionismo francês e o absolutismo espanhol; no segundo temos turistas e escritores em grande número, visto que o cataclismo lisboeta de 1755 provocou uma enorme curiosidade; no terceiro surgem numerosos diplomatas, na medida em que Portugal precisava de uma nova aliança para defender a Restauração; no quarto constatamos a presença de muitos eclesiásticos, pois era aqui que os católicos procuravam refúgio. Se juntarmos a tudo isto a vertente comercial, que é uma constante transecular, ficamos muito próximos da imagem que os britânicos têm da nossa aliança.

Em relação à metodologia adoptada, e apesar de afirmar o contrário no **Preface** do primeiro volume, a investigação de R. Macaulay foi exaustiva - são poucos os nomes dignos de menção que ficaram de fora. É óbvio que numa listagem enciclopédica se descobririam muitos outros, mas não mereceriam para além de uma referência de duas ou três linhas, e não é esse o objectivo da obra em causa. Em nossa opinião, as excepções são poucas: em **Writers**, faltam os lusófilos John Adamson e Edward Quillinan; em **Tourists**, a viajante *Lady Catherine Jackson*; em **Clergymen**, o reverendo William Kinsey; em **Soldiers**, os tenentes-coronéis James Alexander e George Landmann; e em **Lisbon British**, o anónimo APDG. Coincidentemente ou não, a equipa editorial escolheu ilustrações das obras de Kinsey, Landmann e APDG para esta publicação. De facto, são de grande qualidade e beleza as gravuras existentes nesses livros e, de certa forma, compensam a anulação a que o racionamento do pós-guerra também as sujeitou em *They Went To Portugal*.

No respeitante à selecção do *corpus*, a autora terá considerado dois vectores fundamentais: a fama e a polémica. As personalidades e factos mais famosos são quase todos mencionados no primeiro volume, enquanto os menos conhecidos e os mais polémicos terão sido preteridos e só agora são visíveis no segundo. Aplicando estes critérios aos nomes esquecidos, temos que Southey é mais importante do que Adamson, Colbatch e Hodges mais conhecidos do que Kinsey e Alexander, as opiniões de *Mrs Baillie* mais elucidativas do que as de *Lady Jackson* e, quanto aos 'reis' da polémica, os maledicentes Costigan e APDG, compreendemos a escolha do primeiro, que, não havendo assumido o

anonimato, consegue ultrapassar o segundo em (má) fama. Pena é que a autora desconhecesse ser Costigan um pseudónimo, como parece ter ficado provado recentemente.

Da mesma forma, nos textos de carácter geral, a história da comunidade britânica do Porto, **Port Wine** (1º. v.), é mais famosa do que a de Lisboa, **Lisbon British** (2º. v.), enquanto as disputas referidas em **Medieval Traders** (2º. v.) ultrapassam em polémica as de **Crusaders** (1º. v.). Capítulos de consenso generalizado como **Royalty, Writers e Earthquake** aparecem integralmente na primeira parte, ao inverso de **Exiles**, todo na segunda, e de **Enemies**, cuja designação, no livro de 1946, a autora anulou (no caso de Lord of Essex) e, no livro de 1990, seguindo o mesmo espírito, os responsáveis pela edição substituíram por **Armada** (no caso de Drake). Podemos daqui concluir que o recente volume é mais polémico e menos grandioso do que o antigo, mas igualmente necessário - só com ambos ficamos inteirados da verdadeira dimensão da obra.

Nesta segunda parte, são merecedores de especial destaque: **King Beresford**, um esboço biográfico que os historiadores apreciarão; **A Murderer**, o relato de um desentendimento judicial paradigmático; **Diplomatic Priests**, o processo de naturalização do bispo Ricardo Rozel (Richard Russell) e de frei Domingos do Rosário (Daniel O'Daly); e **Nuns Abroad**, a história da fundação do convento de Santa Brígida, em Lisboa, no ano de 1594, after wandering from refuge to refuge about the Continent for more than 35 years (p. 27).

No mesmo porto de refúgio, três séculos e meio passados, Rose Macaulay dava início à sua obra portuguesa. Segundo palavras suas, a opção do 'velho aliado' pela neutralidade, que os ingleses tanto apoiavam, fizera dele, como nunca antes, a western oasis (p. 305).

Por tudo o que ficou exposto, é com satisfação que acolhemos *They Went To Portugal Too*, e aguardamos a sua tradução para português, Seria também importante a reedição de *Ingleses em Portugal*, publicada em 1950 e há muito esgotada, tal como a saudosa colecção de que faz parte - a **Peregrina**, da Livraria Civilização Editora.

